



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016



REPÚBLICA  
PORTUGUESA



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.



**ACM**

# ÍNDICE

<b>I. SUMÁRIO EXECUTIVO</b>	6
1. Nota Introdutória do Conselho Diretivo do Alto Comissariado para as Migrações, I.P.	7
2. Instrumentos de Gestão – Síntese dos Principais Resultados	10
2.1. Objetivos para 2016	10
2.2. Análise dos Resultados e Desvios 2016	10
2.3. Matriz de Coerência e Implicação	12
2.4. Atividades e Objetivos para 2017	13
<b>II. INICIATIVAS DO DOMÍNIO DAS MIGRAÇÕES</b>	14
1. Plano Estratégico para as Migrações	15
2. Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes	16
2.1. Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes	16
2.1.1. Atendimentos	16
2.1.2. Gabinetes de apoio de iniciativa do ACM	19
2.1.3. Visitas internacionais	22
2.2. Linha de Apoio ao Migrante e Serviço de Tradução Telefónica	23
2.3. Gabinete de Apoio às Políticas Locais e Integração de Migrantes	25
2.3.1. Atendimentos	26
2.3.2. Outras iniciativas	27
2.4. Acompanhamento, ligação e apoio ao regresso emigrante	28
3. Apoio ao Empreendedorismo Migrante	30
4. Programa Mentores para Migrantes	32
5. Programa Português para Todos	34
6. Apoio Técnico às Associações de Imigrantes	36
7. Educação, Formação, Mediação Intercultural e Diálogo Inter-religioso	40
8. Conselho para as Migrações	45
9. Planos e Conselhos com os quais o ACM, I.P. colaborou	47
<b>III. ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS REFUGIADAS</b>	48
1. Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações	49
2. Programa de Recolocação	50
3. Outras iniciativas	52

<b>IV. INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS</b>	54
1. Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas	55
2. Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas	56
3. Bolsas OPRE	57
4. Fundo de apoio à ENICC	58
5. Observatório das Comunidades Ciganas	59
6. Outras iniciativas	60
<b>V. INFORMAR, COMUNICAR E SENSIBILIZAR</b>	62
1. Materiais produzidos	63
2. Portal do ACM, I.P.	64
3. Promoção de Eventos de Sensibilização	65
4. Observatório das Migrações	67
<b>VI. PROGRAMA ESCOLHAS</b>	72
<b>VII. COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E AO RACISMO</b>	80
1. Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial	81
1.1. Campanhas de sensibilização	82
1.2. Ações de Sensibilização na Vertente (In)Formativa	83
2. Comissão Permanente da CICDR	84
<b>VIII. RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b>	86
1. Redes e Projetos Internacionais	87
2. Comunicações em Conferências e Encontros Internacionais	89
3. Distinções	89
<b>IX. GESTÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA</b>	90
1. Orçamento da ACM, I.P.	91
2. Auditorias	93
3. Programa de Formação Interna e Externa	93
4. Recursos Humanos	94

# ABREVIATURAS E SIGLAS

**ACM, I.P.** – Alto Comissariado para as Migrações, Instituto Público

**CICDR** – Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

**CLAIM** – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

**CNAIM** – Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes

**CONCIG** – Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

**DRE** – Diário da República Eletrónico

**ENICC** - Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas

**EFAF** – Equipa dos Fundos, Administrativa e Financeira

**GACI** – Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas

**GAEM** – Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante

**GAH** – Gabinete de Apoio à Habitação

**GAIC** – Gabinete de Apoio ao Imigrante Consumidor

**GAIR** – Gabinete de Apoio à Integração de Refugiados

**GAIS** – Gabinete de Apoio ao Imigrante Sobreendividado

**GAJI** – Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante

**GARE** – Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante

**GARF** – Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar

**GAPLIM** – Gabinete de Apoio às Políticas Locais e Integração de Migrantes

**GAQ** – Gabinete de Apoio à Qualificação

**GAS** – Gabinete de Apoio Social

**GATAI** – Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes

**NGARH** – Núcleo de Gestão Administrativa e dos Recursos Humanos

**GECI** – Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação

**GERIDH** – Gabinete de Estudos, Relações Internacionais e Direitos Humanos

**OBCIG** – Observatório das Comunidades Ciganas

**OE** – Objetivos Estratégicos

**OM** – Observatório das Migrações

**OO** – Objetivos Operacionais

**OPRE** – Programa Operacional de Promoção da Educação

**PAAI** – Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante

**PEM** – Plano Estratégico para as Migrações

**PPT** – Programa Português para Todos

**QUAR** – Quadro de Avaliação e Responsabilização

**SNDC** – Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

**STT** – Serviço de Tradução Telefónica



The background is a solid dark green color with large, overlapping, swirling patterns in a lighter shade of green. The patterns resemble stylized leaves or petals, creating a sense of movement and depth. The text is centered in the upper left quadrant.

I.  
**SUMÁRIO  
EXECUTIVO**

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.) é um Instituto Público que intervém na execução das políticas públicas em matéria de migrações, designadamente na promoção da integração de imigrantes, pessoas refugiadas e grupos étnicos, bem como na promoção da diversidade e combate à discriminação.

Esta execução pauta-se por um olhar atento à temática das migrações, fenómeno em constante mutação, o que requer uma permanente readequação às diferentes necessidades e perfis dos/das migrantes que nos procuram, de forma a melhor adequar as políticas públicas nesta matéria, criando e melhorando serviços de atendimento, acompanhamento, divulgação e monitorização. Este esforço é fundamental para concretizar aquela que é a missão do ACM, I.P., e que assenta:

- Na promoção de Portugal enquanto destino migratório;
- No acolhimento e integração de migrantes, nomeadamente através do desenvolvimento de políticas transversais, de centros e gabinetes de apoio a migrantes, proporcionando uma resposta integrada dos serviços públicos;
- Na colaboração, em articulação com outras entidades públicas competentes, na conceção e desenvolvimento das prioridades da política migratória;
- No combate a todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião;
- No desenvolvimento de programas de inclusão social dos/das descendentes de imigrantes;
- Na promoção, acompanhamento e apoio ao regresso de emigrantes portugueses e no reforço dos seus laços com Portugal, em articulação com as entidades competentes.

O presente Relatório de Atividades reúne o balanço da atuação do ACM, I.P., no exercício de 2016.

## I. Nota Introdutória do Conselho Diretivo do Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Portugal é um país com vasta tradição no domínio das migrações e, cada vez mais, também das comunidades ciganas. Essa tradição vem sendo ancorada numa larga experiência de gestão de políticas públicas na área do acolhimento e integração na sociedade portuguesa, reconhecida, a nível nacional e internacional, e concretizada pelo Alto Comissariado para as Migrações, I.P., desde 1996. Primeiro enquanto Alto-Comissário para as Migrações, depois enquanto Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) e, mais tarde, em 2007, enquanto Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), em parceria com inúmeras autarquias e entidades da sociedade civil a nível local, um importante caminho tem vindo a ser feito.

Os últimos anos têm trazido renovados desafios a este Alto Comissariado para as Migrações, I.P. À missão já consolidada, de apoiar a integração de imigrantes, dos/das seus/suas descendentes ou das comunidades ciganas, juntou-se, em 2015, e reforçou-se, em 2016, a integração de pessoas refugiadas. Face a um fluxo sem precedentes desde a 2.ª Guerra Mundial, ao ACM, I.P. foi investida a tarefa de, conjuntamente com outras entidades públicas (aproveitando precisamente a experiência interministerial e interdepartamental tida com imigrantes), assegurar o bom acolhimento local de pessoas refugiadas em Portugal. Esse trabalho, iniciado em 2016, será uma das principais prioridades do ACM, I.P., para 2017. Queremos que, nacional e internacionalmente, o consenso que se criou em torno da resposta portuguesa continue a fundar-se na efetiva capacidade de acolhimento e integração que temos vindo a demonstrar, liderando pelo exemplo e pela evidência dos contributos que daí podem advir para o nosso país e para as pessoas beneficiárias de proteção internacional.

Entre os principais resultados da ação do ACM, I.P., em 2016, destacamos os seguintes:

- Pelo terceiro ano consecutivo, o ACM, I.P., atingiu 100% na avaliação dos seus objetivos QUAR, demonstrando um forte vínculo ao planeamento e avaliação da sua ação, enquanto Instituto na esfera da Administração Pública;



- Foi criada a Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (RNAIM), através da Portaria n.º 203/2016 de 25 de julho, considerando as novas realidades migratórias e os atuais desafios que se colocam a Portugal na área das migrações, e com o objetivo de desenvolver uma política migratória moderna e integrada, mais adequada às dinâmicas migratórias contemporâneas e às necessidades atuais. Posteriormente, e de forma complementar à RNAIM, foi aprovado o Regulamento Interno da RNAIM, alargando e adaptando os Centros Nacionais e Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM e CLAIM) aos novos desafios da sociedade portuguesa;
- Os CNAIM de Lisboa, Norte e Algarve atingiram, em 2016, os 4 milhões de atendimentos, desde a sua inauguração, tendo sido realizados, até ao final do ano, um total 4.115.757 atendimentos. Apenas em 2016, os CNAIM totalizaram 255.796 atendimentos, o que representa um aumento de 9% comparativamente ao ano anterior;
- Em 2016, a Rede CLAIM realizou um total de 51.863 atendimentos, superando o ano de 2015, chegando aos 60 CLAIM a nível nacional. Complementarmente, a Rede GIP Imigrante realizou mais 10.004 atendimentos;
- A Linha de Apoio a Migrantes (808 257 257) atendeu 61.690 chamadas e prestou 1.100 serviços de tradução telefónica;
- A nova plataforma *online* de aprendizagem da Língua Portuguesa registou 1.500 utilizadores de 104 nacionalidades;
- O ACM, I.P. assegurou, em 2016, 37.083 horas de formação e sensibilização, através da sua bolsa de formadores e outras respostas disponíveis a terceiros;
- A CICDR recebeu 119 queixas de discriminação, correspondendo ao maior número jamais recebido;
- O *website* do ACM, I.P. ([www.acm.gov.pt](http://www.acm.gov.pt)) obteve 497.518 visualizações;
- Em setembro de 2016, o Gabinete do Ministro Adjunto lançou o *Refugee Welcome Kit*. Este *Kit* de acolhimento, produzido pelo ACM, I.P., inclui informações úteis sobre Portugal, reunidas num Guia de Acolhimento, dois dicionários e uma USB com um vídeo de apresentação do país, e passou a ser distribuído às pessoas refugiadas, no momento da chegada.
- No primeiro ano da 6.ª Geração do Programa Escolhas foram envolvidos 30.413 indivíduos, participantes em 131.355 sessões de trabalho;
- A “Liga Escolhas” foi distinguida na categoria “Integração das populações marginalizadas”, no âmbito do Prémio Europeu para a Integração Social – Saint-Denis, Paris.

Continuaremos, em 2017, a reforçar as políticas de gestão da diversidade que, fundadas no modelo intercultural, asseguram que os/as migrantes acolhidos/as encontrem as pontes e descubram a proximidade, para a sua plena integração. Mas, igualmente, continuaremos a assegurar que os/as portugueses/as que acolhem estejam preparados/as para lançar pontes de diálogo e de encontro com outras culturas e outros povos aceitando, sempre dentro dos direitos fundamentais, a diversidade que a todos/as nos torna mais ricos/as.

Continuaremos, em 2017, a estar muito perto dos/das nossos/as clientes, levando a missão do ACM, I.P., ao contacto direto com os/as migrantes, através dos três CNAIM – no Norte, em Lisboa e no Algarve –, dos 60 CLAIM, presentes no território continental e nas Ilhas, da Linha de Apoio a Migrantes, do Serviço de Tradução Telefónica, do Programa Mentores para Migrantes, do Programa Português para Todos e do Programa Escolhas, entre muitas outras iniciativas do ACM, I.P.. A estas estruturas, juntar-se-ão, em 2017, e numa lógica de modernização administrativa, novos projetos, como um CNAIM Móvel, que permitirá chegar aos locais, onde a distância física pode dificultar o contacto com os Centros Nacionais ou Locais, uma *app* de apoio à integração de migrantes ou novos cursos de língua portuguesa, disponibilizados *online* através da plataforma PPT *Online*, designadamente em Árabe.

O ano de 2017 trará também novas ações em domínios que carecem de um novo impulso, como no acesso dos/das migrantes à saúde, na capacidade de acolhimento dos/das migrantes e seus/suas descendentes nas escolas e, ainda, no reforçado combate à discriminação racial. Será também, o ano do relançamento de um programa do ACM, I.P. na TV e Rádio, ajudando a passar uma mensagem realista sobre os/as migrantes, pessoas refugiadas e as comunidades ciganas.

O ano de 2017 será também, o ano de arranque da maioria dos fundos comunitários que visam a integração de migrantes, juntando-se aos financiamentos já disponíveis no FAMI, as medidas previstas no Fundo Social Europeu, através do PO ISE.

Também no domínio da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), e definida a necessidade de revisão deste documento, estabeleceremos um conjunto de novas medidas para mitigar a exclusão e o preconceito, mas que visam também potenciar a plena integração.

Assim, para 2017 prevemos lançar um Programa de Apoio ao Associativismo Cigano, permitindo apoios técnicos e financeiros à crescente mobilização das comunidades por via do associativismo, bem como o arranque de medidas que visarão a inserção profissional e a mediação municipal e comunitária.

Todos os projetos desenvolvidos pelo ACM, I.P., contam com a imprescindível ajuda, quer da sociedade civil, quer de outros organismos da Administração Pública nacional e local, contribuindo para a inclusão social dos/das migrantes e das comunidades ciganas. Esse princípio, o da coconstrução da política pública nos domínios de atuação deste Instituto, continuará a ser uma das traves mestras deste edifício. De realçar, o trabalho efetuado pelo ACM, I.P., em parceria com as entidades da sociedade civil e câmaras municipais.

Internamente, e fortalecendo o esforço dos últimos anos de consolidação deste Instituto, continuaremos a implementar a Lei Orgânica do ACM, I.P., designadamente ao nível de procedimentos internos e de esforço da sua estrutura de recursos humanos.

O relatório anual sobre a integração de migrantes, apresentado, no final de 2016, pelo Observatório das Migrações, que integra o ACM, I.P., continua a demonstrar as inúmeras oportunidades para Portugal decorrentes do atual fenómeno das migrações. São os/as migrantes, em Portugal e na Europa, que estão a rejuvenescer as nossas sociedades. São os/as migrantes que, em Portugal, contribuem, com mais de 300 milhões de euros por ano para a sustentabilidade da nossa segurança social. São os/as migrantes que criam 6 vezes mais postos de trabalho do que nós portugueses/as. E, contudo, a história que alguns nos tentam contar é outra: a do medo e dos muros.

Em Portugal somos, seguramente, e como sonhava Fernando Pessoa, "plurais como o universo". É, neste nosso país, resultante, em grande parte, de um extraordinário legado do encontro de culturas e de diálogos culturais, que por cá aconteceram, que a Missão do ACM, I.P. voltou a ganhar, por via dos novos desafios migratórios que a Europa enfrenta, renovada importância e ambição.

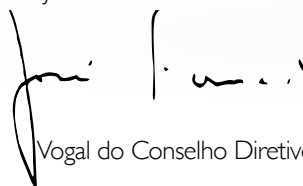
Assim foi em 2016, ano aqui plasmado. Assim será em 2017, assegurando, como o temos feito, desde há 20 anos, que estaremos à altura da nossa Missão.

Pedro Calado



Alto-Comissário para as Migrações

José Antunes Fernandes



Vogal do Conselho Diretivo

## 2. Instrumentos de Gestão – Síntese dos Principais Resultados

### 2.1. Objetivos para 2016

Em 2016, o Plano de Atividades do ACM, I.P. visou, dar uma resposta às necessidades conjunturais prementes, sem, no entanto, esquecer o disposto na Missão deste Serviço. Nesse contexto, foram delineados os seguintes Objetivos Estratégicos (OE):

- OE 1 – Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/das imigrantes e capazes de gerir a diversidade;
- OE 2 – Promover as políticas públicas de integração na área das migrações e das comunidades ciganas;
- OE 3 – Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.

O OE 2, já considerado no ano de 2015, foi revisto em 2016, sendo-lhe atribuído maior destaque e relevância, dado que a sua composição agrega o Indicador 3, que mede a taxa de execução das medidas previstas no Plano Estratégico para as Migrações (PEM) e a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC). Sendo estes, dois dos pilares centrais para a concretização da Missão do ACM, I.P., e, simultaneamente, as principais referências, do ponto de vista da política pública para o cumprimento da agenda governativa na área das migrações e comunidades ciganas. Este foco revelou-se muito adequado à medição dos resultados do ACM, I.P.

Os objetivos estratégicos encontraram-se desdobrados em objetivos operacionais, a cargo de várias Unidades Orgânicas, e concorreram diretamente para o cumprimento da Missão do ACM, I.P.

### 2.2. Análise dos Resultados e Desvios 2016

O ACM, I.P. garantiu, ao longo do ano 2016, a realização de reuniões de monitorização mensal, para um acompanhamento e análise permanentes, no sentido de obter uma aferição pormenorizada da evolução e desvios na execução dos objetivos operacionais e respetivos indicadores propostos.

Com o fecho do ciclo de avaliação, verificámos que, pelo terceiro ano consecutivo, a Taxa de Realização no âmbito do QUAR, para todos os indicadores, e numa ótica global, foi de 100%, permitindo concluir, que a metodologia e processo de planeamento e monitorização foram adequadamente definidos e implementados.

A distribuição atribuída aos Objetivos Operacionais (OO) e respetivos indicadores foi efetuada de acordo com o respetivo histórico, da seguinte forma:

#### Parâmetro de eficácia:

OO 1 – Aproximar o ACM, I.P. dos/das seus/suas destinatários/as

INDICADORES	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM, I.P.	585.0	917.0	630.00	92.00	917.00	100	570.0	100.0	Atingiu

Fig. 1

No que concerne ao indicador 1, o primeiro semestre do ano foi marcado por um crescimento residual das taxas de execução, sendo o 2.º semestre pautado por uma evolução significativa destes valores. Este facto prende-se, em grande parte, pela ligação deste indicador ao arranque dos fundos comunitários. Não obstante, a 31 de dezembro de 2016, a taxa

de execução deste indicador (90,4%) permitiu o encerramento do ano com uma realização de 100%, dado estar dentro do intervalo de tolerância estabelecido.

## OO 2 – Promover a Diversidade Cultural

INDICADORES	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Número de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	25224.0	32699.0	40000.00	6506.00	65086.00	50	37083.0	100.0	Atingiu
Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas			100.00	12.50	125.00	50	89.9	100.0	Atingiu

Fig. 2

Relativamente ao Indicador 2, a evolução ao longo do ano foi bastante linear; e, numa lógica positiva, verificando-se apenas uma ligeira quebra nos meses de junho, julho e agosto, retomando uma execução com valores crescentes, a partir do mês de setembro, e mantendo a tendência até ao final do ano. O ciclo de avaliação foi encerrado com uma taxa de execução, a 31 de dezembro de 2016, fixada em 92,7%, ou seja, garantido os 100% correspondentes à realização do Parâmetro Eficácia.

Quanto ao terceiro indicador, medido trimestralmente, dada a dependência em relação a reportes de entidades externas para a aferição de resultados, foram apurados valores que traduzem uma execução linear, excetuando o balanço de setembro, onde se pode verificar uma ligeira descida – de 83,8%, no balanço de 31/06, para 61,2%, no balanço de 31/09 – que pode ser associada ao facto deste ser um trimestre de típico abrandamento dos serviços, designadamente na sua interação com o público.

Neste indicador, o ACM, I.P. fecha o ciclo de avaliação com uma taxa de execução de 89,9%, em relação aos 100% a que se propôs, garantindo os 100% correspondentes à realização no Total do Parâmetro Eficácia (50%), dado estar dentro do limite estabelecido (87,5%).

### Parâmetro de Eficiência

#### OO3 – Garantir a boa gestão e execução dos recursos

INDICADORES	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos)	27.0	13.0	14.00	1.00	11.00	50	15.0	100.0	Atingiu
Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAI, face ao ano anterior	104.0	100.0	100.00	7.50	104.00	50	107.3	100.0	Atingiu

Fig. 3

O indicador 4 apresentou, ao longo de todo o ano de 2016, valores entre os 18 e os 15 dias, ou seja, próximo do objetivo definido, mantendo o histórico do indicador, terminando assim o ano com uma taxa de execução de 93,3%, garantido os 100%, na realização no Total do Parâmetro Eficiência.

Quanto ao indicador 5, excetuando os meses de abril e outubro, que apresentam um ligeiro desvio com valores abaixo do esperado, este reflete estabilidade no cumprimento do proposto, estando as execuções, ao longo do ano, permanentemente situadas dentro dos limites máximos e mínimos estabelecidos, considerando a tolerância de variação percentual em relação à meta, estabelecida nos 7,5%. Assim, o balanço, a 31 de dezembro de 2016, para este indicador, apresenta uma taxa de execução de 107,3%, garantido os 100% correspondentes à realização no total do Parâmetro Eficiência.

## Parâmetro de Qualidade

OO4 – Melhorar o funcionamento da organização e assegurar a qualidade do serviço prestado

INDICADORES	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAI, apresentados no livro amarelo	11.0	6.0	8.00	1.00	6.00	50	7.0	100.0	Atingiu
Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (em minutos)	19.5	17.5	19.00	2.00	17.46	50	18.5	100.0	Atingiu

Fig. 4

O indicador 6 apresentou, no início de 2016, uma meta de 8 reclamações por ano, a serem apresentadas nos serviços dos CNAIM. Ao longo de todo o período, a evolução deste indicador foi totalmente positiva, fechando o ciclo de avaliação para 2016, com um total de 7 reclamações, garantido assim os 100%, correspondentes à realização no total do Parâmetro Qualidade.

O indicador 7 reflete uma execução exemplar perante o objetivo proposto no início do ano. Com uma tolerância de 2 minutos, este indicador manteve-se sempre estável, não representando preocupações em relação à sua concretização. O acompanhamento constante da evolução do indicador permitiu a prevenção de situações de incumprimento. Este indicador chega ao fim do ciclo de avaliação, com uma taxa de execução de 102,9%, ou seja, garantido os 100% de realização no total do Parâmetro Qualidade.

### 2.3. Matriz de Coerência e Implicação

A presente matriz permite visualizar o modo como cada um dos objetivos operacionais concorre para a concretização dos objetivos estratégicos. Deste modo, é possível destriçar prioridades e alinhar o desempenho organizacional. Este é, pois, um instrumento facilitador da comunicação estratégica.

		Objetivos Estratégicos			
		OE1	OE2	OE3	
Objetivos Operacionais	Eficácia	OO1	X	X	
		OO2		X	
	Eficiência	OO3			X
Qualidade	OO4	X			X

Fig. 5

Constata-se que, relativamente ao ano de 2016, e mais uma vez reforçando a relação entre a estratégia nacional, ao nível de política pública, em matéria de migrações, e a definição do caminho a seguir, no âmbito do planeamento estratégico para este Organismo, o OE2, que alberga o OO2 com maior peso (65%), no âmbito do QUAR, foi o mais evidenciado.

## 2.4. Atividades e Objetivos para 2017

No Plano de Atividades para 2017, o ACM, I.P. visa cumprir, no âmbito do QUAR, os seguintes objetivos:

- OE 1 – Assegurar serviços acessíveis, humanos integrados, aliados dos/das imigrantes e capazes de gerir a diversidade;
- OE 2 – Promover as políticas públicas de integração na área das migrações e das comunidades ciganas;
- OE 3 – Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.

É de notar que, em 2016, e à semelhança do ano de 2015, o objetivo estratégico 2 destaca-se dos restantes, dada a importância que a sua concretização assume, considerando que os indicadores constantes deste, representam as principais referências para o cumprimento das políticas públicas, na área das migrações e comunidades ciganas, nomeadamente o PEM e a ENICC. Com efeito, o PEM estabelece, para 2017, os principais desafios, os eixos prioritários e critérios de avaliação e monitorização da política migratória, bem como o elenco de medidas organizadas por eixos prioritários. Encontram-se aí previstas um total de 106 medidas e 201 indicadores: 50 medidas no Eixo I – Políticas de integração de imigrantes; 10 medidas no Eixo II – Políticas de promoção da inclusão dos novos nacionais; 23 medidas no Eixo III – Políticas de coordenação dos fluxos migratórios; 9 medidas no Eixo IV – Políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios; e 14 medidas no Eixo V – Políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais.

Não obstante, e considerando que, para o ACM, I.P., o ano de 2017 é um ano de continuidade, os novos desafios que as constantes alterações migratórias nos trazem, principalmente os que estão subjacentes ao acolhimento e integração de pessoas refugiadas, representam também um elemento central no planeamento estratégico para a atuação deste Organismo.



**II.  
INICIATIVAS  
DO DOMÍNIO  
DAS MIGRAÇÕES**

## I. Plano Estratégico para as Migrações

O PEM assume-se, desde março de 2015, com um horizonte de implementação até 2020, como um instrumento de política pública, de âmbito nacional, que visa adequar o país a uma nova, complexa e desafiante realidade migratória.

Neste sentido, propõe-se responder, de forma transversal e articulada, a desafios como o combate ao défice demográfico, a consolidação da integração e capacitação das comunidades migrantes residentes em Portugal, a inclusão e capacitação de novos nacionais, a mobilidade internacional, a gestão do talento e valorização da atratividade do país, a melhor articulação entre a imigração e a emigração, e o apoio ao regresso e reintegração dos/das emigrantes.

Para o efeito, o PEM é composto por 106 medidas e 201 indicadores, distribuídos ao longo de 5 Eixos Estratégicos, encontrando-se envolvidos, para a sua concretização, 13 ministérios, diversos serviços da administração pública, entidades da sociedade civil e autarquias.

O ano de 2016, relativamente ao PEM, caracterizou-se fundamentalmente por ter sido um ano de maior consolidação do Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA), assim como de forte impulso e dinâmica na implementação de medidas. Deu-se, assim, execução a medidas de concretização plurianual, que devem ser cumpridas todos os anos, e medidas cuja calendarização se encontrava prevista apenas para o ano em referência.

Para além da execução das medidas inscritas no PEM pelas respetivas entidades, salientam-se também, como grandes áreas de trabalho, ao nível da coordenação do PEM, as que a seguir se elencam:

- No primeiro trimestre de 2016, procedeu-se à recolha à sistematização de informação relativa às atividades realizadas no ano de 2015, para efeitos de elaboração de um relatório interno, de natureza qualitativa, para preparação de um ponto de situação da execução alcançada em 2015;
- Foram também realizados contactos e reuniões bilaterais com as diferentes entidades, envolvidas na execução do PEM, para a dinamização de medidas concretas. Entre as entidades, com as quais a equipa de coordenação do PEM reuniu, encontram-se a Direção-Geral da Saúde, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, o Instituto da Segurança Social, a Direção-Geral da Educação e a Direção-Geral do Consumidor. Contactos, via correio electrónico e/ou telefone, foram também estabelecidos com as restantes entidades – Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Ministério da Cultura e Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Para além do apoio à dinamização e colaboração na execução de medidas dependentes de entidades externas, foi, também, realizado um importante e minucioso acompanhamento de monitorização interna, com reuniões periódicas e regulares, bem como um trabalho de articulação permanente com as diferentes equipas do ACM, I.P., responsáveis pela concretização de medidas.

Ao nível internacional, e a pedido de diferentes entidades, foram realizadas apresentações do PEM a delegações, como as da Macedónia, no dia 29 de março de 2016, do Liechtenstein, no dia 5 de maio de 2016, e da Finlândia, no dia 15 de dezembro de 2016.

Por se encontrar prevista na Resolução do Conselho de Ministros, que aprovou o PEM (RCM n.º 12 – B/2015, de 20 de março), a realização, em 2017, de uma avaliação intercalar, externa e independente, das medidas que se encontram na parte II, do anexo I ao Plano, foram iniciados, ainda em 2016, os trabalhos preparatórios para que a avaliação possa ocorrer durante o ano de 2017. No final do ano, procedeu-se à recolha de informação das entidades envolvidas na concretização do PEM, para efeitos de



elaboração de um relatório bienal, de execução intercalar, com as medidas executadas nestes dois anos. Prevê-se que, o relatório seja apresentado ao Conselho para as Migrações, no início do 2.º trimestre de 2017, depois de elaborado e validado pelos diferentes representantes no GTA.

## 2. Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes

### 2.1. Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes

Em 2016, os CNAIM de Lisboa e do Norte completaram 12 anos de funcionamento. O CNAIM do Algarve celebrou, por seu lado, 7 anos de funcionamento. Os 3 Centros continuaram a destacar-se enquanto estruturas fundamentais de apoio ao processo de integração de migrantes em Portugal.

Os Centros, outrora designados Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), alteraram, em 2016, a sua designação, em virtude dos novos desafios migratórios, que vieram exigir uma maior abrangência por parte dos serviços de apoio à integração de pessoas refugiadas, cumprindo o objetivo de desenvolver uma política migratória moderna e integrada, mais adequada às dinâmicas migratórias contemporâneas e às necessidades atuais.

No sentido de uma maior adequação dos serviços disponibilizados e de um melhor atendimento aos/às cidadãos/ãs, procedeu-se à mudança de instalações e inauguração de um novo edifício do CNAIM do Norte (a 6 de Julho) e ao alargamento do espaço do CNAIM do Algarve (a 28 Setembro). Com estas remodelações, pretendeu-se, não só ampliar a capacidade de resposta aos/às cidadãos/ãs, como também estabelecer um novo padrão de qualidade no serviço prestado às comunidades migrantes. Assim, foi possível redefinir e aumentar o âmbito de atuação de alguns serviços, designadamente no CNAIM do Norte que passou a contar com o Serviço de Estrangeiros Fronteiras.



Figs. 6 e 7 – Inaugurações dos CNAIM Norte e CNAIM Algarve

#### 2.1.1. Atendimentos

Os CNAIM atingiram, em 2016, os 4 milhões de atendimentos, desde a sua inauguração, tendo sido realizados, até ao final do ano, um total de 4.115.757 atendimentos. Em 2016, estes Centros totalizaram 255.796 atendimentos, o que representa um aumento de 9%, comparativamente ao ano anterior.

No CNAIM Lisboa foram realizados 146.119 atendimentos, um valor muito próximo do obtido no ano anterior, mas que, ainda assim, representa um aumento de 0,1%. À semelhança dos anos anteriores, e pelas suas características de triagem e encaminhamento, o Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT) continua a ser o gabinete com o maior número de atendimentos.

Regista-se um aumento de atendimentos no Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar (GARF), Gabinete de Apoio à Habitação (GAH), Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante (GAIJ), Gabinete de Apoio Social (GAS) e Gabinete de Apoio ao Imigrante Sobreendividado, liderando as variações positivas, os dois últimos gabinetes, em 61% e 242%, respetivamente.

Relativamente às instituições presentes no CNAIM Lisboa, o Gabinete da Saúde registou o maior aumento de atendimentos, com 53%, seguindo-se o Gabinete da Educação, com 38%, e a Segurança Social, com 2%. A Autoridade para as Condições do Trabalho, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Conservatória dos Registos Centrais registaram variações negativas.

CNAIM LISBOA	AT 2015	AT 2016	Variação
<b>Gabinetes</b>			
Gabinete de Acolhimento e Triagem	68.932	69.203	0,4%
<b>Gabinetes Especializados</b>			
G. Apoio Social	4.256	6.858	61%
G.A. Reagrupamento Familiar	4.929	5.622	14%
G.A. Habitação	393	471	20%
G.A. Imigrante Consumidor	3.056	2.877	-6%
G.A. Jurídico ao Imigrante	6.957	8.055	16%
G.A. Emprego	4.322	4.040	-7%
G.A. Qualificação	574	470	-18%
G.A. Recenseamento	3	1	-67%
G.A. Imigrante Sobreendividado	313	1.071	242%
G.A. Empreendedorismo Migrante	-	240	-
Espaço do Cidadão	778	855	10%
<b>Instituições</b>			
Saúde	1.865	2.844	53%
Segurança Social	13.102	13.352	2%
Educação	6.959	9.615	38%
Conservatória dos Registos Centrais	3.133	2.964	-5%
Autoridade para as Condições do Trabalho	3.843	2.270	-41%
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	22.529	15.311	-32%
<b>Total</b>	<b>145.944</b>	<b>146.119</b>	<b>0,1%</b>

Fig. 8 – Atendimentos CNAIM Lisboa, em 2016

O CNAIM do Norte registou um total de 83.177 atendimentos, em 2016, o que representa um aumento significativo de mais de 26% face a 2015.

Para além do Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT) e do Espaço do Cidadão, que contaram com variações de 48% e 1408% respetivamente, destaca-se, ao nível das parcerias institucionais, o aumento registado nos atendimentos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, perto de 280%. Este acréscimo de atendimentos no CNAIM Norte deve-se à referida mudança para as novas instalações, bem como ao retorno do SEF a este Centro. Este passou a ser o único posto de atendimento ao público do SEF na zona do Grande Porto.

CNAIM NORTE	AT 2015	AT 2016	Variação
<b>Gabinetes</b>			
Gabinete de Acolhimento e Triagem	23.616	34.845	48%
<b>Gabinetes Especializados</b>			
G. Apoio Social	583	481	-18%
G. A. Reagrupamento Familiar	4.019	4.141	3%
G. A. Jurídico ao Imigrante	3.690	4.214	14%
G. A. Emprego	1.496	1.014	-32%
Espaço do Cidadão	26	392	1408%
<b>Instituições</b>			
Segurança Social	18.824	15.379	-18%
Educação	678	651	-4%
Conservatória dos Registos Centrais	9.266	10.692	15%
Autoridade para as Condições de Trabalho	1.066	1.159	9%
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	2.717	10.209	276%
<b>Total</b>	<b>65.953</b>	<b>83.177</b>	<b>26%</b>

Fig. 9 - Atendimentos CNAIM Norte, em 2016

Seguindo a tendência verificada nos CNAIM Lisboa e Norte, o CNAIM Algarve assinalou um aumento de 13% de atendimentos relativamente ao ano anterior; representando uma revitalização, reestruturação e consolidação do seu trabalho.

Para este aumento, contribuíram essencialmente, o Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante (GAJI), que registou mais 43% de atendimentos, e o Gabinete de Apoio Social (GAS), com mais 42%, seguindo-se o Gabinete de Acolhimento e Triagem, com mais 14% de atendimentos.

Importa ainda referir que o alargamento e desenvolvimento da resposta local, no CLAIM de Portimão e no CLAIM de Albufeira, a articulação com os restantes CLAIM, ao nível regional, bem como as parcerias institucionais constituídas nas regiões do Algarve e do Baixo Alentejo, através das redes dos Concelhos Locais de Apoio Social, contribuíram para o crescimento da afluência no CNAIM Algarve.

CNAIM ALGARVE	AT 2015	AT 2016	Varição
<b>Gabinetes</b>			
Gabinete de Acolhimento e Triagem	20.340	23.192	14%
<b>Gabinetes Especializados</b>			
G. Apoio Social	738	1045	42%
G.A. Emprego	1.128	539	-52%
G.A. Jurídico ao Imigrante	1.205	1.724	43%
<b>Total</b>	<b>23.411</b>	<b>26.500</b>	<b>13%</b>

Fig. 10 – Atendimentos CNAIM Algarve

### 2.1.2. Gabinetes de apoio de iniciativa do ACM, I.P.

Desde a sua inauguração, que o atendimento nos gabinetes especializados dos CNAIM, da iniciativa do ACM, I.P., é assegurado por mediadores/as interculturais, no âmbito de protocolos de parceria celebrados entre o ACM, I.P., e Associações de Imigrantes ou Organizações Não Governamentais. A proximidade linguística e cultural, a formação académica e a aquisição de competências especializadas na área das migrações e atendimento ao público, por parte destes/as mediadores/as são fatores fulcrais no acolhimento e atendimento de cidadãos migrantes.

O Espaço do Cidadão continuou, em 2016, a apoiar os/as cidadãos/ãs em diferentes áreas, com o objetivo de prestar um atendimento digital assistido, tendo sido procurado sobretudo, para os serviços da Segurança Social Direta (nomeadamente pedido de *password* e consulta à Segurança Social Direta).

O Gabinete de Apoio ao Imigrante Sobreendividado (GAIS), para além dos atendimentos diretamente relacionados com as funções basilares do gabinete (informar, aconselhar e acompanhar os clientes bancários), prestou, em 2016, apoio noutras áreas, nomeadamente: informações sobre abertura e conversão de contas bancárias em contas de serviços mínimos bancários; pedidos de senhas de acesso ao Portal das Finanças; validação e registo de faturas no Portal das Finanças; apoio na entrega da declaração de IRS; e informações sobre recibos verdes, residência fiscal e dupla tributação.

O Gabinete de Apoio Social (GAS) registou um aumento de atendimentos nos CNAIM de Lisboa e do Algarve, sendo que, no primeiro, esse acréscimo está ligado a uma maior colaboração com o Gabinete da Segurança Social. De forma a ir ao encontro das necessidades dos/das migrantes, que procuraram o gabinete, deu-se continuidade à articulação com os diversos gabinetes do CNAIM e entidades externas, como a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Instituto da Segurança Social, a Organização Internacional para as Migrações, o Serviço Jesuíta aos Refugiados ou o Centro Padre Alves Correia.

Relativamente aos principais assuntos abordados nos atendimentos do GAS destacam-se os relacionados com os pedidos de Abono de Família para Crianças e Jovens e Abono Pré-Natal, Rendimento Social de Inserção, pensões várias (Orfandade, Sobrevivência, Velhice, Invalidez, Complemento Solidário para Idosos, Viuvez), o retorno voluntário e os atendimentos sociais, que englobam pedidos de acolhimento, apoio financeiro, alimentação, saúde,

e que originam a articulação com entidades externas. O gabinete foi também amplamente procurado para apoio em assuntos gerais, relacionados com a alteração de dados junto da Segurança Social, pedidos de Número de Identificação da Segurança Social (NISS), da chave de acesso à Segurança Social Direta ou de marcação para atendimento em postos da Segurança Social, que exigem marcação prévia.

O Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar (GARF) é um gabinete de atendimento especializado dos CNAIM de Lisboa e do Norte que, em 2016, assistiu a um aumento dos atendimentos em função da sua procura para informação, aconselhamento, encaminhamento e apoio aos/às cidadãos/ãs, residentes legais e nacionais, que pretenderam proceder ao reagrupamento dos seus familiares e/ou à sua reunião. Este apoio referiu-se, fundamentalmente, ao enquadramento legal aplicável, às condições para o seu exercício e aos procedimentos e documentos necessários para a formulação dos pedidos.

O atendimento no Gabinete de Apoio à Habitação registou, em 2016, um aumento motivado pela procura, por parte dos/das cidadãos/ãs, de habitação social, acesso à habitação, em regime de renda condicionada/convencionada, e acesso a apoios ou subsídios de renda. Os assuntos tratados podem ser divididos em duas grandes áreas: as relações jurídicas livremente estabelecidas no mercado, como a compra e venda, o arrendamento, a propriedade horizontal, entre outras; e a habitação social e problemáticas conexas. Denota-se a prevalência social, nas questões relacionadas com a habitação, relativas a pedidos de apoio a subsídio de renda, candidaturas a habitação de renda convencionada, incumprimento no pagamento de rendas sociais, reajuste do valor da renda aos rendimentos do agregado ou acordos de pagamento.

Em cooperação com outros gabinetes, em especial o Gabinete de Apoio Social e o Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas, foi feito o acompanhamento de alguns agregados familiares, na maioria sem alojamento ou em processo de realojamento.

O Gabinete de Apoio ao Imigrante Consumidor (GAIC) teve em 2016, uma maior procura nas questões relacionadas com serviços financeiros, onde se incluem os créditos ao consumo e hipotecário, seguros (habitação, vida, veículos, onde se inclui a responsabilidade civil obrigatória), serviços públicos essenciais (onde se incluem os fornecimentos de água, eletricidade, telefone fixo e móvel, e serviços de *Internet*) e conformidade do bem com o contrato (onde se incluem as questões atinentes às garantias). Noutros temas, diversos da defesa do consumidor, tratados no GAIC, cumpre destacar o acesso à justiça, especialmente através do mecanismo de proteção jurídica/apoio judiciário, e questões fiscais, sobretudo acerca do Imposto Único de Circulação.

Integrado no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), o GAIC manteve os encaminhamentos de reclamações e utentes para outras instituições ou entidades, em especial organismos de resolução extrajudicial de conflitos, nomeadamente para o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa (CACCL). No entanto, houve igualmente encaminhamento para entidades reguladoras, como a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), para o Provedor de Justiça, para a Direção-Geral do Consumidor (incluindo o Centro Europeu do Consumidor) e o Julgado de Paz de Lisboa.

O Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante (GAJI) continua a caracterizar-se, fundamentalmente, pelas suas funções de informação, aconselhamento, encaminhamento, mediação e apoio aos/às cidadãos/ãs migrantes na

defesa dos seus direitos e capacitação para os seus deveres, sendo as principais áreas de intervenção Direito de Estrangeiros, Direito do Trabalho, Nacionalidade, Segurança Social, Direito da Família e Menores, Acesso ao Direito e aos Tribunais, e outras áreas do Direito, nomeadamente o Direito Fiscal.

No que concerne ao GAJI, do CNAIM Algarve, deu-se continuidade aos atendimentos do GAJI no CLAIM de Portimão, na Câmara Municipal. Tendo em consideração a necessidade demonstrada no apoio deste gabinete, em Albufeira, foram também alargados estes atendimentos ao renovado CLAIM de Albufeira.

À semelhança do que vem sendo realizado pelo gabinete em anos anteriores, o GAJI manteve, em 2016, a colaboração com vários gabinetes do CNAIM e do ACM, I.P., em respostas/opiniões colocadas via telefone e/ou correio eletrónico, tendo igualmente colaborado com entidades externas, prestando os mais variados esclarecimentos (como Associações de Solidariedade Social, Santa Casa da Misericórdia, vários CLAIM existentes no país, Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território).

O Gabinete de Apoio ao Emprego (GAE), do CNAIM de Lisboa, presta apoio ao nível da procura ativa de emprego – elaboração de *Curriculum Vitae* e cartas de apresentação, pesquisa de ofertas de emprego, candidaturas espontâneas, bem como outras metodologias que visam complementar os meios de candidatura. O gabinete integra, também, o Núcleo de Apoio ao Empreendedorismo (NAE), a funcionar desde 2007.

Em 2016, o NAE fez 170 atendimentos presenciais, essencialmente de informação geral e de incentivo à criação de autoemprego, por parte dos/das cidadãos/ãs migrantes. Do total de atendimentos efetuados, 37 foram encaminhados para o Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante (GAEM) para um atendimento mais especializado e para o curso “Apoio à Criação de Negócios”.

O GAE contabilizou, nas vertentes de empregabilidade e empreendedorismo, um total de 11.354 atendimentos presenciais e não presenciais, estes últimos relativos a contactos de acompanhamento estabelecidos com clientes encaminhados para emprego, bem como contactos para informar sobre processos de recrutamento abertos, marcação e preparação para entrevistas de trabalho.

Relativamente ao CNAIM Algarve, verificada a necessidade do acompanhamento local aos/às clientes na área da formação e do emprego, foi criada uma parceria direta com o Instituto de Emprego e Formação Profissional regional, no sentido de aproximar os serviços e colmatar a dificuldade da distância geográfica dos/das cidadãos/ãs migrantes, residentes no Sotavento algarvio.

O Gabinete de Apoio à Qualificação (GAQ), a funcionar no CNAIM de Lisboa, desde março de 2009, presta informações e procede ao encaminhamento para vias de qualificação adequadas ao perfil e interesse dos/das cidadãos/ãs, bem como para processos de reconhecimento e equivalência de habilitações profissionais e superiores. O GAQ realizou 612 atendimentos, dos quais 470 presenciais. O gabinete foi procurado por cidadãos/ãs de 35 nacionalidades diferentes, maioritariamente cidadãos/ãs brasileiros/as e, à semelhança do ano anterior, essencialmente para questões relacionadas com oferta formativa para adultos.

Os gabinetes de atendimento especializado contam com o apoio do Serviço da Pré-Triagem e do Gabinete de Acolhimento e Triagem, tendo todos os gabinetes acolhido, em formação observada, novos/as mediadores/as a integrarem os gabinetes do CNAIM, bem como técnicos/as de instituições externas (dos CLAIM ou da Rede GIP). Foram ainda ministradas várias ações de formação para os/as mediadores/as em exercício de funções, com o intuito de aquisição de novas competências ou reciclagem de conhecimentos.

Outra vertente de apoio, dado pelos gabinetes dos CNAIM, refere-se ao trabalho desenvolvido pelas Equipas de Terreno, orientadas para o atendimento especializado, nas diversas áreas respeitantes à vida dos/das migrantes. Nesse sentido, foram feitas, em 2016, 17 saídas, tendo sido esclarecidos e encaminhados 320 cidadãos/ãs.

É de destacar ainda, o trabalho desenvolvido pelo Espaço Criança, que acompanhou 1.355 crianças, durante o ano 2016.

### 2.1.3. Visitas internacionais

Durante 2016, e no seguimento do reconhecimento internacional de Portugal, como um país que apoia a promoção dos Direitos Fundamentais, e que aposta nas políticas para a integração de migrantes e pessoas refugiadas, foram várias as delegações internacionais que se deslocaram ao ACM, I.P., para, por um lado, discutir e analisar as boas práticas e, por outro, para visitar os CNAIM, internacionalmente referidos como *One-stop-shops*.

Neste domínio, destacam-se as visitas: da delegação da Macedónia; de professores da Roménia; da delegação da Finlândia; das forças policiais da República Checa; de representantes do Ministério do Interior da Turquia; de estudantes do Liechtenstein; da Diretora da Delegação da Europa do Migration Policy Institute, Elizabeth Collet; e ainda da representante da Amnistia Internacional da Holanda, Nawal Mustafa.



Fig. 11 – Visita delegação turca



Fig. 12 – Visita da Polícia República Checa

De realçar as visitas do Representante Regional do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Roland Schilling, e da Relatora Especial das Nações Unidas para o Direito a uma Habitação Adequada, Leilani Farha.

No âmbito do Programa Escolhas, é também de destacar a visita da Comissária Europeia para o Emprego, Assuntos Sociais e Mobilidade no Trabalho, Marianne Thyssen, no dia 6 de outubro, ao projeto “Espaço, Desafios e Oportunidades – E6g”, na Escola EB 2,3 Visconde Juromenha, na Tapada das Mercês, em Lisboa.



Fig. 13 – Visita Comissária Europeia, Marianne Thyssen

Finalmente, e reforçando a estreita relação com as Representações Diplomáticas, acreditadas em Lisboa, durante 2016, o ACM, I.P. recebeu a visita da Embaixadora da Roménia, Ioana Bivolaru, da Embaixadora da Suécia, Caroline Fleetwood, e do Embaixador dos Estados Unidos da América, Robert Sherman.



Fig. 14 – Visita da Embaixadora da Roménia



Fig. 15 – Visita da Embaixadora da Suécia



Fig. 16 – Visita do Embaixador dos EUA

## 2.2. Linha de Apoio ao Migrante e Serviço de Tradução Telefónica

A Linha de Apoio ao Migrante (808 257 257) tem, ao longo dos seus 13 anos de funcionamento, disponibilizado aos/às migrantes e cidadãos/ãs em geral, informação sobre a legislação portuguesa e procedimentos administrativos, de modo a facilitar o processo de integração dos/das migrantes, além de fazer a articulação dos/das migrantes com os CNAIM, nomeadamente ao efetuar a triagem e o agendamento para os gabinetes de apoio especializado destes Centros.

Indo ao encontro das novas realidades migratórias, nomeadamente o acolhimento de pessoas refugiadas, o atendimento na Linha de Apoio ao Migrante foi, em 2016, reforçado com mais um idioma, o árabe, que se junta



aos restantes oito idiomas de atendimento – português, crioulo de Cabo Verde, espanhol, francês, inglês, romeno, russo e ucraniano.

A equipa, constituída por oito mediadores/as interculturais, atendeu, em 2016, 61.690 chamadas, das quais 39.217 são atendimentos efetuados pela Linha de Apoio ao Migrante. Foram ainda, elaborados 3.671 *e-mails*, na sua grande maioria em resposta a pedidos de informação.

Em 2016, respondendo ao aumento de pedidos de tradução em árabe (decorrentes da entrada de novos migrantes no país), o Serviço de Tradução Telefónica (STT), que funciona junto da Linha de Apoio ao Migrante, foi reforçado com uma mediadora falante de árabe, com funções específicas em traduções telefónicas, escritas e presenciais.

Ainda na sequência dos novos fluxos migratórios, têm sido envidados esforços no sentido de dotar a bolsa de tradutores do STT com falantes de idiomas dos países ou regiões de onde provêm novos migrantes, nomeadamente pessoas refugiadas, contando já com tradutores/as de amárico e tigrínia. Assim, a Bolsa de Tradutores passou a contar com 59 idiomas disponíveis para tradução, a serem realizadas por 68 tradutores/as.

Albanês  
Alemão  
Amárico  
Árabe  
Azerbaijano  
Balanta  
Bangla  
Bérbere  
Bósnio  
Búlgaro  
Checo  
Curdo  
Curdo Surani  
Chinês Mandarim  
Chinês Quíngtian  
Chinês Wenzhou  
Chinês Xangai  
Crioulo (Cabo Verde)  
Crioulo (Guiné-Bissau)  
Croata

Dari  
Djola  
Espanhol  
Farsi  
Francês  
Georgiano  
Grego  
Guarani (Paraguai)  
Gujarati  
Haaka (Timor Leste)  
Hindi (Índia)  
Holandês  
Húngaro  
Ibo (Nigéria)  
Ioruba (Nigéria)  
Inglês  
Italiano  
Japonês  
Kicongo (R. Congo)  
Lingala (R. Congo)

Lituano  
Macedónio  
Mandinga  
Marathi  
Nepalês  
Olof  
Persa  
Pidgin English (Nigéria)  
Polaco  
Punjabi  
Romeno  
Russo  
Sérvio  
Sonrai  
Tetum  
Tigrínia  
Turco  
Urdu  
Ucraniano

Durante o ano de 2016, foram registadas 1.363 chamadas para o STT, que resultaram em 1.100 traduções efetuadas. As restantes 263 chamadas visaram a obtenção de informações sobre o STT, bem como o agendamento de traduções.

O Árabe e o Chinês Mandarim foram os idiomas mais solicitados para tradução em 2016, correspondendo estes dois idiomas a 66% das traduções efetuadas, conforme se pode constatar no gráfico seguinte.

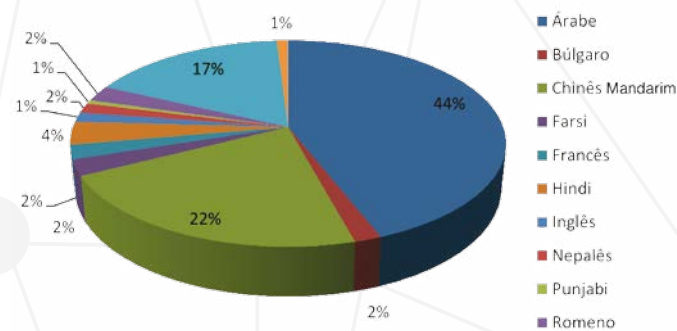


Fig. 17 – Principais idiomas traduzidos pelo STT, em 2016

As entidades que mais recorreram ao STT foram ONG ligadas ao acolhimento de pessoas refugiadas e serviços de saúde.

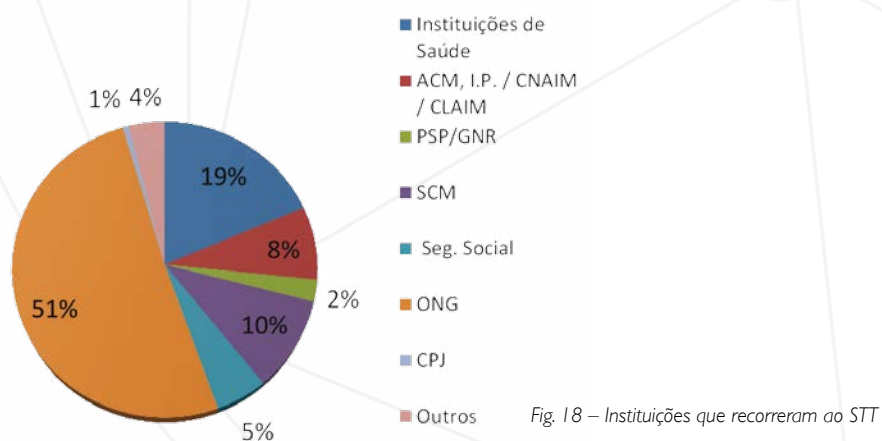


Fig. 18 – Instituições que recorreram ao STT

### 2.3. Gabinete de Apoio às Políticas Locais e Integração de Migrantes

O ano de 2016 foi marcado pela consolidação das políticas locais de apoio à integração de migrantes, que passou por diferentes iniciativas, nomeadamente pela alteração da missão e nomenclatura dos CLAIL (Centros Local de Apoio à integração de Imigrantes) para CLAIM (Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes). Tendo em conta a enorme importância do papel dos CLAIM, na integração a nível local, considerou-se que as novas realidades migratórias e os atuais desafios, que se colocam a Portugal na área das migrações, nomeadamente no que diz respeito à integração de pessoas refugiadas, careciam de uma nova adaptação às necessidades, começando pelo alargamento do conceito, que conduziu a uma alteração da designação para CLAIM, para uma maior sintonia com a designação do próprio Instituto.

O Gabinete Técnico dos Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (GTCLAIL), foi alvo de uma fusão com um outro gabinete do ACM, I.P., o Gabinete de Apoio às Políticas Locais (GAPL), surgindo o renovado Gabinete de Apoio às Políticas Locais e Integração de Migrantes (GAPLIM). A atividade principal do GAPLIM consistiu no acompanhamento, na conceção e implementação de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes (PMII), proporcionando um salto qualitativo nas políticas de acolhimento e integração de imigrantes e pessoas refugiadas, não deixando a maior parte desses planos de incluir a dinamização de um CLAIM no território.

Durante 2016, foram inaugurados três novos CLAIM (Portimão, Lagoa e Tomar), tendo sido igualmente inaugurada uma extensão do CLAIM de Sintra, na nova Loja do Cidadão, em Aqualva Cacém, resultantes de parcerias com os respetivos Municípios. As inaugurações destes novos gabinetes, bem como as respetivas cerimónias de assinatura dos protocolos, contaram com as presenças do Ministro Adjunto e da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade.

Em 2016, procedemos ao lançamento de um convite à cooperação, no âmbito da Rede CLAIM, a vários Municípios, tendo em conta o n.º de população estrangeira residente. Na sequência desta iniciativa, recebemos vários contatos, com probabilidade de estabelecer futuras parcerias. Complementarmente, foram produzidos novos folhetos de informação e divulgação da Rede CLAIM.

Ainda em 2016, procedeu-se à abertura, análise e avaliação de candidaturas de dois avisos nos termos do Art.º 1.º e seguintes da Portaria n.º 407/2015 de 24 de novembro, no âmbito do Objetivo Nacional “Integração” do FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração:

- O Aviso 15/FAMI/2016, que visou ações de integração de nacionais de países terceiros (nomeadamente CLAIM) em concelhos onde não existam Planos Municipais para a Integração de Migrantes;
- O Aviso 13/FAMI/2016, que visou a implementação das medidas previstas nos 19 PMII existentes.

Atualmente, a Rede CLAIM é constituída por 60 CLAIM, dos quais 56 são resultantes de parcerias com 48 Municípios e 4 com entidades da sociedade civil.

### 2.3.1. Atendimentos

Em 2016, a Rede CLAIM realizou um total de 51.863 atendimentos. Quanto ao perfil dos atendimentos, o tema mais comum continua a ser a regularização da situação migratória à semelhança dos anos anteriores. No total, os atendimentos registados abrangem 122 nacionalidades diferentes, sendo as primeiras cinco: a cabo-verdeana, a brasileira, a angolana, a guineense e a ucraniana. O apoio foi prestado, maioritariamente, a imigrantes de sexo feminino. Em relação à faixa etária, o apoio foi prestado, sobretudo, a pessoas com idades compreendidas entre os 26 e os 35 anos.

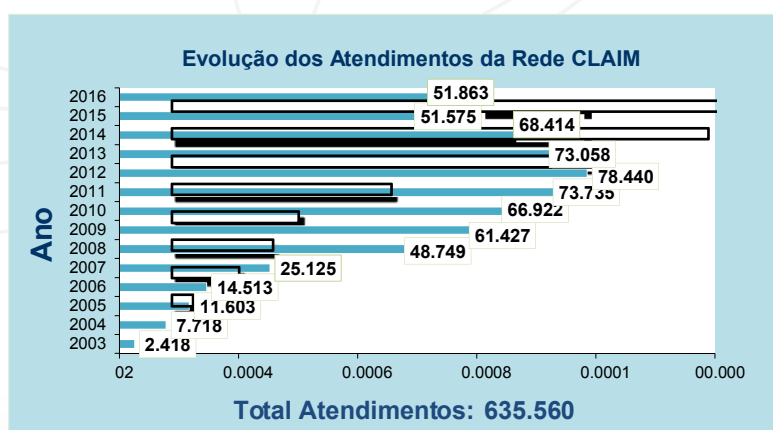


Fig. 19 – Evolução dos atendimentos da Rede CLAIM (2003-2016)

Renovaram-se, em Setembro, os protocolos no âmbito da parceria entre o ACM, I.P. e o IEFPI, para a dinamização de 10 Gabinetes de Inserção Profissional Imigrante. No ano de 2016, a Rede GIP Imigrante realizou 10.004 atendimentos. Foram ainda elaborados novos folhetos de informação e divulgação da Rede GIP Imigrante.

### 2.3.2. Outras iniciativas

Com o objetivo de consolidar os conhecimentos dos/das técnicos/as e, principalmente, preparar os/as novos/as técnicos/as para o exercício das suas funções, realizámos um Plano de Formação Inicial Teórica e Prática, bem como ações de Formação Observada em Gabinetes Especializados, dos CNAIM de Lisboa e do Algarve, para diferentes grupos durante o ano, num total de 1.222 horas.

O GAPLIM realizou, em 2016, 19 visitas a entidades parceiras, no âmbito da Rede CLAIM, da Rede GIP Imigrante e dos PMII. Estas visitas constituíram momentos privilegiados de partilha com as equipas, que se revelaram muito importantes para detetar dificuldades, desbloquear situações e estreitar relações. Em junho, foi realizada uma reunião de coordenação regional em Portimão, o mais recente gabinete, na altura, a integrar a Rede, agregando os CLAIM da região do Algarve. Com o objetivo de fazer destas reuniões, mais do que momentos de partilha de resultados e de dificuldades, sentidos por cada um dos gabinetes, optámos por acrescentar ao programa uma ação de informação sobre o recém-criado Gabinete de Apoio à Integração de Refugiados (GAIR), do ACM, I.P., ministrada por uma técnica do mesmo, contribuindo assim para o reforço das competências dos/das técnicos/as, numa matéria tão atual e desafiante.

A 27 de novembro de 2016, teve lugar a 5.ª edição da iniciativa Família do Lado, que decorreu, no mesmo dia e à mesma hora, em mais dois países europeus, designadamente República Checa e Espanha. Através da Família do Lado, uma família aceitou acolher em sua casa, uma ou mais famílias que não se conheciam, constituindo-se pares de famílias – migrantes ou refugiadas e autóctones – para a realização de um almoço-convívio, típico da cultura da família anfitriã, como forma de acolhimento. Para a concretização desta iniciativa, o ACM, I.P. contou com a colaboração de 96 entidades da sociedade civil, das quais 63 entidades realizaram almoços, em 38 concelhos do país. A Família do Lado envolveu 232 famílias (115 imigrantes e 117 autóctones), dando origem à realização de 100 encontros. No total, participaram 723 pessoas e 107 voluntários, que atuaram como facilitadores, estabelecendo pontes entre culturas. Nesta celebração da diversidade, as famílias reuniram à volta da mesa pessoas de 33 nacionalidades diferentes. Somando as cinco edições, em Portugal foram já realizados 467 almoços, envolvendo 1.062 famílias, com 3.309 pessoas de mais 50 nacionalidades diferentes. De destacar, na edição de 2016, a participação da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino, que marcou presença num almoço entre duas famílias do Seixal.

Também em 2016, o ACM, I.P. organizou o *roadshow* e mostra coletiva “ACM Fora de Portas”. Com início pelas 11h de quarta-feira, 21 de setembro, no Largo Camões, em Lisboa, a iniciativa animou esta praça lisboeta, até às 19h, com várias atividades num palco, numa carrinha institucional ACM, I.P., e em tendas temáticas. O objetivo central deste evento foi dar a conhecer as diferentes valências deste Instituto e dos seus inúmeros parceiros, nomeadamente associações de imigrantes, comunidades ciganas e projetos do Programa Escolhas.

Depois de Lisboa, o *roadshow* seguiu para Évora (dia 22), na Praça do Giraldo; Faro (23), no Largo Dr. Francisco Sá Carneiro; Coimbra (24), no Parque Verde do Mondego, onde foram celebrados os 16 anos do Programa Escolhas, do ACM, I.P.; e terminou no Porto (25), na Praça da Batalha.



Fig. 20 e 21 – ACM Fora de Portas

#### 2.4. Acompanhamento, ligação e apoio ao regresso emigrante

Dando continuidade à missão do ACM, I.P., no âmbito da cooperação “com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas – DGACCP), através de uma abordagem integrada às dinâmicas de emigração e imigração, bem como às respetivas diásporas, designadamente em ações que apoiem, incentivem e acompanhem o retorno de cidadãos nacionais emigrantes no estrangeiro, ou reforcem os seus laços de vínculo a Portugal”, ao trabalho desenvolvido no âmbito de 14 medidas, desagregadas em 21 ações, do Eixo V, do PEM. 2016 foi um ano de consolidação do trabalho realizado em prol do reforço da ligação e do acompanhamento de cidadãos nacionais de Portugal.

No universo de pedidos de informação recebidos, maioritariamente através de e-mail ([gare@acm.gov.pt](mailto:gare@acm.gov.pt)), mas, também, por via telefónica (Linha de Apoio ao Migrante), via postal e presencial, foram registadas 375 solicitações, provenientes de 28 países, nomeadamente Inglaterra, Brasil, França, Suíça, Luxemburgo, Venezuela, Angola, Espanha, Holanda e EUA, além de inúmeros pedidos recebidos de cidadãos já em Portugal.

No que respeita à natureza das solicitações, as mesmas centraram-se, sobretudo, no pedido de informações gerais (direitos, deveres, incentivos ao regresso e reintegração em Portugal), seguindo-se pedidos no âmbito do Empreendedorismo, Segurança Social/Pensões de Reforma, Finanças, Educação, Mobilidade e Transportes, Emprego/Trabalho e Saúde.

Tendo em conta os respetivos pedidos, o GARE articulou, por um lado, respostas e encaminhamentos para os gabinetes internos da Rede Nacional de Apoio à Integração dos Migrantes designadamente, Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante, Gabinete de Apoio à Saúde, o Gabinete de Apoio à Educação, Gabinete de Apoio Social, Programa Mentores para Migrantes, tendo, por outro lado, promovido encaminhamentos para os serviços externos de entidades competentes em cada matéria, nomeadamente para a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP), o Centro Nacional de Pensões, a Autoridade Tributária e Aduaneira, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, e o Instituto de Mobilidade e Transportes, entre outros.

Com o objetivo do reforço da ligação dos/das portugueses/as não residentes a Portugal, o ACM, I.P. prosseguiu, em 2016, com a terceira e quarta fases do Concurso 50/50 ([www.50por50.pt](http://www.50por50.pt)). Sob o mote, “Deixe a sua marca em Portugal”, a campanha de apelo ao apoio destas ideias assentou na produção e disseminação *offline* e *online* de vários suportes promocionais, tais como um cartaz/mapa, com a localização de todas as ideias a concurso, postais customizados sobre cada ideia, bem como a promoção global do projeto na revista *PORT.com*.

Foram registadas intenções de apoio a 12 das ideias concorrentes, nomeadamente nas áreas de apoio a deficientes, idosos e jovens. Nos financiamentos registados, destaque para os projetos *Vivo em Braille* (Aveiro) e *Surfing4Citizenship* (Ericeira), que recolheram 100% do financiamento necessário à sua implementação. Estes projetos encontram-se em fase de concretização.



Fig. 22 – Capa falsa da Revista PORT.com, Concurso 50/50

No âmbito do apoio ao empreendedorismo migrante e, concretamente, na prossecução da parceria com a Fundação AEP, no projeto “Empreender 2020 – Regresso de uma Geração Preparada”, cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER, através do COMPETE 2020, o GARE, em estreita colaboração com o Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante, colaborou na conceção do programa “Elevar o seu Negócio 4.0.”, programa que visava apoiar empresários portugueses emigrantes, que pretendam replicar os seus negócios em Portugal, em setores intensivos, na área da tecnologia ou conhecimento.

Nesse contexto, o ACM, I.P., e a Fundação AEP deram início, nos dias 16 e 17 de dezembro, por ocasião do I Encontro de Empresários da Diáspora, à abertura de candidaturas ao Prémio Elevar o seu Negócio 4.0. (<http://elevaroseunegocio.pt>), destinado a reconhecer o mérito dos/das empresários/as portugueses/as ou luso-descendentes emigrados, que criaram empresas de sucesso, nas áreas da alta e média tecnologia, ou com elevado grau de inovação, nos países de destino.

O programa Elevar o seu Negócio 4.0. integrou ainda, a criação da Rede de Empresári@s Lus@s, a promoção de um conjunto de iniciativas da Rede, como o Fórum de Negócios, Academia do Empresário, o Inspiration Lab, o Banco de Oportunidades, culminando com a assessoria individualizada aos/às participantes do programa (futuros empresários), no que respeita ao apoio e orientação ao nível de procedimentos para constituição das respetivas empresas, orientação nas áreas da gestão e desenvolvimento do negócio, *marketing*, financeiro & fiscal, recursos humanos, logística, etc.

Prosseguindo com a parceria entre o ACM, I.P., a Fundação Calouste Gulbenkian, Ordem dos Engenheiros e Ordem dos Enfermeiros, o GARE, em articulação com o GAPLIM, promoveu o lançamento e a dinamização da Plataforma de Mobilidade Profissional Global (<http://mobilidadeglobal.org>) – ferramenta *online* de apoio à contratação de portugueses que residam no estrangeiro, tendo como objetivo promover e divulgar oportunidades

de trabalho em Portugal e no exterior – com as mais-valias de efetuar o *match* automático, entre a procura e a oferta de trabalho, e de aprofundar o registo do percurso dos portugueses em mobilidade.

### 3. Apoio ao Empreendedorismo Migrante

Criado em 2015, o Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante (GAEM) gere e dinamiza ações diversas dirigidas ao empreendedor migrante, disponibilizando apoio especializado, ações de capacitação, *workshops* e lojas temáticas, sessões de informação, encontros de *networking*, entre outras atividades.



Fig. 23 – Encontro de networking – Ignite Portugal no CNAIM de Lisboa

O Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI) encontra-se entre as principais atividades desenvolvidas pelo GAEM, em 2016, e tem como objetivo estimular o empreendedorismo, através do curso “Apoio à Criação de Negócios” e consultoria ao empreendedor (durante e após o curso).



Fig. 24 – Entrega de certificados de frequência no curso “Apoio à Criação de Negócios”

Em 2016, o GAEM executou um total de 8 cursos de “Apoio à Criação de Negócios”, de acordo com as especificações apresentadas abaixo.

		Sexo	
		M	F
N.º de cursos desenvolvidos pelo GAEM no CNAIM de Lisboa	6		
N.º de cursos desenvolvidos pelo GAEM no CNAIM de Porto	2		
N.º de participantes	211	68	143
N.º de Certificados de Frequência	111	41	70
N.º de Cartas de Recomendação (*)	35	20	24

Fig. 25 – Execução PEI – Projeto de Empreendedorismo Imigrante

Atendendo ao seu potencial de adaptabilidade a diferentes públicos, o PEI tem vindo a ser apresentado a estudantes internacionais, agora com a designação de PEPEI – Projeto de Empreendedorismo Para Estudantes Internacionais. Esta iniciativa tem como objetivo capacitar estudantes internacionais para a estruturação e implementação de uma ideia de negócio, uma vez que, muitos destes estudantes, poderão ter interesse em fixar-se em Portugal, sendo a criação do seu próprio emprego uma via a considerar. Em 2016, realizou-se uma edição experimental do PEPEI, no Porto, com a colaboração do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), que mobilizou 24 participantes.

O Concurso de Ideias Valorização do Empreendedorismo Migrante (VEM), lançado de forma experimental em 2015, procurou contribuir para a criação de micronegócios promovidos por emigrantes, através do incentivo ao desenho, teste e implementação de soluções empreendedoras a desenvolver em Portugal. Este apoio foi prestado através de uma plataforma digital e com o apoio de um tutor. Em 2016, realizaram-se as Fases 4 e 5 do Concurso, as quais avaliaram as ideias de negócios desenvolvidas na plataforma digital. Foram selecionados para participar no *Elevator Pitch* (Fase 5) 30 candidatos. Esta fase do Concurso, realizada a 19 de fevereiro de 2016, permitiu que os promotores dos projetos apresentassem as suas ideias de negócio, num total de 10 minutos, sucedendo-se 5 minutos para dúvidas e esclarecimentos, por parte do júri. Dos finalistas da Fase 5, atribuiu-se apoio financeiro e operacional a 18 negócios, entretanto criados.

O Atendimento Especializado a Empreendedores, tendencialmente presencial e sujeito a marcação prévia, procura orientar o/a cidadão/ã migrante nas diversas fases de um negócio (planeamento, implementação e dissolução). Este apoio poderá ser realizado por outras vias de contacto (*e-mail*, telefone ou plataformas *online*), podendo implicar, se necessário e atendível, deslocações às instalações das empresas ou acompanhamento do empreendedor a reuniões.

		Sexo	
		M	F
N.º de atendimentos	240		
N.º de clientes	164	75	89
N.º de projetos/negócios	156		

Fig. 26 – Atendimentos Especializados a Empreendedores

A Loja POP-UP, nas instalações do CNAIM de Lisboa, fez com que os/as empreendedores/as pudessem contactar com um público alargado, fazendo vendas e testando o seu produto, junto de potenciais clientes. Em 2016, foram mobilizados 14 negócios, em 6 edições.





Fig. 27 e 28 – Loja POP-UP no CNAIM de Lisboa

Os *Workshops* Temáticos, versando tópicos do interesse dos/as empreendedores/as, decorrem por norma durante a semana de exibição da POP-UP. Em 2016, foram abordados diversos temas, tais como “Comunicar para empreender”, “Concretizar para resultados”, “Empreender hoje”, “*Street Food*”, “*Business Model Canvas*”, “Gestão de clientes e bases de dados”, “*Design* e empreendedorismo” e “Como iniciar o seu negócio”.

	Sexo	
	M	F
N.º de <i>workshops</i>	9	
N.º de participantes	178	117

Fig. 29

#### 4. Programa Mentores para Migrantes

Criado em 2015, o Programa Mentores para Migrantes é uma iniciativa que, através do voluntariado, promove experiências de troca, entreajuda e apoio entre cidadãos. Permite o conhecimento mútuo, em que as diferenças se esbatem na resolução das mesmas dificuldades, preocupações e desafios do dia a dia. Trata-se de uma medida de acolhimento e integração de migrantes e, pela riqueza que esta experiência promove, é também uma forma de sensibilizar para o diálogo intercultural, a participação e o voluntariado na sociedade.



Fig. 30 – Desdobrável Mentores

O acolhimento é proporcionado por um conjunto de mentores voluntários, que apoiam os/as migrantes, em diferentes áreas para a sua melhor integração em Portugal. É um programa promovido pelo ACM, I.P., e desenvolvido, por todo o país, por um conjunto de 56 parceiros locais, e que, em 2016, mobilizou 114 participantes, em 57 mentorias.

	2016	Total
Mentores	181	714
Mentorados	167	393
Mentorias	57	111
Participantes	114	222

Fig. 31

Em 2016, os/as mentores/as voluntários/as passaram também, a poder apoiar cidadãos/ãs refugiados/as que, nesse ano, começaram a chegar em maior número a Portugal. Face ao crescimento das necessidades de proteção internacional e sua recolocação, a sociedade portuguesa revelou uma grande abertura para o acolhimento e integração destas pessoas refugiadas. Esse fato teve repercussões no número de voluntários inscritos no programa. Em 2016, a estratégia foi a de apresentar o Programa Mentores para Migrantes como uma estratégia de acolhimento disponível para estes cidadãos e articular, de forma estreita, com as entidades que, localmente, são responsáveis por este acolhimento.

Numa perspetiva de constante atualização da informação, houve, mais uma vez, a necessidade de revisão e impressão de alguns dos materiais de apoio produzidos, sobretudo ao nível da sua tradução para o inglês. No final do ano, foram impressos 5000 exemplares dos folhetos, relativos a mentorados, numa edição bilingue: português-ínglês. Apresentado no encontro anual, e divulgado massivamente pelas redes sociais do ACM, I.P., e das entidades parceiras envolvidas, foi produzido um vídeo multimédia para divulgação do programa.

Além das visitas de acompanhamento local (55 visitas realizadas) e do sistemático trabalho de facilitação e acompanhamento, o alargamento progressivo de entidades exigiu que fossem criados momentos formativos (num total de 13 participantes). O culminar do trabalho conjunto em rede decorreu, com a realização do II Encontro Anual, realizado em dezembro, numa parceria com a Câmara Municipal da Amadora.



Fig. 32 – II Encontro Anual do Programa Mentores para Migrantes

O II Encontro Anual do Programa Mentores para Migrantes, que ocorreu a 13 de dezembro, contou com as presenças da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino, do Alto-Comissário para as Migrações, Pedro Calado, da Presidente da Câmara Municipal da Amadora, Carla Tavares, que este ano se associou à organização da iniciativa.

A partilha de experiências inspiradoras foi, mais uma vez, um dos principais objetivos. Num debate moderado por Conceição Queiroz, jornalista e embaixadora do Programa Mentores, em que participaram entidades, mentores

e mentorados, que deram conta das suas práticas. Além disso, a diretora Executiva do Toronto Region Immigrant Employment Council (TRIEC), Beth Clark, partilhou a intervenção do The Mentoring Partnership TRIEC do Canadá, um projecto que se tem destacado pelos bons resultados, ao nível do envolvimento de imigrantes qualificados, na economia do país e também, pelas suas parcerias de mentoria.

No seguimento do lançamento da iniciativa, destinada a reconhecer o contributo dado pelos/as voluntários/as, o evento culminou com a atribuição da distinção “Mentor/a Campeão/ã do Ano” a 10 mentores/as do Programa, que se destacaram pelo trabalho efetuado durante este ano.

## 5. Programa Português para Todos

O Programa Português para Todos (PPT) tem por missão disponibilizar, aos/as cidadãos/as imigrantes, cursos de língua portuguesa para estrangeiros, que certificam ao nível A2 Utilizador Elementar, B2 – Utilizador Independente do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR), e cursos de português técnico. Estes cursos, regulamentados pela Portaria n.º 1262/2009, de 15 de outubro, e pela Portaria n.º 216 B/2012, de 18 de julho, são implementados pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), através das escolas da rede pública, e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, através dos centros de formação de gestão direta ou protocolares.

O Programa PPT é gerido pelo ACM, I.P., enquanto Organismo Intermédio do Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (PO ISE), no âmbito do Portugal 2020. Tendo sido o ano de 2016 um ano de transição do Quadro de Referência Estratégica Nacional – QREN para o Portugal 2020, não houve, em 2016, lugar à abertura e aprovação de candidaturas para a Tipologia de Operação 3.06 – Português para Todos, no âmbito do PO ISE – Portugal 2020.

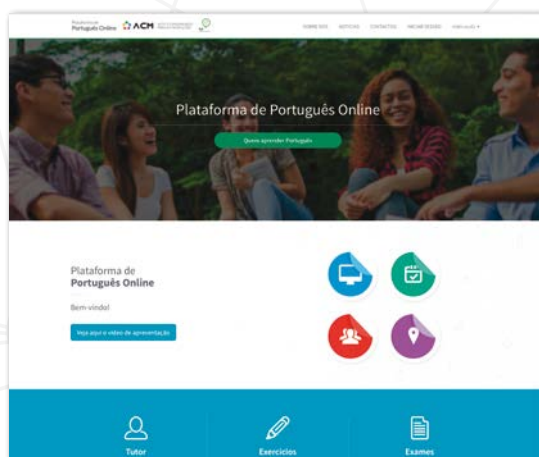


Fig. 33 – Plataforma de Português Online

O ACM, I.P. lançou, a 27 de maio de 2016, a Plataforma de Português Online ([pptonline.acm.gov.pt](http://pptonline.acm.gov.pt)), uma ferramenta online que apresenta conteúdos para aquisição do português europeu por adultos falantes de outras línguas. Permite ao utilizador praticar a língua nas atividades linguísticas de compreensão do oral, compreensão da leitura e produção escrita, bem como aprender e alargar o vocabulário e os conhecimentos de gramática, úteis para o dia a dia.

Os conteúdos, organizados em dois níveis – A e B –, estão descritos nos dois referenciais “O Português para Falantes de Outras Línguas – O Utilizador Elementar no País de Acolhimento” e “O Português para Falantes de Outras

Línguas – O Utilizador Independente no País de Acolhimento”. Estes dois documentos interpretam as descrições dos níveis apresentados no Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, produzido pela Unidade de Política Linguística do Conselho da Europa.

A plataforma encontra-se organizada em 24 módulos temáticos funcionais, apresentados nos formatos texto, áudio, vídeo e imagem, e está disponível em português e em inglês, sendo que, brevemente, poderá ser consultada noutras línguas, nomeadamente em árabe, indo assim ao encontro das necessidades específicas das pessoas refugiadas acolhidas em Portugal.

Durante o ano de 2016, verificou-se o registo de um total de 1.500 utilizadores, de 104 nacionalidades.

Sendo reconhecida a importância da educação não formal em contexto nacional e comunitário, como parte essencial do processo educativo, e considerando que a mesma é vista como complementar, e não contraditória ou alternativa à educação formal, decorreu de 4 de julho a 8 de agosto de 2016, o período para apresentação de candidaturas, no âmbito do Objetivo Específico 2 – Integração e Migração Legal e Objetivo Nacional 2 – Integração, do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, para a realização de ações de aprendizagem da língua portuguesa, por via da educação não formal.

Pretende-se que estas ações constituam uma resposta adaptada às necessidades específicas dos nacionais de países terceiros, nomeadamente no que diz respeito aos níveis de conhecimento, proficiência linguística e ritmos de aprendizagem, enquadrando-se nas seguintes tipologias:

- a) Ações de Língua Portuguesa com vista à certificação no final, em entidade competente, e que visam dotar os/as participantes de conhecimentos ao nível da certificação (Nível A2 – Utilizador Elementar, do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas);
- b) Ações de Iniciação ao Português, que visam dotar os/as participantes de conhecimentos básicos, com vista à sua integração social e profissional;
- c) Ações de Alfabetização, que visam dotar os/as participantes de competências de leitura e escrita, contribuindo para a sua autonomia enquanto cidadãos/ãs imigrantes, com vista à sua integração em outras ofertas formativas.

No final do concurso, foram aprovadas 19 candidaturas (entidades públicas e privadas sem fins lucrativos), com um total de 160 ações de educação não formal, que irão decorrer até junho de 2017, em todo o país, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

	Ações de Língua portuguesa com vista à certificação	Ações de Iniciação ao Português	Ações de Alfabetização	Total
Norte	2	12	8	22
Centro	2	11	1	14
Alentejo	0	1	0	1
Lisboa	17	77	27	121
Algarve	0	1	1	2
Total	21	102	38	160

Fig. 34

A estas ações corresponde um valor global aprovado de 234.927,55€, sendo a comparticipação comunitária de 176.195,66€.

## 6. Apoio Técnico às Associações de Imigrantes

O Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI) desenvolve a sua ação centrada nas associações de imigrantes reconhecidas pelo ACM, I.P., assumindo as seguintes responsabilidades: (I) apoio no planeamento, implementação e avaliação das iniciativas das associações de imigrantes em prol dos direitos e interesses específicos de imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal; (II) colaboração técnica, avaliação e acompanhamento dos apoios financeiros prestados pelo ACM, I.P., às iniciativas das associações de imigrantes; (III) promoção de ações de capacitação das associações de imigrantes, através da formação dos/das seus/as líderes e da construção de instrumentos de facilitação do desenvolvimento de iniciativas, em prol do acolhimento e da integração de imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal; (IV) promoção do associativismo imigrante, através da sensibilização dos/das imigrantes e seus/suas descendentes para a importância da sua participação em estruturas organizadas da sociedade civil, e das entidades públicas e privadas para a relevância do associativismo imigrante, na integração de imigrantes e seus descendentes.

O apoio técnico caracteriza-se, essencialmente, pela consultoria prestada na instrução dos processos de candidaturas a apresentar ao próprio ACM, I.P., bem como na divulgação de outras potenciais fontes de financiamento para as associações de imigrantes, disseminação das atividades/projetos desenvolvidos pelas associações de imigrantes, através dos diferentes meios que o ACM, I.P. disponibiliza para o efeito e na gestão da cedência de espaços para reuniões e encontros. O GATAI acompanha e participa nos projetos desenvolvidos no terreno, representando o ACM, I.P., em conferências, seminários, encontros culturais, reuniões de trabalho, atividades festivas e outros eventos promovidos pelas associações de imigrantes. Esta presença junto destas organizações, é fulcral, na medida em que é reveladora do reconhecimento do trabalho efetuado pelos líderes associativos, do contributo que se espera dar ao movimento associativo, constituindo também uma ferramenta eficaz de diagnóstico da realidade.

A aposta forte no reforço da capacitação das associações de imigrantes passou, em 2016, pela disponibilização de várias formações, reforçando assim a criação de oportunidades formativas em áreas fundamentais para o desenvolvimento do trabalho das associações, enquanto agentes de transformação social, junto das comunidades imigrantes.

Na sequência do trabalho de acompanhamento que o GATAI tem efetuado junto das associações de imigrantes, o Programa Sustentabilidade Impacto e Mudança (PSIM) visa a capacitação das Associações por intermédio de ações de formação, nas várias áreas afetas ao trabalho associativo.

Pretende-se que, ao longo de três anos, as entidades possam ser capacitadas com ferramentas técnicas que lhes permitam uma maior sustentabilidade nas suas ações, bem como melhores projetos de intervenção, nas suas áreas de trabalho. Estas ações são realizadas com o apoio de parceiros conceituados e experientes nas várias temáticas, como a Fundação Aga Khan, através de metodologias e abordagens participativas e de apoio técnico logístico e com recursos humanos. O IES – Social Business School participa, igualmente, em formações específicas, assim como outros parceiros especializados, mediante a necessidade sentida pelas associações e parceiros.

O PSIM tem sido uma forma de ajudar a fortalecer a promoção do associativismo imigrante, através da sensibilização de imigrantes e seus descendentes, para a importância da sua participação em estruturas organizadas da sociedade civil, e das entidades públicas e privadas para a relevância do associativismo imigrante, na integração de imigrantes

e seus descendentes. É de salientar que o desenvolvimento de atividades formativas assume um papel central enquanto garantia da qualidade técnica das intervenções e da eficácia dos financiamentos nacionais e europeus.



Fig. 35 – Logótipo Programa SIM

No âmbito deste programa foram já realizadas as seguintes ações:

- Quatro sessões de apresentação, que visaram a apresentação do programa e a divulgação da manifestação de interesse das entidades. Decorreram, em 2016, nos dias 17 e 25 de maio, e dias 14 e 19 de julho. Nestas ações, estiveram presentes 75 participantes de 68 organizações, manifestaram interesse 24 organizações, tendo sido selecionadas 16, para fazer parte do grupo inicial do PSIM;
- Foram realizadas, de junho a dezembro de 2016, 15 visitas às 16 entidades participantes para a realização de diagnósticos da capacidade organizacional – OCA:

Região	Entidade
Lisboa	Associação CLIP – Recursos e Desenvolvimento
Lisboa	Girassol Solidário – Associação de Apoio aos Doentes Evacuados de Cabo Verde
Oeiras	A.C.J. Batoto Yetu Portugal
Lisboa	AAEA – Associação de Apoio ao Estudante Africano
Loures	AMRT – Associação para a Mudança e Representação Transcultural
Cascais	Centro Cultural Moldavo
Coimbra	Associação IUNA – Implementar Uma Nova Atitude Social
Amadora	Associação Bué Fixe
Loures	PROSAUDESC
Lisboa	GTO LX – Grupo Teatro do Oprimido de Lisboa
Setúbal	Associação Caboverdiana de Setúbal
Porto	Associação Mais Brasil
Amadora	Associação Cultural Moinho da Juventude
Sintra	Associação Luso Caboverdeana de Sintra
Lisboa	FAIASCA
São Miguel	AIPA – Associação dos Imigrantes nos Açores

Fig. 36 – Entidades participantes no Programa SIM

- A sessão de trabalho conjunta, que decorreu nos dias 21 e 22 de outubro, no Centro Ismaili em Lisboa, contou com 21 participantes, representantes de 15 das entidades que fazem parte do PSIM.



Fig. 37 a 40 – PSIM: diagnósticos da capacidade organizacional (OCA)

O auditório do CNAIM de Lisboa, acolheu no dia 3 de fevereiro, a ação de formação não formal em **direitos humanos, direitos das crianças e violência contra a honra**, promovida pela entidade parceira Kerigma – Inovação e Desenvolvimento Social. Na sessão, participaram os representantes de sete associações de imigrantes reconhecidas pelo ACM, I.P. No seguimento desta iniciativa, o GATAI esteve presente numa ação internacional, realizada na Suécia, para apresentação dos resultados do projecto nos vários países participantes (Portugal, Grécia, Reino Unido e Suécia). Estiveram também presentes nesta ação, dois representantes de duas das associações de imigrantes participantes em Portugal.



Figs. 41 e 42 – PSIM: sessão de trabalho conjunta

Conceção de projetos e elaboração de candidaturas – esta formação foi realizada no CNAIM de Lisboa, a 28 de março, com 60 participantes, no CNAIM do Porto, a 8 de abril, com 21 participantes, e em Faro, a 15 de abril, com 22 participantes, esta sessão realizou-se, por videoconferência e presencialmente, nas instalações do Museu Municipal de Faro.



Fig. 43 – PSIM: sessão de trabalho conjunta



Figs. 44 a 47 – Formação “conceção de projectos e elaboração de candidaturas”

Foi estabelecido, ao abrigo da Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 75/2000, o Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2017, cuja estrutura assenta em três linhas prioritárias de intervenção, a que correspondem três vertentes de apoio – Acolhimento e Integração; Valorização da Diversidade; e Reconhecido Mérito. O montante financeiro disponível para estas intervenções é de 200.000,00€.

Com o objetivo de divulgar toda a informação sobre o processo de apresentação das candidaturas, programou-se para janeiro de 2017, a realização de duas sessões de apresentação, a primeira no Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes de Lisboa, dia 12 de janeiro, entre as 18h e as 19h30, a segunda, no CNAIM do Porto, das 17h30 às 19h.

Foram realizadas 21 visitas de acompanhamento aos projetos apoiados no âmbito do PAAI 2016. As visitas de acompanhamento realizadas às associações de imigrantes, foram fundamentais para avaliar, no terreno, a execução dos protocolos e o impacto do apoio financeiro atribuído, bem como para aprofundar o conhecimento do trabalho associativo, a sua relevância junto das comunidades e principais constrangimentos.

As 100 associações reconhecidas e atualmente ativas desenvolvem o seu trabalho em áreas tão diversificadas como o apoio escolar para crianças e jovens, atividades de tempos livres, eventos culturais, recreativos e desportivos, gabinetes de apoio jurídico, social e psicológico, aulas de língua e cultura portuguesa e de outros países, iniciativas de sensibilização e informação dirigidas às comunidades imigrantes e à sociedade portuguesa, assim como ações de intervenção política, no âmbito das questões da imigração e de luta contra a discriminação e projetos de desenvolvimento nos países de origem.

Em termos de localização geográfica, Lisboa mantém-se o concelho com o maior número de associações de imigrantes reconhecidas e ativas (27), seguido do Porto (11), Amadora (9) e Sintra (8). Quanto às comunidades representadas por cada uma das associações, mantém-se como tendência crescente, as associações que representam múltiplas comunidades (30). As comunidades cabo-verdiana e guineense ocupam o segundo e terceiro lugares (23 e 16 respetivamente).

Foram, finalmente, realizadas 8 visitas de representação do GATAI junto de atividades relevantes das seguintes associações: ANAC – Associação de Naturais e Amigos de Caió; FARIM – Associação dos Filhos e Amigos de Farim;



Casa de Moçambique – Língua como bandeira económica no CNAIM de Lisboa; DOINA Associação de Imigrantes Romenos e Moldavos do Algarve, Centro Social 6 de Maio; PADEMA – Plataforma para o Desenvolvimento da Mulher Africana; e EDINSTVO – Associação de Emigrantes dos Países de Leste, Centro Cultural Moldavo. Foram também realizados 22 atendimentos presenciais e 247 atendimentos por telefone no GATAI.

Em 2016, deu-se início às reuniões periódicas a realizar entre as associações de imigrantes e o Ministro Adjunto, Eduardo Cabrita, a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino e o Alto-Comissário para as Migrações. Estas reuniões tiveram os objetivos de ouvir e promover a resolução das questões mais prementes apresentadas pelas entidades, assim como de divulgar as principais e mais recentes políticas na área das migrações.

## 7. Educação, Formação, Mediação Intercultural e Diálogo Inter-religioso

No âmbito das ações de valorização da diversidade cultural e religiosa e promoção do conhecimento mútuo e da interação positiva entre todos/as os/as cidadãos/ãs e grupos residentes em território nacional, várias foram as atividades e as linhas de atuação desenvolvidas no ano de 2016.

Manteve-se a atividade formativa do ACM, I.P., através da dinamização, por uma bolsa de formadores especializados, de ações de sensibilização de curta duração (4 a 6 horas), nas matérias da interculturalidade e migrações. Entre janeiro e dezembro de 2016, foram realizadas 67 ações, envolvendo 45 entidades (entre as quais, Agrupamentos de Escolas, Municípios, Instituto da Segurança Social e Associações de Imigrantes), e abrangendo 2.346 participantes.

Módulo	N.º Ações	N.º Participantes
Educação Intercultural	33	1007
Diálogo Intercultural	9	537
Lei da Imigração	5	95
Acolhimento e Serviços	5	93
Diálogo Inter-religioso	3	178
Acesso dos Migrantes à Saúde	3	101
Portugueses Ciganos: Cidadania e Interculturalidade	3	60
Lei da Nacionalidade	3	52
Mediação	2	207
Potencial da Diversidade Cultural no Desenvolvimento Local	1	16

Fig. 48

No âmbito do protocolo “Juntos por Todos”, estabelecido com a PSP em julho de 2016, foram realizadas duas ações nas áreas da integração e da gestão da diversidade cultural, dirigidas a 40 oficiais e agentes do policiamento de proximidade da região de Lisboa.

Deu-se seguimento à iniciativa Selo Escola Intercultural, que visa distinguir as Escolas que se destacam na promoção de projetos, com vista ao reconhecimento e à valorização da diversidade como uma oportunidade e fonte de aprendizagem para todos/as, uma iniciativa conjunta da Direção-Geral da Educação do Ministério da Educação e Ciência (DGE-MEC) e do Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.), com a colaboração da Fundação Aga Khan. À 4.ª edição desta iniciativa (2015-2016/2016-2017), concorreram 32 escolas/agrupamentos de escolas.

## Selo Escola Intercultural (SEI)

### Nível de Classificação

Nível I – Iniciação – 8 escolas/agrupamentos de escolas

Nível II – Intermédio – 17 escolas/agrupamentos de escolas

Nível III – Avançado – 7 escolas/agrupamentos de escolas

Fig. 49 – Níveis de Classificação, Selo Escola Intercultural

No seguimento e aprofundamento do acompanhamento das escolas participantes na iniciativa Selo Escola Intercultural, iniciou-se a preparação e lançamento de uma Rede de Escolas para a Educação Intercultural (REEI), um programa nacional, que incluirá o Selo, e que será promovido pelos três parceiros promotores do mesmo (ACM, I.P., DGE/ME, FAKP). As finalidades definidas para a Rede de Escolas para a Educação Intercultural são:

- Promover o acolhimento, a integração e o sucesso educativo de todas as crianças e jovens, da educação pré-escolar ao ensino secundário;
- Desenvolver a abertura à diferença e o estabelecimento de relações positivas de interação e aproximação entre alunos e outros membros da comunidade educativa de diferentes culturas.

A REEI foi lançada publicamente em outubro, na Escola Patrício Prazeres, em Lisboa, contando com a presença da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino, e do Secretário de Estado da Educação, João Costa.

Para enquadrar as 20 escolas, que iniciarão o trabalho na Rede, ainda no ano letivo 2016/2017, foi elaborado o documento metodológico Termos de Referência da Rede de Escolas para a Educação Intercultural e desenhado o dispositivo de adesão à Rede e as atividades para o primeiro ano letivo.

Dando continuidade à sua participação na Rede SIRIUS, o ACM, I.P. juntou-se às restantes entidades da Rede para participar, em abril, numa Conferência da Comissão Europeia, que reuniu 4 redes europeias que, em distintas áreas, promovem uma educação mais inclusiva. Por ocasião deste encontro, a SIRIUS reuniu os seus membros para o ponto de situação anual da sua atividade individual e enquanto Rede. No 2.º semestre, teve lugar a reunião geral onde a SIRIUS se estabeleceu formalmente. Além da reunião geral, realizou-se igualmente um *workshop* para partilha de práticas e reflexões, em torno da educação de pessoas refugiadas na Europa.

Procedeu-se à divulgação e à disponibilização, *online* e em formato papel, dos recursos que constituem o Kit Intercultural Escola – disponível em [www.acm.gov.pt/-/kit-intercultural](http://www.acm.gov.pt/-/kit-intercultural). Este *kit* visa disponibilizar às escolas, aos profissionais do setor da educação, a pais e encarregados de educação, e a crianças e jovens, um conjunto de materiais, em torno da temática da interculturalidade.

O GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial, criou um Grupo de Trabalho subordinado ao tema da diversidade nas empresas conjuntamente com o ACM, I.P., INR, I.P. e Fundação Aga Khan, diversas empresas (29) e, posteriormente, outras entidades públicas (CIG, CITE, IAPMEI, I.P., IEPF, I.P. e o INR, I.P.).



Fig. 50 – Logótipo “Carta Portuguesa para a Diversidade”

O primeiro produto deste grupo de trabalho foi a Carta Portuguesa para a Diversidade, que se constitui como um código de conduta de autorregulação, de âmbito europeu e de subscrição voluntária, no encorajamento e capacitação das empresas para a gestão da diversidade nas suas várias dimensões (género, cultural, deficiência, geracional, etc.).

Este documento foi lançado publicamente, no dia 31 de março de 2016, e assinado por 79 organizações, numa cerimónia realizada, no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, e que contou com a presença da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino, e da Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes.

Portugal juntou-se assim, aos 16 países europeus que possuem uma Carta da Diversidade e que assumiram, oficialmente, o compromisso de respeitar, valorizar e otimizar todo o potencial da diversidade das pessoas, seguindo as recomendações e esforços da Comissão Europeia. A Carta Portuguesa para a Diversidade juntou, até ao final de 2016, 104 organizações signatárias, igualmente diversas nas suas tipologias e missões.

Sector Público – Administração Central	6
Sector Público – Administração Local	8
Privada sem Fins Lucrativos – 3.º Sector	17
Privada com Fins Lucrativos – Empresas	62
Associações Empresariais – Associações Profissionais	7
Instituições Ensino	4

Fig. 51

A estrutura informal de organizações públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, que lançaram e/ou assinaram a Carta Portuguesa para a Diversidade, assume a designação de Rede da Carta Portuguesa para a Diversidade e tem como objetivos a promoção e implementação dos princípios da Carta, visando potenciar a troca de conhecimentos, experiências e práticas de valorização da diversidade, nas organizações presentes em Portugal.

No âmbito das atividades de implementação da Carta, promovidas por esta Rede, constituíram-se três grupos de trabalho: definição de conceitos; monitorização de práticas nas organizações; e criação de um selo/prémio neste domínio. Como produto do grupo de trabalho do selo/prémio, definiu-se a marca, estrutura e regulamento do Selo da Diversidade. Este constitui-se como uma distinção de prestígio, enquadrada na Carta Portuguesa para a Diversidade, atribuída a organizações que implementem e desenvolvam políticas e práticas de promoção da diversidade, surgindo em linha com os esforços encetados pela Comissão Europeia e com as prioridades da Estratégia Europa 2020. Durante o ano de 2016, procedeu-se à preparação dos documentos enquadramentos das candidaturas do Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais, ao abrigo do Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego

(PO ISE) tipologia de operações 3.09. Foram elaborados o Aviso de Abertura da Candidatura a publicar, os indicadores a contratuar com as entidades beneficiárias, a grelha de análise, a nota explicativa dos critérios de seleção da grelha de análise e a *checklist* das verificações de gestão.

A Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural, constituída formalmente em 2015, juntou durante 2016 mais um conjunto de novos membros, reunindo atualmente 26 entidades do ensino superior (universitário e politécnico), juntamente com o ACM, I.P. que a dinamiza. Esta Rede estrutura-se em torno de um compromisso comum de congregação de esforços e interesses com o objetivo de aprofundar as questões do conhecimento e das práticas de mediação intercultural, potenciando sinergias nas áreas da formação, investigação e consultoria dos projetos implementados no terreno pelos parceiros do ACM, I.P.

A primeira reunião geral de 2016 decorreu, no dia 8 de abril, na Universidade de Aveiro, e a segunda decorreu, a 25 de novembro, no Instituto Politécnico de Beja. Nos dias 14 e 15 de outubro de 2016, realizou-se, na Escola Superior de Educação de Lisboa, o I Congresso Internacional da RESMI: Contextos e Desafios da Mediação Intercultural, com a participação de cerca de 200 pessoas. Os quatro grupos de trabalho (educação, saúde, território e monitorização) reuniram periodicamente com vista a aprofundarem as questões relativas à Mediação Intercultural nas diferentes temáticas.

No campo da promoção da interculturalidade, através do aprofundamento do diálogo inter-religioso, deu-se continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-religioso, no seio do qual foram realizadas e/ou acompanhadas as seguintes atividades:

O Encontro de Jovens para o Diálogo Inter-religioso 2016 – MEET IR 2016 decorreu, entre os dias 19 a 22 de julho de 2016, no Fundão. Foi promovido pelo ACM, I.P., em parceria com a Câmara Municipal do Fundão, e contou com a participação de 17 jovens, dos 23 aos 28 anos, membros de 7 comunidades religiosas: Aliança Evangélica Portuguesa; Comunidade Bahá'í de Portugal; Comunidade Hindu de Portugal; Comunidade Ismaili de Lisboa; Igreja Católica Apostólica Romana; Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias em Portugal – Mórmons; e União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia. Reconhecer e valorizar a diferença e o pluralismo, e refletir, conjuntamente, sobre o contributo de todos/as, em particular dos/das jovens, para uma sociedade melhor; foram os objetivos do encontro. Nos quatro dias do encontro, foram realizadas diversas atividades de partilha e reflexão, fomentando o espírito de diálogo e união e a abordagem a vários temas, como valorizar a diversidade religiosa na sociedade portuguesa e o seu papel na construção em comum de um mundo mais justo e melhor. No final do encontro, foi elaborada, pelos/as jovens, a Carta Comum sobre o Diálogo Inter-religioso.



Fig. 52 – Logótipo MEETIR2016

O Congresso Cidadania e Religião realizou-se, nos dias 21 e 22 de setembro de 2016, no Teatro Armando Cortez (Carnide), e teve como objetivo reconhecer e celebrar o clima de diálogo inter-religioso vivido em Portugal e promover o debate em torno do papel das religiões e espiritualidades, nomeadamente nas temáticas da paz e tolerância, da corresponsabilização social e da educação, contando com a participação de especialistas nacionais e internacionais. Este Congresso resultou de uma parceria entre o ACM, I.P., Câmara Municipal de Lisboa, Observatório para a Liberdade Religiosa e a Área de Ciência das Religiões da Universidade Lusófona, e contou com a participação das várias comunidades religiosas membros do Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-religioso do ACM, I.P.

O ACM, I.P. publicou a brochura “Cosmovisões”, uma compilação das características das tradições religiosas e espirituais, a grande maioria com presença em Portugal, realizada pela equipa da Área de Ciência das Religiões da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Constitui-se como um importante contributo para ampliar e difundir a informação e o conhecimento esclarecido sobre as várias Cosmovisões, que são referências éticas de vida dos vários crentes. Constitui-se igualmente, como mais um recurso fundamental para cidadãos/ãs e profissionais, neste esforço de aprofundamento do conhecimento.

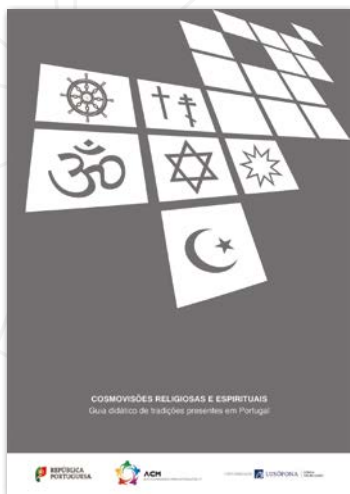


Fig. 53 – Capa brochura “Cosmovisões”

À semelhança dos anos anteriores, o ACM, I.P. juntou-se à Paulinas Editora, na preparação e divulgação do Calendário Celebração do Tempo 2017, tendo, este ano, como temática “as Misericórdias”.



Fig. 54 – Capa Calendário “Celebração do Tempo” 2017

## 8. Conselho para as Migrações

O Conselho para as Migrações é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do ACM, I.P., e nas tomadas de decisão do conselho diretivo, assegurando a participação e colaboração de entidades, públicas e privadas, na definição e execução das políticas migratórias.

Com uma dinâmica e funcionamento próprios, este órgão tem importantes competências a nível político. Desde logo, cabe-lhe pronunciar-se sobre os projetos de diplomas relevantes para os direitos dos/das migrantes; pronunciar-se sobre questões relativas às políticas públicas, transversais e setoriais, relevantes, nomeadamente para a inclusão social, direitos de cidadania e captação e integração dos/das migrantes; participar na definição das medidas e ações das políticas migratórias, formulando propostas com vista à sua promoção; pronunciar-se sobre quaisquer obstáculos detetados a uma resposta célere e eficaz, por parte da Administração Pública, aos problemas de integração dos/das migrantes; pronunciar-se sobre as questões que lhe sejam colocadas pelo Alto-Comissário; aprovar o respetivo regulamento interno; exercer quaisquer outras competências que lhe sejam atribuídas por lei.

Com uma composição muito diversificada, no Conselho encontram-se representantes de nove comunidades de imigrantes: angolana, brasileira, cabo-verdiana, moçambicana, santomense, ucraniana, moldava, chinesa e um representante de associações não filiadas nas comunidades com assento no Conselho e várias instituições com relevante interesse para as migrações. Ao nível de representação institucional, encontram-se no Conselho: a Fundação Aga Khan, a Fundação Calouste Gulbenkian e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (como Instituições com ação ou interesse na área das migrações); a Direção-Geral das Artes; a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas; a Direção-Geral de Política Externa; o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Forças de Segurança; a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; a Direção-Geral das Atividades Económicas; o Instituto do Turismo de Portugal, I.P.; a Direção-Geral da Saúde; Direção-Geral da Educação; Direção-Geral do Ensino Superior; o Instituto do Emprego e Formação Profissional; Autoridade para as Condições do Trabalho; Instituto de Segurança Social, I.P.; Governo Regional dos Açores; Governo Regional da Madeira; Confederação Empresarial de Portugal (CIP); Confederação Comércio Serviços Portugal (CCP); Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN); União Geral dos Trabalhadores (UGT); Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP); Conselho das Comunidades Portuguesas; e dois Cidadãos de reconhecido mérito.

Durante o ano de 2016, o Conselho para as Migrações reuniu três vezes, nos dias 3 de fevereiro, 17 de maio e 7 de dezembro. Nas referidas reuniões, foram analisados e tratados os seguintes temas:

- Apresentação das principais linhas de atuação do XXI Governo Constitucional para a área das migrações, pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino;
- Apresentação do Programa SIM – Sustentabilidade Impacto Mudança – visando a criação de oportunidades de formação em áreas fundamentais para o desenvolvimento do trabalho das associações enquanto agentes de transformação social junto das comunidades imigrantes;
- Apreciação das candidaturas apresentadas pelas Associações de Imigrantes no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI 2016);

- Apresentação do modelo de funcionamento de trabalho para a Seções Especializadas;
- Apresentação e debate sobre a proposta de lei que visa alterar a Lei da Discriminação;
- Apresentação do Relatório Estatístico Anual 2016 “Indicadores de Integração de Imigrantes,” do Observatório das Migrações;
- Apresentação do PAAI 2017;
- Deliberação sobre o reconhecimento de Associações de Imigrantes;
- Apresentação e aprovação das regras de funcionamento e Plano de Atividades das Seções Especializadas para 2017.

No que se refere ao funcionamento do Conselho, concretizando um dos aspetos inovadores previsto nos n.ºs 5 e 6 do Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro (Lei Orgânica do ACM, I.P.), que prevê o funcionamento do Conselho para as Migrações, em plenário e em seções especializadas, foram criadas 4 seções especializadas:

1. “Política Migratória”: para a abordagem de questões relacionadas com políticas de coordenação dos fluxos migratórios, reforço da legalidade migratória e qualidade dos serviços migratório e de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos/das cidadãos/ãs nacionais emigrantes. Nesta secção serão tratados aspetos como: a valorização e promoção internacional de Portugal, enquanto destino de migrações, através de ações nacionais e internacionais de identificação, captação e fixação de imigrantes, o reforço da capacidade de intervenção transversal na execução da política migratória, através do aprofundamento da rede de parceria com entidades públicas e privadas, do enquadramento e acompanhamento de potenciais migrantes, recurso a ferramentas eletrónicas; flexibilização dos procedimentos de entrada e reforço da qualidade e boas práticas na prestação dos serviços migratórios, e programas que promovam, acompanhem e apoiem o regresso de cidadãos nacionais emigrados; reforço dos laços de vínculo a Portugal; reversão do movimento migratório de cidadãos Portugueses para o estrangeiro;

2. “Cidadania e gestão da diversidade”: para tratar questões relacionadas com políticas de integração de migrantes e promoção da inclusão de novos nacionais. Nesta secção, serão tratados assuntos relacionados com a integração, capacitação, combate à discriminação, valorização da diversidade cultural e religiosa, reforço da mobilidade social, descentralização das políticas de integração, acesso à cidadania e reforço da promoção da integração e inclusão dos novos nacionais – descendentes de imigrantes e todos aqueles que acederam à nacionalidade portuguesa – nos seus diferentes domínios;

3. “Educação e Formação”: para analisar questões relacionadas com as políticas e medidas de educação e formação, assegurando, nomeadamente, as condições e oportunidades de acesso às ofertas de educação e formação disponíveis no sistema educativo português e no sistema nacional de qualificações; o sucesso educativo de crianças, jovens e adultos, designadamente migrantes e filhos/as de migrantes; o reforço das competências em língua portuguesa; e o desenvolvimento de práticas de educação intercultural, promotoras do potencial educativo e social da diversidade cultural, linguística e religiosa dos alunos;

4. “Emprego e Empreendedorismo”: para abordagem de questões relacionadas com a integração socioprofissional de migrantes, através do emprego por conta de outrem ou criação do próprio negócio ou empresa, tendo em

vista o combate à exclusão laboral de migrantes; facilitar o acesso as serviços de apoio e informação (direitos e deveres, informação legal, financiamento e mecanismos de apoio à integração laboral, iniciativas que promovam a (re)integração de migrantes no mercado de trabalho, prevenção de práticas de exploração laboral e estratégias de combate à exclusão laboral de migrantes.

As primeiras reuniões das Secções Especializadas tiveram lugar em junho, mais concretamente nos dias 22, 24 29 e 30, e nelas foram apresentados 4 estudos temáticos, um em cada, subordinados aos seguintes temas: “Políticas Locais e Planos Locais: monitorização e diagnósticos”, por Jorge Malheiros; “Cidadania e Direitos Políticos dos Imigrantes”, por Catarina Reis de Oliveira; “Desafios e oportunidades das crianças e jovens imigrantes no sistema escolar e académico português”, por Teresa Seabra; e “Imigrantes desempregados em Portugal e os desafios das políticas ativas de emprego”, por Ana Cláudia Valente.

Nas referidas reuniões, foram ainda definidas as metodologias de trabalho de cada secção especializada; designado/eleito o elemento de apoio à Coordenação da Secção e apreciado o Projeto de lei n.º 240/XIII/I.ª (PCP) – “Reposição de limites à expulsão de cidadãos estrangeiros do território nacional (Quarta alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional) e apreciação do Projeto de Lei n.º 264/XIII/I.ª (BE) – “Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que estabelece o regime jurídico de estrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional”.

## 9. Planos e Conselhos com os quais o ACM, I.P. colaborou

No âmbito da promoção de direitos e deveres setorialmente relevantes para a integração dos/das cidadãos/ãs migrantes, em 2016, o ACM, I.P. colaborou na execução dos seguintes Planos e Estratégias: III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2014-2017); Grupo Interdepartamental para a II Estratégia Nacional para a Deficiência (2015-2020); Plano Nacional de Formação Financeira (2011-2015); V Plano Nacional e I Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017); III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da MGF (2014-2017); V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (2014-2017); e Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Plano Nacional de Saúde (2012-2016).



**III.**

**ACOLHIMENTO E  
INTEGRAÇÃO DE  
PESSOAS REFUGIADAS**

## I. Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações

No seio da Agenda Europeia para as Migrações, adotada em 13 de maio de 2015, avançaram-se ações concretas para fazer face à crise imediata e para salvar vidas no mar, tendo sido propostas respostas estruturais, para a médio e longo prazo. A 27 de maio, foi adotado um primeiro pacote de implementação sobre a Agenda Europeia para as Migrações, que incluía uma proposta para acionar, pela primeira vez, o artigo 78.º, n.º 3 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, a fim de recolocar 40.000 requerentes de asilo, em benefício da Itália e da Grécia. Um segundo acordo veio assumir a capacidade de resposta para mais 120.000 requerentes de asilo e refugiados.

A criação, em maio de 2016, do Gabinete de Apoio à Integração de Refugiados (GAIR) no Alto Comissariado para as Migrações, I.P., veio permitir assegurar respostas ao nível da integração, sempre em complementaridade com a escala local e com as competências das instituições de acolhimento, nomeadamente durante o período inicial de 18 a 24 meses após a chegada, e no período de autonomização subsequente. São funções deste gabinete a atualização permanente do mapeamento das disponibilidades para acolhimento de refugiados; o registo e atualização permanente das recolocações; apoio e acompanhamento local das instituições que acolhem refugiados no sentido de apoiar a integração através de visitas de acompanhamento; acompanhamento à chegada, no aeroporto, em articulação com as instituições de acolhimento; e apoio às instituições no processo de integração.

Tendo presente a necessidade de formação dos/das técnicos/as que trabalham diretamente a integração desta população, o ACM, I.P. avançou no início deste processo com ações de formação e sensibilização. Estas ações foram dirigidas aos municípios que mostraram disponibilidade para acolher refugiados, e tiveram como objetivo promover uma maior qualificação das instituições no processo de acolhimento dos refugiados, assim como aumentar a qualificação e as competências das equipas que acompanham os/as refugiados/as nas diferentes áreas de atuação. Foram realizadas no ano de 2016, 52 ações distribuídas pelo território nacional, num total de 2650 horas de formação.

São igualmente promovidos e realizados pelo ACM, I.P., encontros regionais com os/as técnicos/as das equipas de intervenção local, cujo objetivo é, para além da apresentação de recursos do ACM, I.P., de apoio à integração de refugiados, apresentar também metodologias de acompanhamento que visam apoiar à construção de projetos de vida destes/as cidadãos/ãs. Por outro lado, estão igualmente presentes nestes Encontros os representantes do SEF, IEFP, DGS, DGE e ISS que dinamizaram *workshops* informativos no âmbito dos seus campos de atuação mediante apresentação de dúvidas e casos práticos explanados pelos/as técnicos/as participantes.

Em Portugal, o Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações (GTAEM) foi criado em 3 de Setembro de 2015 (despacho n.º 10041-A/2015). O GTAEM é coordenado politicamente pelo Ministro Adjunto, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2016. O GTAEM tem natureza pluridisciplinar e nele participam representantes de organismos públicos de diversas áreas, tais como a Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE-MNE), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Instituto da Segurança Social (ISS), Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Direção-Geral da Saúde (DGS), Direção-Geral da Educação (DGE), Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.), bem como das autarquias locais e organizações não governamentais, designadamente o Conselho Português para os Refugiados (CPR), a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e a União das Mutualidades (UM).

Inicialmente, foi desenhada uma estratégia nacional para uma plena integração de pessoas refugiadas em Portugal, sendo as propostas de acolhimento definidas com base nos seguintes princípios:

- Institucional, ao privilegiar o acolhimento por instituições, em detrimento do acolhimento por particulares;
- Descentralizado, ao valorizar o potencial do acolhimento em territórios de média e baixa densidade, evitando-se grandes concentrações de indivíduos;
- Em consórcio, ao mobilizar consórcios locais de instituições que, em conjunto, asseguram-nos vários requisitos necessários para a plena integração de pessoas refugiadas;
- Integrado, ao considerar todos os itens contemplados no formulário de acolhimento (alojamento, alimentação, emprego, educação, saúde, língua portuguesa);
- Autónomo, ao apresentar soluções que permitam a gradual autonomia das pessoas refugiadas, designadamente as soluções de alojamento, que assentem em soluções de pequena escala.

A responsabilidade do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. é, nos termos das atribuições que lhe são investidas, o apoio na integração de pessoas refugiadas, incluindo as pessoas com necessidade de proteção internacional recolocadas. Assim, cabe ao ACM, I.P., no âmbito deste Grupo de Trabalho, a sensibilização da opinião pública para a temática “refugiados”, a articulação com a sociedade civil e autarquias, na recolha de propostas de acolhimento de pessoas refugiadas, a disponibilização dos serviços dos CNAIM e CLAIM, bem como do Serviço de Tradução Telefónica (STT), e o apoio prestado pelo Programa Português para Todos (PPT), especificamente através da sua versão em *e-learning*, com vista à aprendizagem da língua portuguesa.

Em abril de 2016, foi criado, no ACM, I.P., o Gabinete de Apoio à Integração de Refugiados, que veio permitir assegurar respostas ao nível da integração, sempre em complementaridade com a escala local e com as competências das instituições de acolhimento, nomeadamente durante o período inicial de 18 meses após a chegada e no período de autonomização.

São funções deste gabinete, a atualização permanente do mapeamento das disponibilidades para acolhimento de pessoas refugiadas, o registo e atualização permanente das recolocações, o apoio e acompanhamento local das instituições que acolhem pessoas refugiadas, no sentido de apoiar a integração através de visitas de acompanhamento, o acompanhamento à chegada, no aeroporto, em articulação com as instituições de acolhimento, bem como o apoio às instituições e às pessoas refugiadas no processo de integração.

## 2. Programa de Recolocação

O processo de acolhimento e integração de pessoas refugiadas tem presente as características individuais e do agregado familiar, e as especificidades das localidades, onde há disponibilidades de acolhimento. Este processo é de extrema importância, pois tem como objetivo colocar as pessoas num local que potencie a sua integração e autonomização.

Durante este processo, cabe ao ACM, I.P. gerir o *matching* entre os perfis dos/das refugiados/as e as ofertas disponíveis, bem como o processo de acolhimento, após a chegada ao Aeroporto de Lisboa, mantendo o apoio às instituições de acolhimento, durante todo o processo de acolhimento e integração.

Dada a importância das instituições de acolhimento, e de forma a preparar a recolocação, o ACM, I.P., no seio do GTAEM, preparou e disponibilizou um Manual de Procedimentos para as entidades anfitriãs. Foram igualmente, estabelecidas diretrizes para definir planos de integração individuais e familiares, que devem ter em conta os seguintes fatores: receção, avaliação e transporte dos/das requerentes; acolhimento realizado em alojamento, com suporte institucional, em acomodação doméstica individual, condigna, com todos os equipamentos necessários a um quotidiano normal; alimentação; acesso à saúde e apoio psicológico; acesso à educação e reconhecimento de habilitações; acesso à língua e cultura portuguesas; acesso ao mercado de trabalho e qualificação profissional; participação cívica e comunitária; apoio jurídico e social; e promoção do diálogo intercultural e inter-religioso.

No que concerne à Estratégia Nacional para o Plano de Acolhimento e Integração dos Refugiados, importa referir que tem inerente um plano de acompanhamento e avaliação. Este é o mais articulado e completo possível, face à diversidade dos intervenientes, quer localmente na ótica das instituições que acolhem pessoas refugiadas, quer institucionalmente na ótica do GTAEM. Inerente ao processo de acompanhamento, existe ainda um mecanismo de apoio, que pode ser realizado através de um trabalho de tutoria/mentoria do GAIR, o qual poderá ser direcionado tanto à instituição acolhedora, como às pessoas refugiadas.

Até 31 de dezembro de 2016, Portugal acolheu 781 refugiados/as, ao abrigo do Programa de Recolocação, dos quais 224 menores. Neste processo, foram envolvidos 77 municípios.

<b>Total Pessoas</b>	<b>781</b>
<b>Total Municípios Envolvidos</b>	<b>77</b>
<b>Total Nacionalidades</b>	<b>10</b>

Fig.55 – Total Global de recolocações em 2016

Nacionalidade	Género			Total
	Homem	Mulher	N/A	
1 Apátrida	8	7	0	15
2 Eritreia	200	50	0	250
3 Etiópia	1	0	0	1
4 Íemen	3	0	0	3
5 Iraque	53	33	0	86
6 Palestina	1	0	0	1
7 República Centro Africana	3	2	0	5
8 Síria	237	180	0	417
9 Sudão	2	0	0	2
10 Tunísia	0	1	0	1
<b>Total</b>	<b>508</b>	<b>273</b>	<b>0</b>	<b>781</b>

Fig. 56 – Total por Nacionalidade-Género

Nacionalidade		Menores (<18)			Total
		Homem	Mulher	N/A	
1	Apátrida	2	1	0	3
2	Eritreia	2	6	0	8
3	Etiópia	0	0	0	0
4	Íemen	0	0	0	0
5	Iraque	21	14	0	35
6	Palestina	0	0	0	0
7	República Centro Africana	1	0	0	1
8	Síria	96	81	0	177
9	Sudão	0	0	0	0
10	Tunísia	0	0	0	0
Total		122	102	0	224

Fig. 57 – Total por Nacionalidade-Género – Menores

### 3. Outras Iniciativas

A 23 de setembro de 2016, foi lançado o *Refugee Welcome Kit*, um conjunto de instrumentos e informações de apoio ao acolhimento e integração das pessoas refugiadas, incluindo ferramentas concretas de apoio à integração de cidadãos refugiados, tais como: um guia de acolhimento; um dicionário conversor de palavras; um dicionário de expressões comuns – estes e outros conteúdos úteis estão também em formato digital, numa *pen USB* –; e um vídeo de apresentação do País, em cinco línguas (Português, Inglês, Francês, Árabe e Tigrínia).

Deste *Kit* fazem também parte, uma *t-shirt* com ícones indicativos de necessidades quotidianas, um exemplar da Constituição da República Portuguesa (disponível também em *PDF* na *USB*), um cartão de telemóvel, um desenho alusivo à situação dos/das refugiados/as, da autoria de crianças portuguesas, um mapa de Portugal em papel e uma monofolha informativa da Aplicação CPR Help, do Conselho Português para os Refugiados (CPR). O *Kit* tem sido distribuído a todos/as os/as cidadãos/ãs adultos/as recolocados/as, aquando da sua chegada a Portugal.



Fig. 58 – Evento de lançamento do Refugee Welcome Kit

Tendo presente a necessidade de formação dos/das técnicos/as que iriam trabalhar diretamente a integração desta população, o ACM, I.P., avançou com ações de formação e sensibilização. Estas ações foram dirigidas aos municípios que mostraram disponibilidade para acolher pessoas refugiadas e tiveram como objetivo promover uma maior qualificação das instituições, no processo de acolhimento, assim como aumentar a qualificação e as competências das equipas que acompanham os/as refugiados/as nas diferentes áreas de atuação. Foram realizadas, no ano de 2016, 52 ações em todo o território nacional, num total de 2.650 horas de formação.

Foi igualmente realizado, a 14 de dezembro de 2016, no Porto, o I Encontro Regional “Processo de Recolocação de Pessoas Refugiadas em Portugal”, com técnicos/as das equipas de intervenção local, cujo objetivo foi, para além da apresentação de recursos de apoio à integração de pessoas refugiadas do ACM, I.P., apresentar também metodologias de acompanhamento, que visam apoiar à construção de projetos de vida destes/as cidadãos/ãs. Por outro lado, estiveram também presentes representantes do SEF, IEFP, DGS, DGE e ISS que dinamizaram *workshops* informativos, no âmbito dos seus campos de atuação, mediante apresentação de dúvidas e casos práticos, explanados pelos/as técnicos/as participantes.

O GAIR tem ainda na sua esfera de atuação, a realização de visitas de acompanhamento regulares a todas as entidades de 1.ª linha, que intervêm diretamente com pessoas refugiadas recolocadas. Até 31 de dezembro de 2016, foram realizadas 50 visitas. Está prevista a realização de 160 visitas no decorrer de 2017. Nestas visitas, a equipa do GAIR, para além dos/das técnicos/as, está também com os/as cidadãos/ãs recolocados aí acolhidos/as, fazendo-se acompanhar de tradutores/as.

The background is a solid orange color with large, overlapping, swirling patterns in a lighter shade of orange, creating a sense of movement and depth. The text is centered in the upper half of the page.

**IV.  
INTEGRAÇÃO  
DAS COMUNIDADES  
CIGANAS**

## I. Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas

Aprovada a 27 de março de 2013, em Conselho de Ministros, a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas surge na sequência da comunicação da Comissão Europeia COM (2011)173, de 5 de abril, que convida os estados membros a desenhar estratégias nacionais ou planos integrados de medidas com vista à melhoria da situação das comunidades ciganas. Coordenada nacionalmente pelo ACM, I.P., a Estratégia Nacional resulta dos contributos dos vários Ministérios, Municípios, peritos, organizações da sociedade civil, associações e representantes das comunidades ciganas, sendo composta por um Eixo Transversal e pelos Eixos da Educação, Habitação, Saúde, Emprego e Formação.

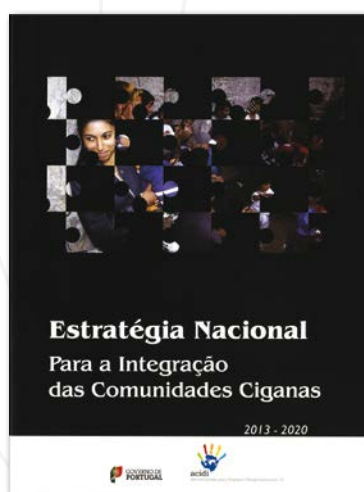


Fig. 59 – ENICC, aprovada pela RCM N.º25/2013, de 27 março

Em 2016, realizaram-se ao abrigo da ENICC, mais de 500 ações que cobrem as diversas prioridades que a compõem. Estas ações foram não só realizadas diretamente pelos vários pontos focais da Estratégia, mas também, por um conjunto alargado de outras organizações parceiras, nomeadamente da sociedade civil, apoiadas ao abrigo de linhas de financiamento ou parcerias existentes. Neste domínio, o Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE), lançado pelo ACM, I.P., em janeiro de 2015, e como uma nova edição em 2016, destacou-se como ferramenta de dinamização e envolvimento das organizações da sociedade civil, nomeadamente de associações ciganas.

No âmbito do Eixo Transversal da ENICC, e em particular no que respeito à necessidade de acompanhar a execução da ENICC, destaca-se a continuação da atividade do Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG) e do Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig).

No que respeita ao combate à discriminação e sensibilização da opinião pública, é possível dar conta de um vasto conjunto de iniciativas levadas a cabo pelo ACM, I.P., e outras organizações públicas e da sociedade civil, nomeadamente a realização de ações de formação e sensibilização através do Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI) e da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR),



com vista à sensibilização de públicos diversificados na área do combate à discriminação, nomeadamente técnicos/as de serviços públicos e de organizações da sociedade civil e a realização de campanhas de combate à discriminação junto da opinião pública, como a iniciativa “Não Engolimos Sapos”, uma campanha de sensibilização dos/das proprietários/as de lojas com sapos na montra.



Fig. 60 – Exposição “Não engolimos Sapos” no CNAIM de Lisboa

Uma das dimensões de intervenção, no âmbito do Eixo Transversal, é a educação para a cidadania da população cigana. Neste âmbito, destaca-se a promoção de ações de formação para o associativismo e para a gestão de projetos junto das comunidades ciganas, tendo em vista a sua capacitação e promoção de cidadania ativa e a atribuição de apoio financeiro a projetos de associações ciganas, como a Associação Sílabas Dinâmicas e a Associação de Mediadores Ciganos.

No que respeita à valorização da história e cultura ciganas, verificou-se a implementação de um volume considerável e diversificado de ações, como a promoção da comemoração e divulgação de datas relevantes, nomeadamente o Dia Internacional dos/das Ciganos/as e o Dia Nacional do/a Cigano/a, a publicação da tese de doutoramento “Na Luta pelos Bons Lugares. Ciganos, visibilidade social e controvérsias espaciais”, como o n.º 9 da Coleção Olhares, a realização de ações de formação em história e cultura ciganas e diálogo intercultural para públicos diversificados, como docentes, funcionários/as autárquicos/as e técnicos/as de centros distritais da Segurança Social. Estas ações assumem particular importância por permitirem a sensibilização e capacitação dos/das profissionais e promover práticas dos serviços públicos mais ajustadas à diversidade cultural.

Em jeito de balanço geral, é possível referir que a Estratégia, presentemente, a meio da sua implementação, que quase todas as prioridades e medidas se encontram em curso e que todos os eixos registam prioridades já concretizadas. Contudo, a necessidade de relançar a ENICC para novas metas mais focalizadas e ambiciosas foi já sinalizada pela tutela do ACM, I.P. Algo que ocorrerá em 2017.

## 2. Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

Criado a 24 de junho de 2013, o Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG) é composto por representantes de sete Ministérios, dos Governos Regionais da Madeira e Açores, dos Municípios e Freguesias, de organizações da sociedade civil e associações ciganas, de instituições de ensino superior ou investigação e cidadãos/ãs de reconhecido mérito.

O CONCIG tem como principais objetivos a apreciação da situação das comunidades ciganas em Portugal, de uma forma geral, e do progresso da implementação da ENICC, produzindo recomendações ao conjunto de parceiros responsáveis pela execução das várias medidas previstas – Pontos Focais. O Grupo Consultivo apresenta-se, assim, como uma plataforma abrangente e multisetorial para discussão da situação e integração das comunidades ciganas em Portugal e da implementação da Estratégia Nacional, envolvendo todos os setores da sociedade e todas as áreas de atuação, particularmente relevantes para a integração das comunidades ciganas.

Até ao momento, já se realizaram nove reuniões do CONCIG, tendo sido realizadas, em 2016, duas reuniões – a 5 de julho de 2016 e a 8 de novembro de 2016. A 8.ª reunião correspondeu à tomada de posse dos conselheiros eleitos para o triénio 2016-2018. No âmbito da 9.ª reunião, foi apresentada a nova equipa do GACI – Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas, realizado o balanço geral da implementação da ENICC 2013-2016, (sistematizado no relatório de atividade da ENICC 2015), foram apresentados os 21 Projetos FAPE (FAPE) 2016 e, finalmente, as principais atividades do Gabinete, desenvolvidas ao longo de 2016. Para a 9.ª reunião do CONCIG, em novembro de 2016, foi convidado o Coordenador do ObCig para apresentar os resultados da Atualização dos dados do Estudo Nacional sobre Comunidades Ciganas.



Fig. 61 – 9.ª reunião do CONCIG

### 3. Bolsas OPRE

O ACM, I.P., através do Programa Escolhas, lançou em outubro de 2016, o Programa Operacional de Promoção da Educação – OPRE, a partir do Opré Chavalé – projeto da Sociedade Civil, promovido pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, em parceria com a Associação Letras Nómadas, considerado como uma boa prática.

Este Programa é uma iniciativa dirigida a jovens ciganos/as estudantes do ensino superior, e visa evitar o abandono precoce deste ciclo de estudos. De realçar que o Programa OPRE, sendo desenvolvido em parceria pelo Programa Escolhas, Associação Letras Nómadas e Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens, pretende atenuar as barreiras existentes entre estas comunidades e o sistema de ensino formal, disponibilizando (i) bolsas de estudo universitárias, bem como (ii) um programa de capacitação, (iii) e tutoria/acompanhamento destes/as bolseiros/as e respetivas famílias.

O Programa está a apoiar 24 participantes, 13 raparigas e 11 rapazes, oriundos de 18 concelhos do país, e que se encontram a frequentar um estabelecimento de ensino superior (como alunos internos e externos), essencialmente em cursos ligados às ciências sociais/intervenção social.

Em 2016, foram realizados os dois primeiros Encontros no âmbito do programa de capacitação – um em novembro e outro em dezembro –, com vista à disponibilização dos *soft skills* necessárias para o sucesso no ensino superior; à preparação específica para os desafios inerentes à frequência no ensino superior; ao empoderamento, desenvolvimento pessoal e igualdade de género, à exploração da identidade cigana e à conciliação com novos elementos identitários, bem como a promoção na coesão grupal e reforçar o movimento de ativistas ciganas/os pela educação, constituem outros objetivos desta iniciativa.

Estes dois Encontros resultaram num total de 660 horas de formação, estando previstos mais dois momentos formativos para o ano 2017.

#### 4. Fundo de Apoio à ENICC

Criado em 2014, no âmbito da Prioridade 6 da ENICC – Apoiar iniciativas/projetos de organizações da sociedade civil e da Academia, o FAPE tem como objetivo criar condições de apoio a projetos de organizações da sociedade civil e suportar um conjunto diversificado de ações previstas na ENICC.

O balanço da execução do FAPE, em 2015, naquele que foi o seu ano experimental, foi francamente positivo e encorajador. A aposta na mobilização das organizações da sociedade civil e comunidades ciganas, nas várias fases dos projetos, bem como a oportunidade que os projetos constituíram de captação de recursos e parceiros adicionais, revelou-se um fator determinante de sucesso dos projetos, apostando-se na sua continuidade para o ano de 2016.

Após o período de seleção de candidaturas, foram apoiadas financeiramente 21 organizações, 4 delas associações ciganas, no valor total de 100.000,00€.



Fig. 62 – Cerimónia de Assinatura de Protocolos dos projetos FAPE 2016

Os projetos apoiados em 2016 centraram a sua atividade nas seguintes tipologias de intervenção:

- a) Ações de formação/sensibilização, com vista ao combate da discriminação das comunidades ciganas e à promoção do diálogo intercultural entre estas e a sociedade maioritária;
- b) Ações centradas na promoção da igualdade de género e/ou conciliação da vida profissional, pessoal e familiar;
- c) Ações de formação para formadores/as ciganos/as na área da história e cultura ciganas, associativismo e participação comunitária;
- d) Ações/iniciativas de promoção de atividades económicas e empreendedoras.

Com a implementação do FAPE em 2016 foi possível atingir os seguintes resultados:

1. Realização de 85 ações de formação/sensibilização, com vista ao combate da discriminação das comunidades ciganas e à promoção do diálogo intercultural entre estas e a sociedade maioritária, para 511 participantes, num total de 145 horas de formação/sensibilização;
2. Operacionalização de 22 ações centradas na promoção da igualdade de género e/ou conciliação da vida profissional, pessoal e familiar; em que participaram 183 pessoas, num total de 356 horas de formação;
3. Implementação de 4 ações de formação para formadores/as ciganos/as na área da história e cultura ciganas, associativismo e participação comunitária, que contou com um total de 12 participantes para 25 horas de formação;
4. Concretização de 3 ações/iniciativas de promoção de atividades económicas e empreendedoras para um total de 20 participantes, num total de 317 horas de formação.

Além disso, foram ainda realizadas outras 41 iniciativas – tais como seminários, documentários e exposições, bem como a elaboração de um Kit Pedagógico para aplicação em Escolas do 1.º ciclo, entre outras –, contabilizando cerca de 3.000 visitantes.

O FAPE 2016 representou um grande contributo para o reforço e execução das prioridades da Estratégia Nacional, nomeadamente para as prioridades 3, 5, 7, 8 e 12 do Eixo Transversal, 23 do Eixo da Educação, 35 e 36 do Eixo da Formação e Emprego e 38 do Eixo da Saúde.

## 5. Observatório das Comunidades Ciganas

O Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig) tem a missão de estudo e acompanhamento estratégico e científico das comunidades ciganas em Portugal, enquadrando-se na Prioridade 2 do Eixo Transversal da “Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020”. Sob a coordenação científica de Carlos Jorge Sousa, as principais atividades implementadas pelo ObCig, em 2016, traduziram-se em:

- Avaliação interna do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (FAPE – ENICC 2015) ;
- Realização do encontro temático “Diálogos em Itinerância – Portugueses Ciganos”, alusivo ao tema “O cigano como o «Outro»: entender as diferenças com Richard Zimler”, no dia 24 de maio de 2016;



Fig. 63 – “Diálogos em Itinerância – Portugueses Ciganos”, Porto

- Produção de um relatório com os resultados obtidos junto dos municípios portugueses, para edição numa separata da “ACM em Revista” e apresentação pública dos dados na reunião do CONCIG (8 de novembro);
- Seleção e emissão de um parecer favorável (a 5 de fevereiro) à edição da tese de doutoramento de Alexandra Castro, com o título “Na Luta pelos Bons Lugares. Ciganos, visibilidade social e controvérsias espaciais”, no número 9 da “Coleção Olhares” (o lançamento ocorrerá em 2017);
- Apoio científico às pessoas ou organizações interessadas e disseminação de estudos, teses e outras publicações sobre as comunidades ciganas, através de contatos estabelecidos, presencialmente ou via *e-mail*, e da participação em encontros de cariz diverso, nomeadamente, nos seminários “Comunidades Ciganas: Incluir para Crescer” (Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN Portugal, Vila Real, 27 de abril), “Educação Permanente em Tempo de Mudança: Saber para Transformar” (APCEP, Lisboa, 30 de abril) e “Comunidades Ciganas: práticas e desafios” (Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, Viseu, 6 de dezembro), bem como na apresentação do livro “Sina Social Cigana. História, Comunidades, Representações e Instituições”, da autoria de Manuel Carlos Silva e colaboradores/as (Braga, 10 de março);
- Organização de um Grupo Focal dinamizado pela conselheira científica Emília Martins, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu, em Viseu (20 de janeiro);
- Atualização regular da página do *Facebook*, que se revelou o principal canal de informação e divulgação utilizado.

## 6. Outras Iniciativas

Reconhecendo a importância de capacitação e mobilização das comunidades ciganas, nomeadamente dos/das jovens ciganos/as, bem como da sociedade civil em geral, o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., em parceria com o Programa Escolhas, no âmbito da ENICC e das Prioridades 5 – Incentivar à participação das comunidades ciganas enquanto exercício de cidadania e 6 – Apoiar iniciativas/projectos de organizações da sociedade civil e da Academia, desenvolveu o Programa de Capacitação Mais Líderes – Jovens Cigan@s, por forma a estimular a emergência e o desenvolvimento de ideias inovadoras, mas sustentáveis, que contribuam para a resolução de problemas sociais, que afetam particularmente as comunidades ciganas.

O objetivo da iniciativa foi a criação de um grupo de jovens líderes oriundos de várias comunidades ciganas, com o objetivo de desenvolver um percurso de capacitação (informação/sensibilização/formação) que:

- Forneça conhecimento sobre os órgãos de soberania, tendo em vista o pleno exercício de direitos e deveres;
- Promova uma reflexão sobre situação atual dos/das jovens ciganos/as, visando construtivamente contributos para a definição de medidas de política pública mais adequadas às necessidades e potencialidades das comunidades ciganas, nomeadamente no apoio à tomada de decisão pelo Alto-Comissário para as Migrações, I.P.;
- Capacite os jovens participantes, visando uma maior participação cívica e comunitária.

O grupo é composto por 18 jovens, 12 elementos do sexo masculino e 6 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e percurso académico entre o 4.º ano de escolaridade e o mestrado. Tendo por base a partilha de experiências pessoais e profissionais de um grupo de jovens, oriundos de várias comunidades ciganas e de 12 concelhos do país, foi desenvolvido um programa de capacitação, reflexão e

debate, onde foram potenciadas metodologias participativas através de diversas dimensões, como: (i) Encontros subordinados a diferentes temas; (ii) Formação/sensibilização subordinada aos temas definidos apresentada/dinamizada por peritos na área abordada; (iii) Reflexão e debate dos temas abordados: problemas/fragilidades; (iv) Reflexão e debate dos temas abordados: respostas/soluções; e (v) Implementação de um plano de ação, definido pelo grupo.

Ao longo do ano de 2016, além da sessão de Abertura do Programa de Capacitação Mais Líderes – Jovens Cigan@s, organizada na Presidência de Conselho de Ministros, no dia 21 de julho, foram realizadas 3 encontros presenciais de dois dias. O primeiro encontro realizou-se nos dias 16 e 17 de setembro, e abordou o tema de Cidadania e Participação Ativa, com uma visita de estudo à Assembleia da República. Os temas abordados no segundo encontro foram os Direitos Humanos e a Igualdade de Oportunidades e de Género, nos dias 5 e 6 de novembro. A terceira sessão de capacitação realizou-se nos dias 3 e 4 de dezembro e foi ministrada pela Logframe, focada no tema da Construção e Planeamento de projetos.

O programa tem continuidade no ano de 2017, para o qual estão previstas mais 2 sessões de formação.



Fig. 64 – Visita do grupo Mais Líderes à Assembleia da República

Ao longo do ano de 2016, o GACI participou ainda em várias iniciativas internacionais, nomeadamente nas reuniões da Rede de Pontos de Contacto Nacionais para a Integração dos Ciganos, dinamizada pela Comissão Europeia e nas reuniões da Comité de Peritos Ad Hoc para questões dos Roma do Conselho da Europa CAHROM. O gabinete realizou também, uma visita de estudo à Fundação Secretariado Gitano, em Madrid, nos dias 8 a 9 setembro; participou no Evento de Alto-Nível, no âmbito da Presidência Eslovaca da UE, sobre o Empoderamento dos Jovens da Comunidade Cigana, em Bratislava, nos dias 9 a 11 de outubro; no *Workshop* ERIO (*European Roma Information Office*) “Ending School Discrimination of Roma: the role of Equality Bodies”, em Bruxelas, no dia 13 de novembro; e no VI Seminário Internacional Roma, organizado pela Federación Maranatha de Asociaciones Gitanas, nos dias 28, 29 e 30 de novembro.

A large, stylized floral graphic in shades of purple and magenta, featuring overlapping petals and a central circular motif. The text is centered within the graphic.

**V.**

**INFORMAR,  
COMUNICAR E  
SENSIBILIZAR**

## I. Materiais Produzidos

Em 2016, o Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação (GECI) interveio ativamente no processo de produção e/ou atualização de brochuras, desdobráveis, cartazes e demais suportes informativos e de sensibilização, criados pelos vários Gabinetes que integram o ACM, I.P., em suporte de papel e em versão digital.



Fig. 65 a 67 – Exemplos de materiais produzidos em 2016

Estes produtos foram contributos valiosos para a divulgação da missão do Instituto, incluindo-se o planeamento e execução de materiais para iniciativas pontuais do ACM, I.P., e em parceria. Entre esses materiais são de realçar os cartazes para divulgação de iniciativas diversas, realizadas ao longo do ano, nomeadamente: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR, março); Meet IR – Encontro de Jovens para o Diálogo Inter-religioso (junho); ACM Fora de Portas (setembro); Família do Lado (novembro); desdobráveis e brochuras informativas – Rede CLAIM, Rede GIP Imigrante, Programa Mentores para Migrantes, “Família do Lado”, marcador da Linha de Apoio a Migrantes e Serviço de Tradução Telefónica, monofolhas CNAIM, GAEM, GATAI e GEFMI –, publicações temáticas – versão inglesa do Plano Estratégico para as Migrações, “Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes”, “As cores da cidade cinzenta” –, conceção de identidade visual para novos projetos e iniciativas – Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes de Lisboa e do Norte, Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes de Aqualva, Lagoa e Tomar, ACM Fora de Portas –, produção de *merchandising* ACM, I.P. – impermeáveis, guarda-chuvas, ambientadores –, entre outros.

O ACM, I.P. produziu ainda filmes publicitários para divulgação de duas das suas iniciativas anuais, designadamente a “Família do Lado” e o Programa Mentores para Migrantes. Os 4 milhões de atendimentos dos Centros Nacionais de Apoio Integração de Migrantes ficaram também registados numa exposição, na Janela Intercultural do CNAIM de Lisboa, e num vídeo informativo, produzido pelo Instituto, com o intuito de prestigiar o “Cliente CNAIM n.º 4 milhões”, por ocasião do lançamento, em novembro, do *Relatório Estatístico Anual 2016 – Indicadores de integração de imigrantes*. No âmbito do *Roadshow* ACM Fora de Portas, o ACM, I.P., produziu um documentário de 20 minutos sobre esta iniciativa, que envolveu todos os gabinetes e serviços do Instituto.



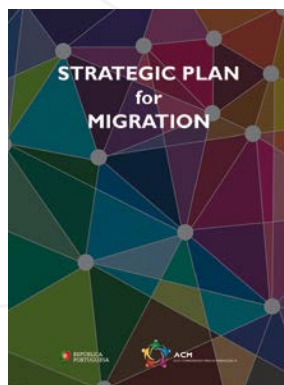


Fig. 68 a 70 – Exemplos de materiais produzidos em 2016

O ACM, I.P., através do GECl, intermediou a conceção do *Refugee Welcome Kit* e a produção da maioria dos materiais que o constituem, designadamente: caixa de transporte; Guia de Acolhimento; Dicionário Conversor de Palavras; Dicionário de Expressões Comuns; USB com conteúdos úteis e 5 vídeos – em Português, Inglês, Francês, Árabe e Tigrínia – que apresentam o país; e *T-shirt* com ícones indicativos de necessidades quotidianas. Um desenho feito por crianças portuguesas, folhetos informativos do Programa Alcântara e CPR HELP, e ainda um cartão SIM compõem também este *kit*.



Fig. 71 – Materiais do Refugee Welcome Kit

## 2. Portal do ACM, I.P.

A divulgação de todas as iniciativas e programas do ACM, I.P., bem como de outras entidades parceiras, no *website* da instituição ([www.acm.gov.pt](http://www.acm.gov.pt)) foi, em 2016, um objetivo central para o GECl. A publicação diária de reportagens e notícias focadas nas matérias de intervenção do ACM, I.P., assim como a atualização da informação sobre programas de apoio e legislação de interesse para migrantes, pessoas refugiadas e minorias étnicas, nomeadamente as comunidades ciganas, constituíram para o GECl uma preocupação constante.



Fig. 72 – Website do ACM, I.P.

O website do ACM, I.P., com as suas novas funcionalidades e conteúdo informativo mais abrangentes, impôs um maior investimento na qualidade da informação veiculada. A atualização de informação, assim como a produção de notícias e reportagens no âmbito das matérias de interesse na área das migrações já deu os seus frutos, com o website ACM, I.P. a alcançar, de janeiro a dezembro de 2016, 497.518 visualizações.

Em 2016, o ACM, I.P., adicionou uma nova página *online* ao site, onde está disponível, para consulta e *download*, todo o conteúdo do *Refugee Welcome Kit* ([www.acm.gov.pt/kitrefugiados](http://www.acm.gov.pt/kitrefugiados)).

### 3. Promoção de Eventos de Sensibilização

A sensibilização para a diversidade cultural, as ações realizadas pelas comunidades religiosas, iniciativas com as comunidades ciganas, o acolhimento e integração de migrantes e pessoas refugiadas, marcaram, entre outros temas, a produção e partilha de notícias na página do Facebook em 2016.

É de destacar, ao longo do ano, a produção de publicações sobre as várias efemérides enquadradas na missão do ACM, I.P., nomeadamente o Dia Internacional da Mulher (8 de março), o Dia Internacional dos/das Ciganos/as (8 de abril), o Dia da Diversidade Cultural (21 de maio), o Dia de África (28 de maio), o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas (10 de junho), o Dia Mundial dos/das Refugiados/as (20 de junho), o Dia Nacional do/da Cigano/a (24 de junho), o Dia Internacional dos/das Ciganos/as Vítimas do Holocausto (2 de agosto) e o Dia Internacional do/da Migrante (18 de dezembro).

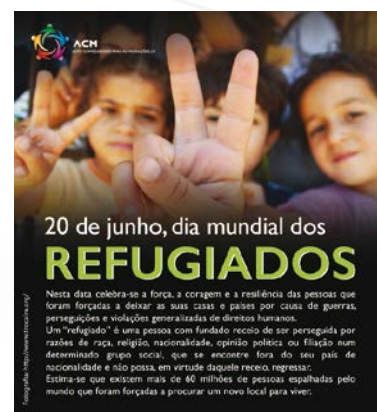


Fig. 73 a 75 – Exemplos de publicações alusivas a efemérides no Facebook

Em 2016, os conteúdos da página do Facebook alcançaram 1.790.897 utilizadores, com o total de gostos na página a atingir os 10.601, dos quais 5.220 foram obtidos em 2016. O Facebook do ACM, I.P., totalizou, em 2016, 600 publicações, aproximadamente, com uma média de 50 publicações mensais.

A contribuir para a sensibilização da diversidade, a “ACM em Revista” teve, em 2016, duas edições: uma dedicada ao tema da Integração e Acolhimento de Migrantes e Refugiados, publicada em março; e uma outra especialmente dedicada às Comunidades Ciganas, lançada em julho. Esta publicação continuou a ser publicada em versão digital e impressa, mantendo esta última uma tiragem de mil exemplares por edição.



Fig. 76 e 77 – ACM em revista, n.ºs 3 e 4

Para promover a diversidade cultural e sensibilizar para as questões do combate ao racismo e à discriminação, o ACM, I.P., realizou, ao longo do ano 2016, vários eventos e iniciativas de relevo, nomeadamente o Prémio Comunicação 2016 “Pela Diversidade Cultural”, que registou em 2016, o total de 30 trabalhos a concurso. A cerimónia de entrega de prémios decorreu, em dezembro, na Fundação Portuguesa das Comunicações, em presença da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino. O trabalho de televisão “Do Bairro de Lata à Galeria de Arte Pública”, transmitido pela SIC, no Rubrica “Perdidos e Achados”, da autoria de Catarina Neves, Odacir Júnior, João Nunes, Cláudia Araújo e Madalena Durão, levou para casa dois troféus, o de Prémio Diversidade Cultural e o de Prémio Televisão.



Figs. 78 e 79 – Vencedores do Prémio de Comunicação Pela Diversidade Cultural 2016

O ano de 2016 foi um ano dinâmico para as parcerias estabelecidas, através de protocolos, pelo ACM, I.P.

- Protocolo com Instituto Padre António Vieira (IPAV) para apoio à organização e desenvolvimento da iniciativa “E se Fosse Eu?” (6 de abril);

- Protocolo com Associação Caboverdeana para apoio à divulgação da VII edição das conferências “AmarCulturas” (maio);
- Protocolo com EAPN – Rede Portuguesa Anti-Pobreza, para o lançamento da Publicação e Exposição fotográfica “Singular do Plural”, no âmbito da Campanha nacional “Discriminação é falta de Educação” (junho);
- Protocolo com Associação Cultural Para o Desenvolvimento (CulturFACE) para apoio à produção de um calendário de divulgação da 3.ª edição do “Concurso MISS CPLP – Miss Comunidade de Países de Língua Portuguesa” (junho);
- Parceria com a Organização Internacional das Migrações (OIM) em Portugal, para divulgação do Global Migration Film Festival, no âmbito do Dia Internacional do Migrante (dezembro).

Em 2016, o ACM, I.P. consolidou o seu espaço em vários programas de TV e em programas de larga audiência radiofónica. É de realçar também, a presença mais alargada na imprensa escrita e *online*.

#### 4. Observatório das Migrações

O ano de 2016 revestiu-se de particular importância para o Observatório das Migrações (OM), que deixou de funcionar como estrutura informal do ACM, I.P. (como o era desde 2002) e passou a ter o estatuto de Equipa de Projeto do ACM, I.P. Com esta alteração, reconheceu-se o impacto do Observatório, ao longo da última década e meia de atuação, e a importância das suas contribuições para as diversas áreas de atuação do ACM, I.P., através de recomendações para as políticas migratórias do país, baseadas em evidências científicas. A publicação do novo regulamento do OM foi acompanhada também, pela nomeação de uma nova coordenadora do OM.

Mantendo e reforçando as suas atividades, em 2016, o OM lançou novas publicações, entre as quais, o mais recente Relatório Estatístico Anual de Indicadores de Integração de Imigrantes, da Coleção OM Imigração em Números, e criou de *Posters* Estatísticos, orientados para sensibilizar o público acerca de dados que caracterizam a situação e os contributos da imigração para o país. O sítio [www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) manteve as suas atualizações diárias e o envio mensal da *newsletter* OM foi reforçado, bem como o contacto com os seguidores nas redes sociais. De entre os eventos e novas linhas de comunicação, que marcaram a atividade do Observatório durante 2016, destacam-se os mais relevantes:

O Salão Nobre do Instituto Nacional de Estatística (INE) recebeu, a 18 de novembro, a apresentação do Relatório Estatístico Anual 2016, num evento que contou com quase uma centena de participantes e teve na sessão de abertura o Ministro Adjunto, Eduardo Cabrita e a Presidente do INE, Alda de Caetano Carvalho.



Figs. 80 a 82 – Sessão de Lançamento do Relatório Estatístico Anual 2016 no Salão Nobre do INE

O OM lançou, em 2016, os Posters Estatísticos orientados para sensibilizar o público acerca dos dados que caracterizam a situação e os contributos da imigração para o país, desconstruindo mitos acerca da imigração, com dados e fatos. Os dez primeiros posters estatísticos foram lançados no “ACM Fora de Portas”, que deu a conhecer as diferentes valências do ACM, I.P. – incluindo o Observatório das Migrações – em Lisboa, Évora, Faro, Coimbra e Porto, entre 21 e 25 de setembro.



Figs. 83 e 84 – Lançamento dos Posters Estatísticos OM no ACM Fora de Portas

Tal como aconteceu em anos anteriores, o OM promoveu, em 2016, mais duas quinzenas temáticas no Centro de Documentação do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes de Lisboa, este ano, dedicadas à “Diversidade e Diálogo Intercultural” (16 a 27 de maio) e à “Igualdade e Discriminação Racial e Étnica” (18 de março a 1 de abril). Nestes dias, foram disponibilizadas aos visitantes diversas publicações relevantes nestes domínios, tanto as editadas pelo próprio OM, como outras obras do acervo do Centro de Documentação, assim como estatísticas compiladas pelo OM.



Figs. 85 e 86 – Posters das Semanas Temáticas do Centro de Documentação

Em 2016, o Observatório das Migrações apoiou a organização de eventos promovidos por outras instituições, em domínios relacionados com as migrações, interculturalidade e integração. A este respeito é de salientar o apoio do OM ao V Congresso Português de Demografia, “A Crise Demográfica: Um País em Extinção?”, que decorreu, na Fundação Calouste Gulbenkian, a 6 e 7 de outubro, tendo, neste âmbito, a Diretora do OM feito também uma comunicação acerca de “Imigração e Demografia em Portugal: que relação?”.

Lançada em novembro de 2015, a newsletter mensal do OM acompanhou, com regularidade mensal, os seus subscritores ao longo de 2016, tendo, ao longo do ano, reforçado os seus subscritores. Para além de salientar

os principais eventos, publicações e oportunidades académicas de cada momento, bem como a agenda do mês, a *newsletter* OM aprofundou diversas temáticas relevantes para o estudo das migrações. Entre os temas destacados, ao longo do ano, nas edições temáticas da *newsletter*, estiveram os Refugiados, os Imigrantes Chineses em Portugal, o Diálogo Intercultural ou os Estudantes Estrangeiros. Os domínios em destaque nos vários números da *newsletter* OM foram alvo de enquadramentos estatístico, conceptual e jurídico, sendo ainda disponibilizada uma seleção de bibliografia de referência, bem como destacadas as publicações OM de cada tema. O arquivo de *newsletters*, divulgadas pelo OM, pode ser consultado em [www.om.acm.gov.pt/observatorio/newsletter](http://www.om.acm.gov.pt/observatorio/newsletter).

O OM lançou, em 2016, uma nova linha de sensibilização – *Posters Estatísticos* –, orientada para informar e desconstruir mitos relacionados com as migrações. Os dez *posters* estatísticos, criados em 2016, sumarizam os dados estatísticos oficiais mais relevantes, de várias dimensões relacionadas com o fenómeno migratório, e analisados na Coleção *Imigração em Números*, incluindo Contributos da Imigração para a Demografia, Discriminação de Base Racial e Étnica em Portugal, Imigração, Educação e Habilitações, e Acesso à Nacionalidade Portuguesa, entre outras. Os *posters* encontram-se, em acesso livre, em [www.om.acm.gov.pt/posters-estatisticos](http://www.om.acm.gov.pt/posters-estatisticos).



Figs. 87 a 95 – Posters Estatísticos OM

O OM continuou o seu trabalho regular de edição e disseminação de informação acerca da atividade académica, nacional e internacional na vertente das migrações no seu sítio [www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt), assumindo-se cada vez mais como um importante repositório e catalisador de informação acerca das migrações, integrando também uma área específica em permanente atualização com compilações estatísticas de dados nacionais acerca dos estrangeiros. Em 2016, o site teve 24.471 visitas, 91.493 visualizações, de 16.141 utilizadores, tendo captado novos públicos: do universo de utilizadores de 2016, apenas 34,6% corresponderam a utilizadores que já tinham visitado o site antes; tendo ainda aumentado os utilizadores e visualizações de fora de Portugal (22%).



Fig. 96 – Website do OM

Em 2016, o OM iniciou a edição de relatórios estatísticos anuais no âmbito da sua Coleção Imigração em Números. O relatório de 2016 reuniu e analisou mais de uma centena de indicadores acerca da integração de estrangeiros residentes em Portugal, distribuídos por onze dimensões analíticas de 25 fontes de dados, estatísticos e administrativos, disponíveis anualmente. Assumindo a integração de imigrantes como um processo multifacetado que integra diferentes dimensões, sendo umas mais fáceis de medir do que outras, atendendo à disponibilidade de informação passível de tratamento estatístico, este relatório sintetiza algumas das tendências observadas na situação dos estrangeiros residentes em Portugal em diferentes dimensões da sua permanência e integração no país – demografia, educação e qualificações, aprendizagem da língua portuguesa, trabalho, segurança social, acesso à nacionalidade, recenseamento eleitoral, sistema de justiça, discriminação de base racial e étnica, e remessas – comparando-os com os cidadãos portugueses, com o intuito de responder a questões que surgem normalmente acerca do fenómeno migratório. Os dados sistematizados nesta Coleção encontram-se igualmente disponíveis no sítio [www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) na área das “Compilações Estatísticas”, permitindo a todos/as os/as interessados acederem aos mesmos indicadores e a procederem a outros tratamentos e análises.

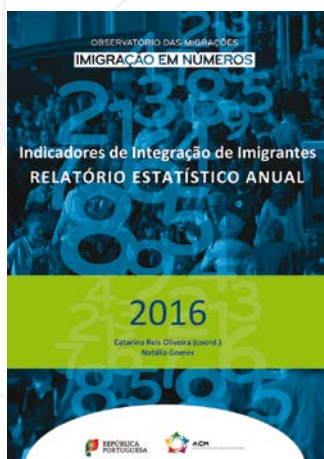


Fig. 97 – Capa do Relatório Estatístico Anual 2016 – Indicadores de Integração de Imigrantes

Em 2016, o OM continuou a promover novos estudos, tendo integrado novos volumes na Coleção de Estudos do OM:



Caminhos escolares de jovens africanos (PALOP) que acedem ao ensino superior, de Teresa Seabra (Coord.), Cristina Roldão, Sandra Mateus, Adriana Albuquerque, julho de 2016, ISBN 978-989-685-077-7.



O trabalho da arte e a arte do trabalho: circuitos criativos de artistas imigrantes em Portugal, de Lúcia Ferro e Otávio Raposo (Coord.), outubro de 2016, ISBN 978-989-685-079-1.



Imigrantes desempregados em Portugal e os desafios das políticas ativas de emprego, de Ana Cláudia Valente (coord.), João António, Tânia Correia, Leonor Costa, novembro de 2016, ISBN 978-989-685-081-4.





**VI.**

**PROGRAMA ESCOLHAS**

O ano de 2016 foi marcado pelo arranque da 6ª Geração do Programa Escolhas (PE), tendo sido implementados 90 projetos plurianuais, dos quais 88 projetos aprovados para o território nacional, no âmbito do processo de candidaturas, realizado no final de 2015: 22 para a NUT II Norte; 12 para a NUT II Centro; 40 para a NUT II Lisboa; 7 para a NUT II Alentejo; 4 para a NUT II Algarve, 2 para a Região Autónoma da Madeira e 1 para a Região Autónoma dos Açores. Foram ainda implementados 2 projetos em território internacional, em países europeus com forte presença de emigrantes, nomeadamente no Reino Unido e no Luxemburgo.

De acordo com o artigo 29.º do Regulamento, que enquadra a metodologia de avaliação e acompanhamento dos projetos, a avaliação interna é da responsabilidade da equipa técnica do PE e tem como referência a execução das atividades, os objetivos e os resultados previstos em candidatura. Este nível de avaliação inclui a realização de visitas em diferentes modalidades, visitas de caráter formal, com a presença da equipa técnica do projeto e do consórcio, visitas de caráter informal, em contexto de atividades e visitas sem agendamento prévio, usualmente designadas por visitas surpresa. Em 2016, foram realizadas 309 visitas de acompanhamento aos 90 projetos locais em curso.

Tendo em conta o modelo de avaliação e acompanhamento, previsto no Regulamento do PE, cabe ao consórcio de cada projeto a elaboração e apresentação de um relatório de autoavaliação intercalar, bem como a apresentação do Plano Mensal de Atividades. Neste primeiro ano, e tendo em conta que os projetos só iniciaram a sua intervenção, entre os meses de março e abril, os primeiros relatórios apresentados tiveram uma periodicidade trimestral ou quadrimestral, consoante a data de início dos mesmos.

Em 2016, os projetos apresentaram um total de 89 relatórios de autoavaliação intercalar e elaboraram 807 Planos Mensais de Atividades, os quais foram analisados e aprovados pela equipa central do PE. No que respeita à avaliação interna, a equipa do PE produziu um total de 398 relatórios, que englobam relatórios de avaliação central, relatórios relativos às visitas em contexto de atividades, relatórios de apoio técnico e visitas sem agendamento prévio, efetuadas nos diferentes territórios de intervenção dos projetos.

O plano de Formação da 6ª Geração foi estruturado em parceria com o Instituto de Empreendedorismo Social (IES), sendo dirigido, quer aos/às coordenadores/as de projeto, quer aos/às dinamizadores/as comunitários/as. Em abril de 2016, decorreu, em Leiria, o Seminário Inicial para coordenadores/as e dinamizadores/as comunitários/as, em que foi apresentado, em detalhe, todo o plano de formação previsto para esta geração.

No que se refere aos/às 90 dinamizadores/as comunitários/as (DC), o plano de formação englobou ainda a participação e certificação de 19 dinamizadores/as, no curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, com acesso ao Certificado de Competências Pedagógicas (CCP). Em termos de plano de formação foi também possível contar com a participação de alguns/algumas DC, em dois *Bootcamp*, promovidos pelo IES, nos quais participaram igualmente coordenadores/as de projeto. Foi ainda ministrada uma formação modular *Scaling for Impact*, destinada a coordenadores/as, bem como o M.I.B. – *Managing Impact Business*.

No ano de 2016, o PE continuou a manter como foco a promoção da visibilidade do Programa e dos projetos que financia, quer por via do *website* e Facebook, quer por via da revista Escolhas com tiragem trimestral.



Figs 98 e 99 – Site e Facebook do Programa Escolhas

O website ([www.programaescolhas.pt](http://www.programaescolhas.pt)) contou, durante o ano de 2016, com 285.434 visualizações de página. Foram produzidas, pelos 90 projetos em curso, cerca de 650 notícias, publicadas no website do Programa Escolhas sobre as atividades desenvolvidas. Registou-se ainda, a existência de 736 inserções em comunicação social, com referências positivas ao PE. Durante o ano de 2016, foram editados três números da Revista Escolhas dedicados ao Arranque da Nova Geração n.º 36, Resiliência n.º 37 e aos 16 anos do Programa Escolhas n.º 38.



Figs. 100 a 102 – Capa das edições 36, 37 e 38 da revista Escolhas

O ano de 2016 ficou também marcado pela dinamização de diversas iniciativas e pelo lançamento de novos projetos. Com o objetivo de investir na educação superior dos/das jovens com mais carências económicas, procurando evitar o abandono precoce deste ciclo de estudos, o ACM, I.P., através do Programa Escolhas, lançou, em novembro de 2016, a 3.ª Edição do projeto U CAN – Bolsas de Estudo Universitárias. Esta edição contou com um total de 99 candidaturas, tendo sido selecionados/as 50 candidatos/as. Para além do apoio financeiro, o projeto U CAN mantém a aposta no Programa de Mentoria, pelo que todos/as os/as bolseiros/as terão um acompanhamento individualizado, cujo objetivo é contribuir para um percurso académico e pessoal de sucesso.

O Programa Escolhas e a Fundação Calouste Gulbenkian, face ao impacto do “Concurso de Ideias para Jovens – Mundar: Muda o Teu Mundo”, nas suas 1.ª e 2.ª edições, e considerando o sucesso resultante da implementação das ideias então aprovadas, renovaram, em 2016, a sua aposta no empreendedorismo social e na capacitação dos jovens, lançando a 3.ª edição deste Concurso. Foram recebidas 140 ideias, tendo sido pré-selecionadas 40 para apresentação da ideia, numa sessão de *pitch*, das quais 30 ideias foram aprovadas, em áreas tão diversificadas como gastronomia, ambiente, estética, reabilitação urbana, desporto e tecnologia. Em 2016, o “Concurso Ideias para Jovens – MUNDAR: Muda o teu Mundo”, ficou ainda colocado em terceiro lugar na categoria “Best Practice”, entre mais de 40 iniciativas de toda a Europa, no âmbito dos “Telecentre Europe Awards 2016”.

De forma a promover e potenciar o talento emergente nos territórios em que o Escolhas financia projetos, mas não só, foi lançada, em 2016, uma iniciativa piloto intitulada “Rede Escolhas para o Talento” destinada a jovens, com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos. Com o intuito de desenvolver um talento, interesse ou competência, relacionadas com uma possível área profissional. Foram recebidas 167 candidaturas de jovens de todo o país, com uma média de idades entre os 22 anos (94 rapazes e 73 raparigas). Registou-se um maior número de candidaturas para desenvolver talentos nas áreas da música, artes performativas, audiovisuais e escrita.

Destas candidaturas, foram selecionadas 40 para entrevista via Skype, e depois selecionados/as os/as 22 jovens participantes nesta Rede. A metodologia adotada passou pela realização de 3 encontros de formação residencial, dedicados às competências pessoais e sociais. Para além destes momentos formativos, o grupo de jovens contou com o acompanhamento de mentores especializados, em cada uma das áreas de interesse identificadas.



Fig. 103

Ainda em 2016, ano em que se assinalaram os 16 anos do Programa Escolhas, foi dinamizada a iniciativa Escolhas de Portas Abertas, integrada na iniciativa do Alto Comissariado para as Migrações, I.P., intitulada “ACM Fora de Portas”. Esta iniciativa decorreu, entre 21 e 25 de setembro, e percorreu cinco capitais de distrito: Lisboa, Évora, Faro, Coimbra e Porto. Em todas as capitais de distrito, os projetos Escolhas estiveram representados nesta mostra coletiva de atividades, relacionadas com a música, desporto, jogos tradicionais, jogos pedagógicos, artes manuais, entre outras. Destaca-se, particularmente, o dia 24 de setembro, em que cerca de 500 crianças e jovens se reuniram, em Coimbra, para celebrar os 16 anos do Programa Escolhas. Destaca-se, neste dia, a presença da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino, que se associou às comemorações do Programa.



Figs. 104 a 106 – Escolhas de Portas Abertas

O Programa Escolhas associou-se ao *Global Dignity Day*, uma iniciativa dinamizada pela *Global Shapers Portugal*. A iniciativa contou com a participação de 23 projetos, os quais dinamizaram ações em 24 escolas e/ou agrupamentos de escola, tendo sido mobilizados um total de 1.659 jovens.



Figs. 107 e 108. – Dia da Dignidade

A “Gala Escolhas – 2016” decorreu no CAE – Centro de Artes e Espetáculos, localizado na Figueira da Foz, contou com a presença de 319 pessoas e com a atuação e presença dos artistas, Ana Raquel Azevedo, Karlon, Marco Génio e Mia Rose. A apresentação esteve a cargo de João Manzarra.



Fig.109 a 111 – Gala Escolhas 2016

O Programa Escolhas e a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (FPUL) iniciaram, em 2015, o desenvolvimento de um instrumento de avaliação do risco psicossocial das crianças e jovens participantes nos projetos Escolhas. Com o arranque da 6ª Geração do Programa Escolhas, o “Instrumento de Avaliação do Risco Psicossocial em Crianças e Jovens” foi amplamente divulgado e será utilizado por todos os projetos, de forma a obter informação relevante acerca dos níveis de risco nos diferentes contextos do Programa Escolhas.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015, de 23 de dezembro, que procede à renovação do Programa Escolhas, para o triénio 2016-2018, previu o lançamento de novos períodos de candidaturas, para intervenções de natureza experimental e inovadora. Assim, e para o biénio 2017-2018, foi aberta uma nova fase de candidaturas destinada a projetos, de âmbito nacional e estruturados em torno de uma ou duas de quatro medidas: a) educação e formação; b) empregabilidade e emprego; c) participação, direitos e deveres cívicos e comunitários; d) capacitação e empreendedorismo. Os novos projetos não contemplam, assim, a área estratégica da inclusão digital (medida IV) e a figura do/da dinamizador/a comunitário/a, sendo que o teto orçamental para cada ano é de 24.750,00€.

O Programa Escolhas financiará assim, e em 2017, mais 22 projetos, tendo por referência os concelhos com efetiva necessidade (identificados no anexo I do respetivo Regulamento). A distribuição será de 5 projetos para a NUT II Norte, 5 projetos para a NUT II Centro, 7 projetos para a NUT II Lisboa, 3 projetos para a NUT II Alentejo e 2 projetos para a NUT II Algarve.

Tendo sido efetuados 169 registos no sistema *online*, foram efetivamente recebidas 53 candidaturas, as quais mobilizaram um total de 345 parceiros locais. Em termos de distribuição geográfica, com base na Nomenclatura de Unidade Territorial de nível 2 (NUT II), foram rececionadas 19 candidaturas do Norte, 12 candidaturas do Centro, 16 candidaturas de Lisboa, 3 candidaturas do Alentejo e 3 candidaturas do Algarve. A maioria dos projetos (43) candidatou-se a duas

medidas, constatando-se que, de entre as 4 áreas estratégicas, as medidas I (39) e III (36), foram as mais selecionadas. O período de avaliação de candidaturas, assegurado por uma equipa de secretariado técnico do PE, decorreu entre os dias 9 de novembro e 5 de dezembro. A seleção das candidaturas foi efetuada com base na aplicação dos critérios que constam no Regulamento (Art.º 11.º). Para tal, foi aplicada uma matriz comum para todos os candidatos, divulgada no *website* do PE, onde se operacionalizaram os critérios acima referidos. Da aplicação desta matriz, resultou uma seriação prévia por equipa de avaliação. De forma a minimizar os riscos de conhecimento prévio sobre os projetos candidatos, as candidaturas de cada zona foram avaliadas numa outra zona, que não a de origem da mesma.

O júri foi, assim, composto pelos seguintes elementos:

- Presidente: Lucinda Fonseca, Professora Catedrática do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;
- Vogal: Cristina Rodrigues, em representação do Instituto de Segurança Social;
- Vogal: José Matias de Sousa, em representação da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens;
- Vogal: Paulo André, em representação da Direção-Geral da Educação;
- Vogal: Luísa Bastos, em representação do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

No dia 12 de dezembro de 2016, o júri reuniu, ao abrigo das competências atribuídas no n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento de Candidaturas a Projetos de cariz Experimental e Inovador, tendo o Alto-Comissário para as Migrações, I.P. aprovado as 22 candidaturas com melhor classificação, de acordo com a seleção por NUT II, já prevista em Regulamento.

A divulgação dos resultados ocorreu a 20 de dezembro de 2016, tendo sido notificadas todas as entidades candidatas.

No primeiro ano da 6ª Geração do Programa Escolhas foram envolvidos 30.413 indivíduos, participantes em 131.355 sessões de trabalho criadas. Destes, 6.994 (23%) são participantes diretos, sobre os quais incide um acompanhamento mais regular e continuado, e 23.419 (77%) são participantes indiretos. Sendo o seu público-alvo prioritário, os/as participantes são, na sua esmagadora maioria, crianças e jovens (23.548; 77,4%).

Numa análise por medida, será de salientar as atividades que têm contribuído para a educação e formação (Medida I: 19.904 participantes em 46.70 sessões de trabalho) assim como aquelas que contribuem para a inclusão digital (Medida IV: 13.570 participantes em 39.945 sessões). Em termos de participação, também as atividades da Medida III (participação, direitos e deveres cívicos e comunitários) envolveram um número considerável de participantes (12.951).

A distribuição por faixa etária dos/das participantes em atividades do PE continua a expressar um predomínio óbvio de crianças e jovens entre os 6 e os 18 anos de idade, verificando-se uma maior incidência no grupo etário dos 14 aos 18 anos (24,18%), acompanhado, muito de perto, pelo estrato etário que vai dos 6 aos 10 anos (23,18%). Deve ainda ser referido o número importante de participantes, com idades compreendidas entre os 11 e os 13 anos (16,47%), assim como aqueles com idades compreendidas entre os 19 e os 30 anos (10,98%).

Sobre a escolaridade completa dos participantes em atividades do PE, durante o ano de 2016, a tendência continua a centrar-se numa maior envolvência de jovens com o 4.º, 6.º e 9.º ano de escolaridade completa. Quanto à distribuição dos/das participantes, diretos/as e indiretos/as, por sexo, ainda que se mantenha um grande equilíbrio entre as duas partes, neste primeiro ano da 6ª geração do Programa Escolhas, é o sexo feminino aquele que tem um maior número de participantes nas atividades dos projetos financiados pelos Escolhas.

No que concerne aos 20 indicadores globais (*outcomes*), da recolha de informação efetuada por todos os projetos, é possível identificar os seguintes resultados:

INDICADORES ESPECÍFICOS	META	EXECUTADO
1. Taxa de sucesso escolar global (%)	75	77,7
2. Encaminhamento para escola e formação profissional	1.200	2.029
3. Encaminhamento para emprego	650	1.906
4. Integração em formação profissional	500	864
5. Integração em emprego	200	614
6. Envolver parceiros nas atividades desenvolvidas	300	1.154
7. Certificar no domínio das TIC (total)	1.200	3.852
8. Número de associações criadas	10	6
9. Número de iniciativas empreendedoras criadas	100	95
10. Número de participantes em atividades que contribuam para a participação e cidadania	13.000	13.288
<b>INDICADORES GERAIS</b>		
11. Participantes globais (indivíduos)	35.000	30.413
12. Prazo médio de pagamento a fornecedores (dias)	45	30
13. Sessões totais com presenças (total)	120.000	126.551
14. Execução financeira global dos projetos (%)	92	80
15. Dinamizadores Comunitários com progressão escolar/projeto de vida (indivíduos)	35	6
16. N.º total de horas de formação interna por pessoa	30	22
17. N.º total de horas de formação (hora * formando)	13.000	12.634
18. N.º de contactos presenciais com os projetos locais (total)	350	309
19. N.º de inserções em comunicação social com referências positivas ao PE	270	736
20. N.º de visitas ao site do Programa Escolhas	120.000	118.143

Fig. 112 – Indicadores globais do Programa Escolhas, em 2016

Num contexto social que se vai mantendo bastante desafiante, podemos verificar que 12, das 20 metas estabelecidas, foram superadas durante o ano de 2016. Os indicadores avaliados como aquém, foram por uma margem muito escassa e penalizados pelo facto do Programa Escolhas apenas ter iniciado a sua 6ª Geração, em março de 2016.

Ligeiramente acima do esperado, e no sentido positivo, está o valor do sucesso escolar que se cifrou nos 77,7%, face aos 75% esperados para o ano letivo de 2015/2016. Todavia, este é um indicador que deve ser analisado com algum cuidado, dado que a intervenção dos projetos não incidiu sobre a totalidade do ano letivo. Existem projetos novos nesta 6ª geração, que apenas iniciaram a sua intervenção, em março e abril de 2016, já em pleno fim de ano letivo, e outros, que em funcionamento durante a 5ª geração, acabaram por não ter qualquer intervenção, durante os primeiros meses do ano de 2016.

Com resultados bastante acima do esperado, devem destacar-se aqueles que dizem respeito aos encaminhamentos para a escola, emprego e formação profissional, assim como os respeitantes às integrações em emprego e formação profissional. No domínio das TIC, o número de certificações foi, neste primeiro ano, também largamente superado.

Aquém do previsto, ainda que por uma curta margem, ficaram os resultados respeitantes ao número de associações criadas e ao número de iniciativas empreendedoras criadas. A meta definida ao nível do número de Dinamizadores Comunitários, com progressão escolar/projeto de vida, ficou muito abaixo do previsto, uma vez que os projetos tiveram início em março/abril e só, em setembro/outubro, foi possível encontrar respostas para progressão de estudos.



The background is a solid blue color with several large, overlapping, curved shapes in a lighter shade of blue, creating a sense of motion and depth. The shapes resemble stylized waves or petals.

# VII. COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E AO RACISMO

## I. Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

Nas atribuições do Alto-Comissariado para as Migrações, I.P., está previsto o “combate de todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião, independentemente do meio em que ocorram, através de ações, campanhas ou eventos de sensibilização da opinião pública, bem como através do processamento das contraordenações previstas na lei”, consignada pela alínea l) do número 2 do artigo 3.º da orgânica aprovada pelo Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro.

O respetivo cumprimento é acompanhado pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), criada pela Lei n.º 134/99, de 28 de agosto, que funciona junto do ACM, I.P., conforme expressamente prevê o n.º 3 do artigo 36.º da referida orgânica.

A CICDR, por imposição legal presidida e coordenada pelo Alto-Comissário para as Migrações, I.P., inclui representantes da Assembleia da República, do Governo, das Associações de Imigrantes, das Associações Antirracistas, das Centrais Sindicais, das Associações Patronais, das Associações de Defesa dos Direitos Humanos e por personalidades designadas pelos restantes membros.

Por decurso do tempo, tendo sido concluído o mandato dos membros que compunham a anterior Comissão, durante o ano de 2016, houve lugar a uma nova constituição. Assim, no dia 21 de março – Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial – foi conferida posse aos novos membros, em Cerimónia formal na Sala dos Atos da Presidência do Conselho de Ministros, com a presença do Ministro Adjunto, Eduardo Cabrita, da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino, e do Alto-Comissário para as Migrações e Presidente da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, Pedro Calado.

Atualmente, a Comissão é constituída pelos seguintes Conselheiros e Conselheiras:

- Deputada Elza Pais – Representante da Assembleia da República;
- Mónica Ferro – Representante da Assembleia da República;
- Sandra Ribeiro – Representante do Departamento do Governo responsável pela Solidariedade, Emprego e Segurança Social;
- Maria José Neves – Representante do Departamento do Governo responsável pela Educação;
- Nilzete José Pacheco de Oliveira – Representante das Associações de Imigrantes (ALCC – Associação Lusofonia Cultura e Cidadania);
- Maria Teresa da Cunha Antunes Fernandes de Noronha – Representante das Associações de Imigrantes (Girassol Solidário – Associação de Solidariedade com os doentes Evacuados de Cabo Verde);
- José Falcão – Representante das Associações Antirracistas (Movimento SOS Racismo);
- João Silva – Representante das Associações Antirracistas (Associação Olho Vivo);
- Catarina Tavares – Representante de Central Sindical (UGT);
- Carlos Trindade – Representante de Central Sindical (CGTP-IN);
- Helena Leal – Representante das Associações Patronais (CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal);

- Luís Henrique – Representante das Associações Patronais (CIP – Confederação da Indústria Portuguesa);
- Maria Teresa Tito de Moraes Mendes – Representante das Associações de Direitos Humanos (CPR – Centro de Acolhimento para Refugiados);
- Laura Vasconcelos – Representante das Associações de Direitos Humanos (ADDHU – Associação de Defesa dos Direitos Humanos);
- Macaísta Malheiros – Personalidade designada pelos restantes membros;
- Luís Romão – Personalidade designada pelos restantes membros;
- José Reis – Personalidade designada pelos restantes membros.

Em 2016, foram realizadas três reuniões plenárias da CICDR. Estas reuniões decorreram, respetivamente, a 29 de abril, 12 de julho e 21 de outubro. Tendo sido analisados e tratados diversos temas, destacando-se os seguintes:

- Acompanhamento da evolução dos principais processos de contraordenação e queixas decorrentes da prática de atos discriminatórios em função da raça, nacionalidade ou origem étnica ou em função da nacionalidade;
- Eleição da Comissão Permanente da CICDR;
- Tomada de posse dos novos membros da CP da CICDR;
- Análise da proposta de lei, que tem por objeto a prevenção e combate, em todas as suas formas, de práticas discriminatórias raciais, estabelecendo o respetivo regime sancionatório, apresentado pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino, concedendo prazo para apresentação dos contributos;
- Apresentação dos contributos dos Conselheiros e Conselheiras à proposta de redação da nova Lei.

### 1.1. Campanhas de sensibilização

A iniciativa Universo Benfica resultou de uma parceria estabelecida com a Fundação Benfica, em 2014, e perdurou, no ano letivo de 2015/2016, mantendo-se no corrente. Consiste numa ação de divulgação da CICDR e da respetiva missão no combate à discriminação racial, junto das escolas, através da disponibilização num campo insuflável, de um *Golf Banner* com a imagem da CICDR, sendo igualmente distribuídos *flyers* com a mensagem “RACISMO? STOP!”, pretendendo contribuir na educação para os valores, com diversas atividades, acompanhadas da presença da águia Vitória. Em 2016, esta campanha superou as 5.000 crianças (o que, considerando o ano letivo 2015/2016, permitiu alcançar 11.329 crianças e jovens, no total).

Para assinalar o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, a campanha “As Cores Da Cidade Cinzenta” concretizou-se na distribuição a todas as creches públicas (3.511 instituições) de um *Kit* composto por 6 lápis de cor em tons de pele, acompanhado por uma história em livro (texto de Rita Garcia Fernandes e ilustração de André Filipe). A narrativa tem início numa cidade, onde as pessoas, as casas e os carros têm a mesma cor cinzenta, até ao dia em que novos moradores, oriundos de lugares distintos e longínquos, trazem para esta cidade, novos sabores, cheiros, ritmos, saberes e cores.



Fig. 113 – Campanha “As Cores da Cidade Cinzenta”

## I.2. Ações de Sensibilização na Vertente (In)Formativa

No âmbito do seminário inicial da 6.ª Geração do Programa Escolhas, e a convite do Programa, foi realizada uma ação de sensibilização da CICDR, com o fim principal de capacitar os/as 90 dinamizadores/as comunitários/as que integram esta 6.ª Geração, dando a conhecer a Comissão, a respetiva missão e as suas competências no combate à discriminação racial no ordenamento jurídico português.

Todos os participantes foram convidados a disseminar a informação transmitida, tendo sido reforçado o especial papel de assegurar, que as denúncias de eventuais práticas discriminatórias sejam apresentadas à CICDR. No final, todos receberam um cartaz da CICDR “Pela Igualdade Denuncie a Discriminação Racial”, com o compromisso de o afixarem nas respetivas sedes do projeto.



Fig. 114 – Cartaz da CICDR produzido no decurso de 2016

O *workshop* subordinado ao tema “O Provedor de Justiça e os direitos dos cidadãos estrangeiros” decorreu, no dia 29 de abril, no auditório do CNAIM de Lisboa, no âmbito da dinamização do protocolo estabelecido entre o Provedor de Justiça e o ACM, I.P., pretendendo potenciar o conhecimento desta instituição de direitos humanos, como mecanismo ao dispor de todos/as os/as cidadãos/ãs, incluindo a defesa dos/das direitos dos/das cidadãos/ãs estrangeiros/as.

A 4 de outubro, foi proporcionada uma ação de sensibilização e divulgação no CLDS-3G (Contrato Local de Desenvolvimento Social) do Entroncamento. No dia 29 de outubro, foi desenvolvida uma ação para os/as Jovens Mais Líderes da Comunidade Cigana, dotando-os/as de conhecimento sobre Comissão, respetiva missão e competências no combate à discriminação racial no ordenamento jurídico português. Com os mesmos objetivos, no dia 10 novembro de 2016, foi disponibilizada uma ação informativa, na Junta da Freguesia de Aqualva, em parceria com a “Associação Balodiren”. No dia 12 de novembro, a mesma ação foi desenvolvida para o Grupo Mais Líderes Jovens Cabo-Verdianos.

## 2. Comissão Permanente da CICDR

A CICDR possui uma Comissão Permanente (CP da CICDR), constituída pelo Presidente da CICDR, acompanhado de dois membros eleitos pelos restantes Conselheiros. A Comissão Permanente da CICDR tem a seguinte composição:

- i) Presidente – Pedro Calado;
- ii) Manuel Malheiros;
- iii) José Reis.

A principal competência da CP da CICDR é a de se pronunciar, antes da decisão do Alto-Comissário, quanto à eventual aplicação de sanções, respetiva medida e ou aplicação de sanções acessórias. Tem ainda sido prática, ouvir este órgão sobre a generalidade das queixas, especialmente em situações dúbias, decorrentes de casos de especial complexidade. Das deliberações proferidas pela Comissão Permanente, sete foram no sentido das partes se pronunciarem e apresentarem prova adicional face ao teor dos relatórios finais, cinco arquivamentos em conformidade com o teor dos relatórios finais, duas condenações e dois comunicados.

Durante o ano de 2016, foram recebidas e analisadas pela CICDR 119 queixas. Verifica-se, assim, um aumento de queixas por relação ao ano anterior; o que pode evidenciar um melhor reconhecimento da Comissão já que, em 2015, haviam sido registadas 84 queixas. As queixas rececionadas em 2016 tiveram os seguintes desenvolvimentos:

Desenvolvimento das queixas	
Conversão em processos de contraordenação (PCO)	18
Processos iniciados previamente pelas Inspeções-Gerais	1
Análise, preparação e encaminhamento para outras entidades	35
Análise, preparação e encaminhamento para a ERC	38
Mediação	5
Queixas incompletas /incorretas /infundadas	9
Aguardam esclarecimentos dos denunciantes	13
Total	119

Fig. 115 – Desenvolvimento das Queixas recebidas pela CICDR

Das 119 queixas recebidas, foi possível apurar que 40 respeitavam a pessoas do sexo masculino, 33 referiam-se a pessoas do sexo feminino, tendo ainda sido possível identificar que duas queixas registadas respeitavam a grupos de pessoas de ambos os sexos.



**VIII.**  
**RELAÇÕES**  
**INTERNACIONAIS**

## I. Redes e Projetos Internacionais

No ano de 2016, cumpre destacar o trabalho desenvolvido pelo ACM, I.P., para a preparação da defesa junto das Nações Unidas, em Genebra, do 15.º a 17.º Relatórios de Aplicação Nacional da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), que teve lugar, nos dias 29 e 30 de novembro. O Alto-Comissário para as Migrações assegurou a chefia, ao nível técnico, da delegação nacional e, nesse sentido, foi necessário coordenar a participação portuguesa e a preparação técnica quer junto da Comissão Nacional para os Direitos Humanos, quer junto das diversas entidades que integraram a delegação nacional.

Adicionalmente, e na sequência do trabalho desenvolvido nos últimos anos, em 2016, o ACM, I.P. prosseguiu a participação ativa junto de diversas redes e grupos de trabalho europeus e internacionais, colaborando e dando resposta a pareceres, questionários e demais contributos. Destacam-se as seguintes:

Rede de Pontos Nacionais de Contacto para a Integração da União Europeia, com a presença nas diversas reuniões que se realizaram, em Bruxelas, a 16 de fevereiro e 10 de outubro. Além disso, o ACM, I.P. contribuiu com a preparação de elementos técnicos para esta Rede;

No âmbito da FRA – Fundamental Rights Agency da União Europeia, o ACM, I.P. prosseguiu o trabalho desenvolvido, enquanto ponto focal nacional, garantindo o envio de contributos técnicos para esta Agência, a articulação com diversas autoridades nacionais, participando ainda em diversas reuniões e atividades desenvolvidas pela FRA, como as reuniões de 17 e 18 de março, e de 3 de outubro;

O ACM, I.P. participou igualmente, no Fórum dos Direitos Fundamentais que se realizou, em Viena, de 20 a 23 de junho. Este Fórum foi organizado conjuntamente pela Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Conselho da Europa, Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e Governo austríaco e pretendeu reunir responsáveis nacionais de diversas áreas para analisar os desafios da integração de migrantes, proteção dos refugiados e era digital;

Relativamente ao Grupo de Alto Nível sobre Não-Discriminação, Igualdade e Diversidade da Comissão Europeia, o ACM, I.P. assegurou a representação nacional na reunião que teve lugar, em Bruxelas, de 6 a 8 de junho;

O ACM, I.P. marcou também, presença na reunião do Grupo de Trabalho sobre Integração, Migrações e Expulsão da Comissão Europeia, que se realizou, em Bruxelas, a 12 de outubro;

Na sequência da representação nacional, que o ACM, I.P. assegura na Parceria para a Integração de Migrantes e Refugiados da Agenda Urbana da União Europeia, foi ainda possível participar em diversas iniciativas desta Parceria, mais concretamente, nas reuniões de trabalho que decorreram, em Bruxelas e em Amesterdão, respetivamente, a 11 de maio e 11 de novembro;

A participação do ACM, I.P., na Equinet – European Network of Equality Bodies foi igualmente ativa durante 2016, contribuindo com respostas para questionários, preparação de documentos e comentários a publicações



variadas, tendo ainda participado nas reuniões do Grupo de Trabalho *Equality Law* e do Grupo de Trabalho para as Estratégias de Comunicação. Fez-se ainda representar na Assembleia-Geral desta rede que teve lugar, em Bruxelas, a 29 e 30 de setembro, e no Seminário “Combate à Discriminação com base na Raça e Etnia”, que se realizou, em Budapeste, a 9 e 10 de novembro;

Por outro lado, o ACM, I.P. participou nos trabalhos de duas Plataformas Comuns, organizadas pela FRA, Equinet, Conselho da Europa e Rede Europeia das Instituições de Direitos Humanos. Estas Plataformas discutiram as questões do Asilo e Migrações e ainda Crime de Ódio e Discurso de Ódio.

Dentro das iniciativas do Conselho da Europa, o ACM, I.P. marcou presença na reunião anual do ECRI – European Commission against Racism and Intolerance que se realizou, em Estrasburgo, a 26 a 27 de maio, e no Seminário de lançamento da formação HELP que se realizou, em Barcelona, a 25 e 26 de julho.

O ACM, I.P. passou igualmente, a integrar o Grupo de Trabalho Migrações da OCDE. Para além de contributos técnicos e resposta a questionários, marcou ainda presença na reunião que se realizou, em Paris, a 16 e 17 de junho.

De 16 a 24 de junho, o ACM, I.P. integrou a delegação portuguesa que participou na visita de estudo, promovida pelas autoridades norte-americanas para aprofundar o intercâmbio relativo à temática de Refugee Relocation, Rehabilitation and Reintegration.

Foi ainda possível continuar a colaboração com a Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH), quer através do envio de informações, resposta a pareceres, quer na presença de reuniões, como a reunião Aberta à Sociedade Civil a 16 de dezembro e a 19.ª reunião da CNDH a 19 de dezembro.

Enquanto membro efetivo da Rede Ibero-Americana de Organismos e Organizações contra a Discriminação (RIODD), o ACM, I.P. marcou presença na IV Reunião Extraordinária desta rede, que teve lugar, em Buenos Aires, de 29 a 31 de agosto, tendo sido eleita a nova Presidência, durante os trabalhos da Assembleia-Geral.

No domínio da Rede SIRIUS – European Policy Network on the Education of Children and Young People with a Migrant Background, o ACM, I.P. marcou presença na Conferência e reunião, realizadas a 11 e 13 de abril.

Quanto à colaboração com a OSCE, o ACM, I.P. participou na Conferência sobre Tolerância e Diversidade que teve lugar, em Berlim, a 20 de outubro.

Por outro lado, e no seguimento do convite para integrar o Grupo de Trabalho relativo ao Futuro das Políticas de Integração do Migration Policy Institute, o ACM, I.P. marcou presença na reunião que teve lugar em Haia, a 10 de outubro.

O ACM, I.P. participou nas reuniões da Rede de Pontos de Contacto Nacionais para a Integração dos Ciganos, assegurando ainda a representação nacional junto do CAHROM – Comité de Peritos Ad Hoc para questões dos

Roma do Conselho da Europa, tendo estado presente nas reuniões de Sofia, de 26 a 29 de abril, e nas reuniões de Estrasburgo, de 15 a 18 de novembro.

Foi ainda possível, integrar uma visita de estudo à Fundação Secretariado Gitano, a Madrid, de 8 a 9 setembro e representar o ACM, I.P., no Evento de Alto-Nível, no âmbito da Presidência eslovaca da UE, sobre o Empoderamento dos Jovens da Comunidade Cigana que se realizou, em Bratislava, de 9 a 11 de outubro.

Além disso, o ACM, I.P. integrou o *workshop* organizado pelo ERIO – European Roma Information Office, para discutir a temática “Ending School Discrimination of Roma: the role of Equality Bodies”, e que teve lugar em Bruxelas, a 13 de novembro. Participou ainda, no VI Seminário Internacional Roma, que teve lugar, em Valência, de 28 a 30 de novembro.

O ACM, I.P. marcou ainda presença, no âmbito do Programa Escolhas, nas seguintes iniciativas:

- reunião da Comissão Permanente Luso-Caboverdeana, bem como na Reunião da Subcomissão para as Migrações, realizadas na Cidade da Praia, a 26 e 28 de outubro;
- Assembleia Anual da Telecentre Europe que decorreu, em Ghent, em outubro de 2016;
- Seminário Unexpress Talent promovido pela Rede Europeia Tandem Plus no quadro do Programa Erasmus +, a 28 de novembro.

## 2. Comunicações em Conferências e Encontros Internacionais

- Comunicação no Seminário “*National Policy application of the Charter*”, organizado pela Comissão Europeia e Presidência holandesa da UE, em Amesterdão, a 19 de fevereiro;
- Comunicação no Seminário “*Labour Market Integration of Immigrants*”, Berlim, 6 de abril;
- Comunicação no Fórum dos Direitos Fundamentais, organizado pela FRA, em Viena, de 20 a 23 de junho;
- Comunicação no Transatlantic Council on Migration, Toronto, 27 e 28 de junho;
- Comunicação no Seminário “*Strategic Approaches to Migrant Integration in Europe*”, Oxford, 5 a 7 de setembro;
- Participação na Conferência Reception and Housing of Refugees que decorreu, em Amesterdão, a 10 de novembro;
- Comunicação no 10.º European Forum on the rights of the child que se realizou, em Bruxelas, a 28 e 30 de novembro;
- Comunicação no Fórum Global para as Migrações, Dhaka, 8 a 13 dezembro.

## 3. Distinções

- Distinção da “Liga Escolhas” na Categoria “Integração das populações marginalizadas”, Prémio Europeu para a Integração Social – Saint-Denis, Paris.
- Em 2016, o “Concurso Ideias para Jovens – MUNDAR: Muda o teu Mundo”, ficou ainda colocado em terceiro lugar na categoria “Best Practice”, entre mais de 40 iniciativas de toda a Europa, no âmbito dos “Telecentre Europe Awards 2016”.

**IX.**

**GESTÃO FINANCEIRA  
E ADMINISTRATIVA**

## I. Orçamento do ACM, I.P.

Invertendo a tendência dos últimos anos, o ACM, I.P. apresentou, em 2016, um acréscimo na execução orçamental, como se verifica no gráfico infra. A execução orçamental deste Instituto sofreu um aumento de cerca de 0,6M€ em 2016.

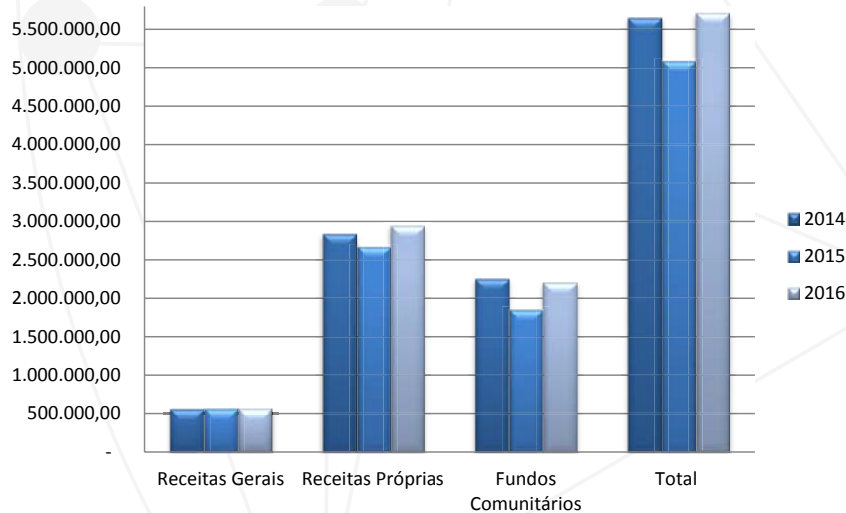


Fig. 116 – Execução Orçamental do ACM, IP – 2014-2016

Este aumento, sentido em 2016, deve-se fundamentalmente à mudança de instalações do CNAIM do Norte, que implicou custos adicionais, com obras no novo local e o pagamento, durante 6 meses, de rendas, nos dois locais, por forma a não haver interrupção na prestação de serviços. Explica-se também, pelo melhoramento das instalações no CNAIM Algarve, bem como, pela aquisição de equipamento. Para além de novas instalações, os CNAIM contam agora com mais serviços e maior acompanhamento, o que se traduz num aumento significativo de atendimentos.

Continuando a sua grande aposta, em desenvolver a sua missão, através da cooperação estreita com a sociedade civil, em particular com as Associações de Imigrantes e outras instituições sem fins lucrativos, que trabalham em prol dos/das migrantes, o ACM, I.P. voltou a alocar a maior fatia do seu orçamento global – cerca de 54%, correspondendo a mais de 3M€ (2,2M€ em 2015) – para o agrupamento económico 04 Transferências Correntes para Instituições Sem Fins Lucrativos.

Verificou-se, em 2016, um decréscimo nas Despesas com Pessoal (Agrupamento Económico 01), que representaram globalmente apenas 14% do Orçamento Global, cerca de 0,8M€, ligeiramente abaixo do que se verificou em 2015 (0,9M€), o que se deve à reestruturação do mapa de pessoal.

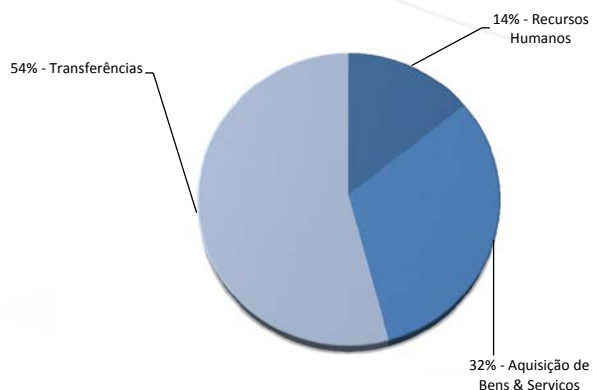


Fig. 117 – Execução orçamental, em 2016, por agrupamentos económicos

No âmbito do cofinanciamento pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), através do PORTUGAL 2020, destaca-se a aprovação da candidatura “My CNAIM”, apresentada pelo ACM, I.P., ao SAMA2020, gerido pelo Programa Operacional Compete, que inclui as seguintes vertentes: VOIP, CRM, Contact Center, Plataforma de Participação Pública e “APP Immigrant Welcome”



Fig. 118 – Logótipo Compete 2020

Importa também salientar, a elaboração do Manual de Procedimentos do ACM, I.P., enquanto Organismo Intermédio (OI) do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), que obteve aprovação deste Programa através de Declaração de Conformidade, emitida por este Programa Operacional, a 29 de novembro de 2016, e a integração da EFAF, no Grupo de Trabalho do ACM, I.P., que elaborou o Regulamento Interno da Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes.

Aguardamos, para 2017, a abertura de Avisos de Candidaturas para tipologias em que o ACM, I.P. é OI: Inserção Socioprofissional da Comunidade Cigana, Programa Português para Todos (PO ISE) e Mediadores Municipais Interculturais (PO ISE e POR Lisboa). Aguardamos também, a abertura de Aviso de Candidaturas no âmbito das tipologias, em que o ACM, I.P. é Entidade Beneficiária: Ações de Sensibilização e Campanhas, e CNAIM.

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da política comum da União Europeia, em matéria de asilo e imigração, e à luz dos princípios de solidariedade e partilha das responsabilidades entre os estados membros foi criado, pelo Regulamento (UE) n.º 516/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, o Fundo para o Asilo, Migração e Integração (FAMI), o qual através da concessão de assistência financeira deverá contribuir para reforçar a eficácia da gestão dos fluxos migratórios para a União Europeia e a integração de nacionais de países terceiros.



Fig. 119 – Logótipo do FAMI

É, neste contexto, que o ACM, I.P. assumiu a função de Autoridade Delegada para a gestão e controlo do Quadro Financeiro 2014-2020. Assim, e no âmbito da função acima descrita, o ACM, I.P. – enquanto Autoridade Delegada do FAMI – publicou, a partir de julho de 2016, quatro Avisos que contemplaram o Objetivo Específico 2 – Integração, em conformidade com o Programa Nacional, com uma dotação total de 3,36M€, tendo recebido um total de 71 candidaturas.

## 2. Auditorias

Por requisito decorrente da atividade delegada do ACM, I.P., no âmbito do Programa Portugal 2020, foi criada uma Unidade de Auditoria Interna (UAI). Os trabalhos iniciais de natureza preparatória começaram, na segunda quinzena de agosto, tendo a sua criação formal decorrido da Deliberação do Conselho Diretivo (CD), datada de 17 de setembro, em que lhe foram adstritas as competências de:

- a) verificação de procedimentos técnicos e financeiros de projetos cofinanciados;
- b) acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, I.P.;
- c) coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco.

Esta Deliberação do CD aprovou, também, a proposta de revisão do modelo deste Plano, para conformidade à estrutura orgânica ditada pelo estatuto de entidade pública do ACM, I.P., adquirido em 2015. A UAI colaborou na redação do Manual de Procedimentos do ACM, I.P. para a atividade delegada (PO ISE) em matéria de risco e combate à fraude, tendo apoiado a preparação dos seus anexos sobre ética e deontologia.

A UAI coordenou o processo de assinatura de duas declarações, por parte de todos os colaboradores, a saber: Aceitação do Código de Ética e de Conduta e Conflito de Interesses, tendo para o efeito, monitorizado 5 sessões de esclarecimento (3 em Lisboa, 1 em Faro e 1 no Porto).

No âmbito do desempenho da atividade delegada pela SGMAI, para a gestão do FAMI, a IGF realizou no ACM, I.P., em 19 de outubro, uma auditoria dirigida ao “Sistema de Gestão e Controlo” para o “Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020”, tendo registado, em sede de reunião, os trabalhos preparatórios desenvolvidos por este Instituto, sendo de destacar o plano de formação das equipas técnicas e financeira a envolver no processo de análise e acompanhamento dos projetos financiados por fundos comunitários.

## 3. Programas de Formação Interna e Externa

A Formação Profissional é, no quadro das atividades do ACM, I.P., uma ação fundamental para o cumprimento dos objetivos globais que estes serviços querem atingir; na medida em que, permite capacitar os recursos humanos, tornando-os mais aptos e motivados. Nesse sentido, a conceção e implementação do Plano de Formação, para 2016, teve o seu ênfase na capacitação dos/das colaboradores/as e equipas na sua heterogeneidade, promovendo a eficácia dos serviços prestados e simultaneamente, proporcionar, fora do contexto normal de trabalho, a interação entre as diferentes equipas que compõem o Organismo.

Após a conceção do diagnóstico de necessidades de formação, que foi elaborado tendo em consideração as especificidades e as competências desenvolvidas por cada uma das Unidades Orgânicas, o Núcleo de Gestão Administrativa e dos Recursos Humanos (NGARH) levou a cabo uma pesquisa externa da oferta formativa, procurando adequar e encontrar a formação inicial relevante à atividade e realidade do ACM, I.P.

Desse trabalho resultou, o seguinte contexto formativo, para 2016:

- 102 trabalhadores/as, consultores/as e mediadores/as frequentaram formações e outras ações;
- 65 trabalhadores/as, consultores/as e mediadores/as não frequentaram qualquer tipo de ação de formação;
- 49 trabalhadores/as, consultores/as e mediadores/as concluíram com sucesso uma ou mais formações certificadas;
- 53 trabalhadores/as, consultores/as e mediadores/as frequentaram formações e outras ações, não certificadas.

A formação ministrada por entidades externas, a grupos específicos do ACM, I.P. ou inseridos em turmas pluriministeriais, foi monitorizada, no final de cada ação, permitindo analisar a qualidade da formação prestada e a respetiva adequação às necessidades dos formandos. As áreas formativas, onde se verificou uma maior incidência, de acordo com o levantamento de necessidades, realizado no início de 2016, foram: Direito, Assuntos Europeus e Cooperação, Comunicação Organizacional e Pessoal.

Por outro lado, em 2016, foram dados os primeiros passos para fomentar a formação interna, devidamente certificada, com a criação da Equipa de Formadores Interna do ACM, I.P., por despacho de 29 de março de 2016, e que visa otimizar e valorizar os/as formadores/as com competências básicas nas matérias a ministrar aos/às colaboradores/as do ACM, I.P., promovendo uma aprendizagem global.

#### 4. Recursos Humanos

O ano de 2016, em matéria de recursos humanos caracterizou-se por uma estabilização do mapa de pessoal, que passou pela conclusão, com sucesso, do período experimental do procedimento concursal, para o preenchimento de 16 lugares de técnico superior, que ocorreu a 29 maio de 2016.

Recursos Humanos				
Designação	Pontuação	Planeados	Realizados	Desvio
Dirigentes	20.0	40.0	40.0	.0
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	16.0	288.0	80.0	208.0
Técnico Superior	12.0	216.0	228.0	12.0
Assistente Operacional	5.0	5.0	5.0	.0
		540.0	353.0	
Número de trabalhadores a exercer funções no serviço				
	31/12/2015	31/12/2016		
	26	26		

Fig. 120 – Balanço Recursos Humanos afetos ao Mapa de Pessoal

Assim, o mapa de pessoal, no início de 2016, tinha 26 colaboradores, dos quais 22 técnicos superiores, um dirigente superior de 1.º grau, um dirigente superior de 2.º grau, um equiparado a dirigente intermédio de 1.º grau e um assistente operacional, bem como 107 colaboradores integrados, no âmbito dos protocolos de mediação sociocultural.

Com a criação do Observatório para as Migrações, bem como do NGARH, do Núcleo para o Diálogo Intercultural (NDI) e do Núcleo de Relações Internacionais (NRI), iniciou-se o processo de consolidação dos Estatutos do ACM, I.P., previsto na Portaria n.º 227/2015, de 3 de agosto, que terá continuidade e conclusão em 2017, bem como a nomeação dos respetivos dirigentes intermédios de 2.º grau.

A 31 de dezembro de 2016, a equipa ACM, I.P., era constituída por dois dirigentes superiores, dois equiparados a dirigente intermédio de 1.º grau, três dirigentes intermédios de 2.º grau, 18 técnicos superiores, um assistente operacional e 129 mediadores socioculturais.

Conforme é possível constatar no QUAR, os Recursos Humanos, planeados para 2016, totalizavam 39 funcionários inseridos no mapa de pessoal, no entanto, a 31 de dezembro de 2016, apenas estavam preenchidos 26 postos de trabalho, no ACM, I.P., ficando por ocupar 13 lugares. Este desvio deveu-se à não ocupação da totalidade dos lugares de dirigente intermédio previstos, atendendo às suas características, à necessidade de identificar os perfis adequados e à priorização da otimização dos recursos existentes no ACM, I.P.





**ACM**



## **ACM**

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

Rua Álvaro Coutinho, n.º 14  
1150-025 Lisboa  
Tel: +351 21 810 61 00  
Fax: +351 21 810 61 17

Para mais informações:

[www.acm.gov.pt](http://www.acm.gov.pt)



**PO ISE**

PROGRAMA OPERACIONAL  
INCLUSÃO SOCIAL  
E EMPREGO



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu